



A SUA UNIVERSIDADE

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
MESTRADO PSICOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PSICOLOGIA FORENSE

SIMONE MAIORKI

**Elaboração, Aplicação e Avaliação Psicológica de um
Protocolo para Casos de Disputa de Guarda**

CURITIBA
2014

**UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
MESTRADO PSICOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PSICOLOGIA FORENSE**

SIMONE MAIORKI

**Elaboração, Aplicação e Avaliação Psicológica de um
Protocolo para Casos de Disputa de Guarda**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito necessário para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Forense

Linha de Pesquisa: Avaliação Forense

Orientadora: Dra. Paula Inez Cunha Gomide

CURITIBA

2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

A Ficha catalográfica, disponível na biblioteca.

Catalogação da publicação

Biblioteca Sidney Lima Santos

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Maiorki, S.

Título; Elaboração, Aplicação e Avaliação Psicológica de um Protocolo para Casos de Disputa de Guarda - Curitiba, 2014.

Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Universidade Tuiuti do Paraná.

Área de concentração: Psicologia Forense

Orientadora: Dra. Paula Inez Cunha Gomide

Palavras Chave: Avaliação Psicológica Forense, Disputa de Guarda, Psicologia Forense.

TERMO DE APROVAÇÃO

SIMONE MAIORKI

Elaboração, Aplicação e Avaliação Psicológica de um
Protocolo para Casos de Disputa de Guarda

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do título de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Psicologia Universidade Tuiuti do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Paula Inez Cunha Gomide

Orientadora – Departamento de Pós Graduação Psicologia UTP

Prof^a. Dr. Maria da Graça Saldanha Padilha

Departamento de Pós Graduação Psicologia UTP

Prof^a. Dra. Vivian de Medeiros Lago

Departamento de Pós Graduação Psicologia UFRGS

Aprovado em: 17/ 06/ 2014

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, a minha orientadora Paula Gomide, pelas dicas, pelos ensinamentos científicos, pela disponibilidade sempre prestada, pela compreensão demonstrada ao longo da realização desse trabalho e acima de tudo, por acreditar em mim.

Agradeço as famílias participantes da pesquisa, pela valorosa colaboração e por compartilhar suas histórias que contribuirão para o desenvolvimento do conhecimento nesta área e sem a qual este estudo não poderia ser realizado.

Agradeço a juíza da Vara de Família, Infância e Juventude, Dra. Carolina Arantes da Conceição Nunes por acreditar na importância do trabalho.

Agradeço aos psicólogos Andreia Auffinger, Carlos Abner, Ruth Lass e Simone Mulatti, pela assessoria e com os quais tive o privilégio de compartilhar experiências.

Agradeço aos membros examinadores da banca, Dra. Maria da Graça Saldanha Padilha e Dra. Vivian de Medeiros Lago pela pronta aceitação e pelas orientações de aprimoramento deste estudo.

Agradeço aos amigos pelas palavras de motivação e apoio, em especial, a Ana, Andressa, Ariane, Fátima, Fernanda, Iris, Jessica, Karolina, Nely, Pamela e José Luiz, pela amizade incondicional.

E, finalmente, agradeço a minha família, em especial a minha mãe, que foi quem esteve ao meu lado desde o início dessa caminhada. Obrigada pelas horas incontáveis de paciência e suporte imprescindível.

“Não creio que exista nenhum amor
mais firme, mais constante, mais íntegro,
nem maior, do que o amor dos pais aos seus filhos”.

Leon Battista Alberti

Maiorki, S. (2014). *Elaboração, Aplicação e Avaliação Psicológica de um Protocolo para Casos de Disputa de Guarda*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.

RESUMO

As avaliações psicológicas de custódia aumentaram recentemente em função do crescente número de divórcios. Protocolos que orientam a avaliação em casos de custódia são raros no Brasil. Devido a essa demanda, esta pesquisa se propôs elaborar, aplicar e avaliar a eficácia de um protocolo de avaliação psicológica em processos de disputa de guarda. Foram avaliadas 11 famílias que entraram na justiça com o pedido de guarda, na Vara da Família de um município da região metropolitana de Curitiba/PR. Participaram do estudo os genitores, as famílias extensas (madrasta e padrasto), profissionais da área de saúde mental e escolar e as crianças envolvidas. O protocolo de avaliação foi composto por 10 instrumentos: sendo 7 básicos e 3 complementares. Constituíram o protocolo básico: (1) SARP, que avaliou o relacionamento parental, instrumento composto por três técnicas: (a) entrevistas semiestruturadas, (b) um protocolo de avaliação infantil, nomeado Meu Amigo de Papel e (c) uma escala pontuada pelo próprio avaliador; (2) Inventário de Estilos Parentais – IEP, para identificar práticas parentais utilizadas pelos pais na educação de seus filhos; (3) Escala para investigar Alienação Parental - EAP; (4) Inventário de Sintomas de Stress para Adultos (ISSL); (5) Escala de Stress Infantil (ESI); (6) Inventário de Depressão de Beck (BDI); (7) Análise dos processos judiciais por meio de uma folha de registro. O Protocolo complementar foi composto por: (8) Protocolo NICHD (*National Institute of Child Health and Human Development*) de entrevista forense para criança com suspeita de abuso sexual; (9) ASEBA, inventário que avalia aspectos sociais, emocionais e/ou comportamentais de crianças e adolescentes; (10) APSD, escala para indicativos de comportamentos antissociais graves em crianças. O tempo médio gasto para realização da perícia psicológica, desde a coleta de dados até a entrega de laudo foi de 38 horas. Foram feitas 12 entrevistas de uma hora, em média, por família. Os professores foram entrevistados em quatro casos e psicólogos em dois casos. O protocolo identificou dois genitores com estresse na fase exaustão, dois com intensidade grave de depressão e seis apresentaram alienação parental grave. Houve um caso de abuso sexual e uma criança com transtorno de conduta, que foi encaminhada para tratamento psicológico e psiquiátrico. Indicou-se tratamento psicológico para quatro genitores. A avaliação indicou a permanência da guarda com a mãe em sete casos e com o pai em três casos. Houve definição de sentença em 7 casos, nos quais o parecer da juíza acompanhou o laudo da perita.

Palavras chaves: *Avaliação Psicológica Forense, Disputa de Guarda, Psicologia Forense.*

Maiorki, S. (2014). *Develop, Implement and Evaluate the Efficiency of a Psychological Assessment Protocol in Custody Dispute*. Master's Thesis. Graduate Program in Psychology at Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.

ABSTRACT

Psychological testing in custody cases has recently increased due to the growing number of separations. Protocols that guide the evaluation in such cases are rare in Brazil. Due to this demand, this study intended to develop, implement and evaluate the efficiency of a psychological assessment protocol in custody dispute situations. Eleven families who filed a petition for an order of custody in the Family Court of a municipality in the metropolitan region of Curitiba / PR were evaluated. The study included parents, extended families (stepmother and stepfather), mental health and educational professionals and the children involved. The protocol was composed of 10 instruments: 7 of which were basic and 3 complementary. The basic protocol was constituted of: (1) Parental Relationship Evaluation System (SARP), which evaluated the parental relationship; This tool consists of three techniques: (a) semi-structured interviews, (b) a child evaluating protocol called My Paper Friend and (c) a scale graded by the evaluator; (2) Parenting Styles Inventory (IEP) to identify parental practices used by parents in the education of their children; (3) A scale to investigate Parental Alienation (EAP); (4) Stress Symptoms Inventory for Adults (ISSL); (5) Infantile Stress Scale (ESI); (6) Beck Depression Inventory (BDI); (7) The review of court proceedings through a record sheet. The Additional Protocol was composed of: (8) NICHD Protocol (*National Institute of Child Heath and Human Development*) of forensic interviews with children suspected of being abuse victims; (9) ASEBA, an inventory that assesses social, emotional and/or behavioral aspects of children and adolescents; (10) APSD, a scale indicative of serious antisocial behavior in childhood; The average time spent to perform the psychological assessment, from data collection to the delivery of reports was 38.0 hours. Twelve interviews were conducted in an average of one hour per family. Teachers were interviewed in four cases and psychologists in two cases. The protocol identified two parents with stress exhaustion, two with severe depression and six had severe parental alienation. There was one case of sexual abuse and a child with conduct disorder, who was referred to psychological and psychiatric treatment. Psychological treatment was advised for four parents. The evaluation indicated that the mother should have permanent custody in seven cases and father in three cases. In seven cases there was a sentencing hearing, in which the opinion of the judge followed the opinion of the expert.

Keywords: *Forensic Psychological Evaluation, Custody Dispute, Forensic Psychology*.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	
Protocolo de Disputa de Guarda	35
TABELA 2	
Membros, idade dos participantes e guardião	44
TABELA 3	
Tempo despendido para realização das perícias	46
TABELA 4	
Número de sessões	47
TABELA 5	
Práticas educativas parentais	48
TABELA 6	
Nível de estresse nos envolvidos	53
TABELA 7	
Presença de depressão nos envolvidos	54
TABELA 8	
Escala SARP	55
TABELA 9	
Presença de Alienação Parental	56
TABELA 10	
Descrição dos Principais Resultados	64
TABELA 11	
IEP (versão pais)	76

TABELA 12	
IEP (versão filhos)	77
TABELA 13	
Presença de estresse	78
TABELA 14	
Presença de estresse infantil	80
TABELA 15	
Presença de depressão	80
TABELA 16	
Presença de Alienação Parental	81
TABELA 17	
Sistema de Avaliação de Base Empírica	89

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I

Carta para Solicitar Permissão para Realização de Pesquisa	110
--	-----

ANEXO II

TCLE do Estudo Empírico sobre Relacionamento Parental	111
---	-----

ANEXO III

Entrevista SARP	112
-----------------	-----

ANEXO IV

Meu Amigo de Papel (versão meninos)	126
-------------------------------------	-----

Meu Amigo de Papel (versão meninas)	137
-------------------------------------	-----

ANEXO V

Escala SARP	147
-------------	-----

ANEXO VI

Inventário de Estilos Parentais (IEP)	153
---------------------------------------	-----

ANEXO VII

Escala de Alienação Parental	155
------------------------------	-----

ANEXO VIII

Protocolo de Entrevista Forense de Abuso Sexual	160
---	-----

ANEXO IX

Inventário de Sintomas de Stress para Adultos (ISSL)	171
--	-----

ANEXO X

Escala de Stress Infantil (ESI)	175
---------------------------------	-----

ANEXO XI

Inventário de Depressão de Beck (BDI)

178

ANEXO XII

ASEBA- Sistema de Avaliação de Base Empirica de Achenbach

181

ANEXO XIII

APSD – Antisocial Process Screening Device

185

ANEXO XIV

Folha de Registro

187

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1

Genograma da Família 03

67

FIGURA 2

Médias das Pontuações de cada Dimensão da Escala SARP para os Genitores da Família 3

76

LISTA DE SIGLAS

AP = Alienação Parental

APSD = Antisocial Process Screening Device

ASEBA = Sistema de Avaliação de Base Empírica

BDI = Inventário de Depressão de Beck

EAP = Escala de Alienação Parental

ESI = Escala de Stress Infantil

IEP = Inventário de Estilo Parental

iep = Índice de Estilo Parental

ISSL = Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp

SARP = Sistema de Avaliação do Relacionamento Parental

SUMÁRIO

RESUMO	06
ABSTRACT	07
LISTA DE TABELAS	08
LISTA DE ANEXOS	10
LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE SIGLAS	13
APRESENTAÇÃO	15
REVISÃO DE LITERATURA	17
OBJETIVO	33
MÉTODO	34
Participantes	34
Local	34
Instrumentos	34
Procedimento	41
RESULTADOS	43
DECISÃO JUDICIAL	61
ESTUDO DE CASO	67
DISCUSSÃO	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
ANEXOS	109

Apresentação

As avaliações psicológicas de custódia aumentaram recentemente em função do crescente número de divórcios. Protocolos que orientam a avaliação em casos de custódia são raros no Brasil. Devido a essa demanda, esta pesquisa se propôs avaliar a eficácia de um protocolo de avaliação psicológica em processos de disputa de guarda. Assim, o trabalho do psicólogo forense no âmbito de disputa de guarda é o de fornecer ao juiz subsídios técnico-científicos que o ajude a respaldar e fundamentar sua decisão.

A literatura brasileira pouco se refere a avaliações específicas que respaldem esse procedimento no Brasil. Poucos dados e informações quanto ao tipo de guarda mais solicitado, qual o genitor guardião preferencial e penalidades atribuídas aos genitores negligentes ou agressores são discutidos. No âmbito internacional são encontrados instrumentos de avaliação psicológica designados especificamente para casos de disputa de guarda (Lago, 2012), onde profissionais designados pelo judiciário (psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras) avaliam os processos de relacionamento e parentalidade das relações pais-filhos, e das necessidades e bem-estar das crianças, levando em consideração fatores, emocionais, educacionais e socio demográficos (Symons, 2010).

Estudos (Baerger, Galatzer-Levy, Gould & Nye, 2002; Caplan & Wilson, 1990) revelam que na maioria dos casos juízes seguem as recomendações das avaliações dos profissionais envolvidos sobre a guarda dos filhos, reforçando a importância do papel do avaliador e suas recomendações. Desse modo, para que as avaliações dos profissionais sejam consideradas confiáveis e não tenham sua credibilidade contestada pelas partes no processo, faz-se necessário que todos os documentos apresentados tenham um embasamento teórico e empírico (Brito, 2004; Huss, 2011; Silva 2011).

O processo de disputa de guarda impõe uma situação traumática à criança e é provável que ela já tenha presenciado e convivido com o desagradável enfrentamento do divórcio dos pais ou ainda, com sua ausência, negligência ou abandono. Pensando em amenizar esses aspectos e em garantir, cuidar e proteger o interesse da criança, que se propõe um protocolo de avaliação psicológica que permita a indicação do genitor que apresenta melhores condições de assumir a guarda dos filhos.

Os artigos científicos foram obtidos por meio de pesquisa na internet, digitando-se as palavras: “divórcio”, “separação”, “avaliação psicológica forense”, “disputa de guarda”, “custódia”, “custody”, “evaluation of custody”, “custodia de los hijos”, “evaluación de la custodia”, “guarda compartilhada”, “psicología jurídica”, “guarda unilateral”, “tipos de guarda”. Foram ainda pesquisados livros com tema envolvendo disputa de guarda e/ou psicología forense.

A revisão de literatura apresenta o conceito, a legislação, a atuação do psicólogo forense, o perito e o assistente técnico, as avaliações psicológicas e as áreas que necessitam serem avaliadas em uma disputa de guarda. Em seguida, é apresentado uma descrição pormenorizada dos instrumentos que compõem o protocolo básico e complementar. Posteriormente, há uma descrição dos principais resultados encontrados nas 11 famílias avaliadas. Um caso ilustra a aplicação de todos os instrumentos. Por fim, são apresentadas as conclusões.

Revisão de literatura

É importante ter um entendimento claro do significado de guarda antes do exame dos pressupostos legais envolvidos. A expressão guarda pode designar cuidado, vigilância, um direito e um dever que um ou ambos os pais estão designados a exercer em favor dos filhos. Essa palavra guarda está diretamente ligada ao poder familiar, um direito natural, interpretado como poder em relação aos filhos (Oliveira, 2008).

Historicamente, a lei considerava a criança um bem, ou propriedade pessoal, que devia ser dividida quando o contrato de casamento terminava ou ocorria um divórcio, revertendo para o marido à guarda dos filhos (Huss, 2011; Strenger, 2006). No final do século XIX, com a chamada “doutrina dos anos tenros”, a mãe passou a ser considerada o melhor genitor para ficar com os filhos, e somente nos casos em que sua conduta comprovasse ser nociva à prole, perderia essa posição (Schneebeli & Menandro, 2014; Silverstein, 1996).

A partir de década de 1970, essa forma de decisão de guarda foi alterada e deu lugar ao *melhor interesse da criança*, em que passou-se a considerar o bem-estar dos filhos, como é preconizado pela Declaração Universal dos Direitos da Criança (Decreto n. 99.710, 1990). Porém, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda há muito a ser feito na prática para a eficácia desse princípio de proteção integral (Fulero & Wrightsman, 2005; Schneider, 1991; Guimarães e Guimarães 2002; Huss, 2011; Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990; Pizzol, 2009; Schneebeli & Menandro, 2014). Com a Constituição Federal de 1988, os cônjuges passaram a exercer direitos iguais em relação à guarda e, com o Novo Código Civil que vigorou a partir de janeiro de 2003, o juiz passou a conferir a guarda àquele que apresentar mais aptidão para propiciar aos filhos: a) afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar; b) saúde e segurança; c) educação (artigo 1.583, §2º, Novo Código Civil). (Koerner, 2002; Shine, 2010).

De acordo com o levantamento do Registro Civil 2011 feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os índices de divórcio no Brasil têm-se apresentado de forma crescente. O país registrou 351 mil divórcios, o que significa um aumento de 46% em relação a 2010. É o maior número de divórcios judiciais da história do país (IBGE, 2011).

Os dados também mostram que a guarda dos filhos ainda é predominantemente unilateral e concedida para a mãe (87,6%), mas que a tendência de guarda compartilhada vem crescendo nas Varas de Famílias no Brasil. Entre 2001 e 2011 essa modalidade de decisão da guarda dos filhos, dobrou, saltando de 2,7% a 5,4%. O compartilhamento da guarda foi mais frequente no Pará (8,9%) e no Distrito Federal (8,3%) e registrou menores percentuais em Sergipe (2,4%) e no Rio de Janeiro (2,8%). No Paraná, os dados revelam que a guarda para a mãe foi de 83,2%, para o pai de 7,1% e a guarda compartilhada também dobrou, de 4% em 2001, para 8% em 2011 (IBGE, 2011).

A literatura descrevia quatro modelos de guarda judicial no Brasil: *Guarda alternada* - atribuída a uma única pessoa, durante período determinado, sendo alternada entre os genitores. *Guarda aninhamento ou nidição* - que consistia em permanecer o menor na mesma casa, revezando os genitores. A *guarda unilateral* – atribuída a um só genitor e a *guarda compartilhada* – em que os genitores dividem a responsabilidade e decisões sobre a vida dos filhos. Porém, após a sanção da Lei 11.698/2008, somente dois tipos de guarda permanecem no ordenamento, a unilateral e a compartilhada, em virtude do vínculo matrimonial ou união estável, ou pela maternidade e paternidade (Fiorelli & Mangini, 2011; Milano, 2008; Nascimento & Bianconi, 2013; Pennacchi e Miranda, 2007; Quintas, 2009).

A guarda compartilhada determina uma responsabilização e exercício conjunto de direitos referentes ao poder familiar. Significa que ambos os genitores são guardiões, co-responsáveis pelos filhos em todas as esferas da vida, independente da moradia. Portanto, o que caracteriza o compartilhamento não é o fato de os filhos morarem em duas casas, mas a

divisão das responsabilidades parentais. A guarda compartilhada é hoje a primeira alternativa quando não há entendimento entre os pais e, embora não haja dados estatísticos oficiais, observa-se no cotidiano forense forte resistência dos genitores a aderir voluntariamente a essa modalidade de guarda (Fiorelli & Mangini, 2011; Grisard, 2009; Lôbo, 2008; Rocha, Julio & Cabral, 2012; Schneebeli & Menandro, 2014; Silva, 2009;).

O modelo mais aplicado de guarda é a unilateral, também chamada de exclusiva, única ou simples, designando a guarda para aquele que revele melhores condições de exercê-la. Assim, o genitor guardião é responsável pelos cuidados diários de higiene, alimentação, saúde, educação, segurança, etc., ou seja, pela criação dos filhos. O genitor não guardião poderá fiscalizar, por meio de visitas, se o guardião está assistindo a criança em todas as instâncias, material, moral, educacional e emocional, podendo a qualquer momento recorrer da decisão se achar que a guarda estabelecida anteriormente não está sendo o melhor para a criança (Quintas, 2009; Schneebeli & Menandro, 2014).

Em casos excepcionais, o juiz pode deferir a guarda para terceiros, quando concluir que a criança não deve permanecer com seus pais. Seria o exemplo de pais viciados em drogas, sem ocupação regular, com práticas de violência contra os filhos. Contudo, a concessão da guarda pode ser revogada a qualquer momento, caso a situação mude, atendendo ao melhor interesse da criança. (Brasil, 2003; Cavalcante, 2009; Schneebeli & Menandro, 2014). O escopo da lei é proteger os interesses dos menores, partindo do pressuposto de que o melhor para as crianças e adolescentes é ter o mesmo convívio com a mãe e o pai, assim como teriam se não houvesse ocorrido o divórcio (Lôbo, 2008).

A ruptura das configurações familiares gera conflitos e têm exigido cada vez mais o envolvimento do psicólogo em decisões que cabiam somente ao judiciário. Com o propósito de subsidiar a tomada de decisão judicial desses processos, os psicólogos têm sido solicitados

a realizar avaliações psicológicas das famílias envolvidas, de forma a contribuir para a garantia dos direitos e o bem-estar da criança e/ou adolescente (Silva, 2005).

Bernardes (2005) expõe que a psicologia jurídica foi instituída como especialidade da Ciência Psicológica pelo Conselho Federal de Psicologia em dezembro de 2000. Ela abarca vários campos de atuação, entre eles, aqueles relativos aos processos judiciais nos Fóruns. Nessa área, também conhecida como Psicologia Judiciária, o profissional psicólogo desempenha a função principal de auxiliar do Juízo, isto é, de assessorar os magistrados para a tomada de decisões jurídicas, por meio dos estudos psicológicos de casos. Tais estudos implicam a realização de avaliações psicológicas no contexto institucional, envolvendo as pessoas implicadas como partes do processo judicial (Bernardes, 2005; Maciel e Cruz, 2009; Silveira, 2001).

As avaliações psicológicas motivadas por situações que envolvem conflitos familiares são as mais presentes na relação Psicologia e Direito, especialmente em casos de determinação de guarda e regulamentação de visitas. A participação de psicólogos nas decisões judiciais nas Varas de Família por meio de perícias técnicas demonstra o grau de importância que esses profissionais exercem no Sistema de Justiça. Sendo a família a célula social primária e mais importante, a tarefa dos psicólogos em responder efetivamente a essas demandas é de muita responsabilidade (Lago e Bandeira, 2009; Maciel e Cruz, 2009; Pizzol, 2005).

A formação dos profissionais para atuação nesse campo deve incluir conhecimentos de direito, assistência social, trabalhos interdisciplinares, além de oferecer uma sólida base em Psicologia, considerando a especificidade da atuação em contexto institucional e jurídico. Nesse sentido, o compromisso do psicólogo não fica restrito ao fornecimento de informações, por meio de processo de avaliação psicológica e perícia ao magistrado, para fins de decisão do processo judicial, mas está compromissado com o diagnóstico da saúde mental dos periciados,

com o reconhecimento das dinâmicas relacionais e vínculos por eles estabelecidos (Bernardes, 2005; Rovinski, 2004).

Depreende-se daí a importância de um trabalho interdisciplinar, que conjugue aspectos jurídicos e psicossociais, para bem subsidiar a decisão que venha a ser tomada (Fiorelli & Mangini, 2011). O juiz poderá nomear perito de sua confiança (Ortiz, 1986; Pizzol, 2009) ou encaminhar para instituições jurídicas ou de saúde (centro de referência em saúde mental) independente de existirem psicólogos judiciários disponíveis nos quadros dos tribunais (Shine, 2010).

O psicólogo forense nos fóruns realiza trabalhos de avaliação psicológica, elaboração de documentos, acompanhamento de casos, aconselhamento psicológico, orientação, mediação, fiscalização de instituições e de programas de atendimento à infância e adolescência e encaminhamentos. Desempenha funções periciais e/ou de intervenção direta, conforme a natureza do caso e o momento do atendimento realizado (antes, durante ou após a sentença judicial) (Bernardes, 2005; Shine, 2010).

A realização da avaliação psicológica poderá ser feita pelo perito nomeado pelo juiz, fixando o prazo para a entrega do laudo. Caso o profissional não queira ou não possa desenvolver o encargo, por motivo legítimo, poderá recusar o compromisso no prazo de cinco dias (art. 146, único, CPC), contados a partir da data da intimação (Pizzol, 2009). O perito psicólogo das Varas da Família tem em média, trinta dias de prazo para a realização da perícia, contados a partir do recebimento do processo, sendo o tempo reduzido no contexto forense, em virtude da pauta do foro e dos limites dos recursos (Baerger, Galatzer-Levy, Gould & Nye 2002; Castro, 2003; Lago e Bandeira 2009; Pizzol, 2009).

Perícia psicológica é a denominação do procedimento de avaliação psicológica realizada no âmbito da justiça. É o estudo realizado por especialistas escolhidos pelos magistrados, que funciona como prova nos processos judiciais, complementando as demais,

tais como as documentais, testemunhas e confissionais. Portanto, a perícia psicológica resulta de uma solicitação legal, com competências e procedimentos delimitados pelos trâmites jurídicos e pelo Código de Ética Profissional dos Psicólogos. A elaboração de relatórios e/ou laudos deve: “Apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processos de avaliação psicológica, limitando-se a fornecer somente as informações necessárias relacionadas à demanda, solicitação ou petição” (Caires, 2003; Maciel e Cruz, 2009; Ortiz, 1986; Pizzol 2009; Silveira, 2001).

O profissional ao fazer uma perícia psicológica, além de necessitar estar constantemente se atentando para diversos aspectos sociais, comportamentais e emocionais da criança, deve cuidar para não contaminar os dados fornecidos por ela, conduzindo a um relato falso, criando o chamado *falsas memórias*. Deve-se, portanto, fazer perguntas abertas e não tendenciosas, de forma a não influenciar seu relato (Hall & Kondora, 2005; Schaefer & Cols, 2012).

Na função de psicólogo perito, o profissional assume o compromisso de imparcialidade e livre de preconceitos durante a avaliação dos casos, comprometendo-se a apresentar um laudo psicológico com informações pertinentes ao processo judicial e à problemática diagnosticada, visando auxiliar o magistrado na formação de seu convencimento sobre a tomada de decisão judicial, como forma de realização do direito objetivo das partes em oposição. Deve, ainda, responder aos quesitos formulados pelo magistrado, pelos advogados das partes e pelo Ministério Público, devidamente fundamentado e respeitando as normas éticas de sua profissão (Bernardes, 2005; Caires, 2003; Maciel e Cruz, 2009; Pizzol, 2005; Silveira, 2001; Symons, 2010).

O trabalho a ser realizado pelo assistente técnico tem objeto, objetivo e fim idêntico àquele atribuído ao perito (Negrão, 1997). Entretanto, o assistente técnico é o psicólogo contratado pelas partes para auxiliá-los, geralmente indicados pelos advogados das mesmas.

Sendo assim, pode ser parcial aos interesses do seu cliente, desde que não sugira afirmações infundadas com a finalidade de favorecê-lo e não violando os preceitos éticos da profissão. Dentre sua atuação, pode ser contratado para realizar avaliação psicológica, acompanhar de perto o desenrolar do processo, elaborar quesitos a serem respondidos e comentar o trabalho e os resultados do perito judicial, apresentando em seu parecer, críticas ou complementos ao laudo pericial. O artigo 433 do Código Civil, em seu, parágrafo único, dispõe que: “Os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de 10 (dez) dias após a apresentação do laudo, independente da intimação (Bernardes, 2005; Pizzol, 2009).

Uma questão importante a esclarecer é que o laudo do perito e a sentença da autoridade são coisas de forma e valores diferentes. O perito deve, em seu laudo ou em suas conclusões, expressar o seu posicionamento técnico sobre os fatos e, se for o caso, sugerir a melhor solução para a situação concreta, sem pretender ou almejar adiantar o que poderá ser decidido, pois seu trabalho não passa de efetuar investigação, diagnóstico e conclusão. A decisão que a autoridade solicitante venha a tomar, faz parte do que lhe é assegurado, ou do que lhe é obrigado, pela função que desempenha (Bernardes, 2005; Maciel e Cruz, 2009; Pizzol, 2005; Shine 2010;).

Na área forense, principalmente nos fóruns, os documentos elaborados pelo psicólogo são considerados como provas processuais, isto é, elementos que corroboram para a elucidação de controvérsias e destinados a assessorar o magistrado nas decisões judiciais. Esses relatórios psicológicos são também peças de registro da história dos sujeitos, que podem ter acesso aos documentos em diferentes momentos de sua vida. As informações fornecidas por meio do laudo pericial têm valor diferente de qualquer outro informe psicológico, e nesse sentido, cabe ao psicólogo avaliar a dimensão do impacto que seus resultados trarão à vida das pessoas que foram objeto de sua avaliação. Conhecer essas dimensões implica em selecionar o tipo de informação dada, bem como os limites de seu uso.

Os documentos são usualmente complementares aos elaborados pelos assistentes sociais, membros da equipe multiprofissional das Varas da Infância e Juventude e das Varas de Família e Sucessões (Huss, 2011; Lago, 2012; Maciel e Cruz, 2009; Shine, 2010).

Diversos autores (Bernardes, 2005; Lago e Bandeira, 2009; Maciel e Cruz, 2009; Pizzol, 2009; Shine 2010;) relatam que peritos ou assistentes técnicos não seguem um protocolo padrão ou um procedimento normativo para realização de avaliações psicológicas envolvendo o contexto de disputa de guarda ou regulamentação de visitas. Portanto, os profissionais se utilizam de diferentes testagens e critérios para avaliar e produzir documentos periciais.

No processo de avaliação psicológica utilizam-se os instrumentos técnicos (entrevistas, testes, observações, estudos de campo, dinâmicas de grupo, escuta, intervenções verbais) que se configuram como métodos e técnicas psicológicas para a coleta de dados e interpretações de informações a respeito das pessoas envolvidas (Bernardes, 2005; Bow & Quinell, 2002). No contexto forense, a adequação dos instrumentos está relacionada à natureza do processo judicial, da natureza e gravidade das questões tratadas no processo (criança e adolescente em situação de risco), do tempo institucional (urgência, data de audiência já fixada, numero de casos agendados) e da livre escolha do profissional, conforme seu referencial técnico, filosófico e científico (Bernardes, 2005; Maciel e Cruz, 2009). A avaliação psicológica na área forense pode ou não utilizar instrumentos psicométricos ou projetivos, que se constituem apenas em elementos auxiliares ao diagnóstico (Rovinski, 2005).

Lago (2012) descreve que os profissionais precisam ter o cuidado com alguns riscos durante as avaliações com os filhos, entre os quais, o da criança ser envolvida no conflito dos pais e acreditar ser ela a responsável por decidir com quem irá ficar. É preciso tomar cuidado para que a criança não entenda que é ela quem irá escolher, pois esse fato poderá gerar

sentimentos de culpa por ter preferido um ao outro genitor (Silva, 2011). Outro cuidado é o quanto à vontade que a criança expressa, é sua vontade própria ou um desejo influenciado por um dos genitores. Assim, é necessário que o profissional que fará a escuta deva saber distinguir entre a real preferência da criança, da reprodução de falas e/ou sentimentos de seus genitores. O profissional também deve deixar claro que ao ouvi-las, não quer dizer que os seus desejos serão atendidos, uma vez que essa decisão cabe aos adultos, os responsáveis em proteger e cuidar delas (Brito, 1999; Brito, Ayres & Amendola, 2006; Lago, 2012; Silva, 2011; Symons, 2010).

A avaliação psicológica é válida para o período em que foi realizada, ou seja, existem casos em que pode recomendar-se a guarda a um dos genitores e sugerir uma nova avaliação após um determinado período. Considerando que a situação de divórcio desencadeia sentimentos permeados muitas vezes por mágoas e ressentimentos em relação ao ex-cônjuge, pode ser necessário reavaliar esse casal em um momento posterior. O decorrer do tempo faz com que esses sentimentos sejam elaborados e, então, a guarda dos filhos pode ser tratada como uma questão independente do processo de divórcio (Ortiz, 1986; Shine, 2010).

Nos casos de modificação de guarda e regulamentação de visitas, o exame pericial deve privilegiar conteúdos que avaliem a competência parental, não em termos que qualifiquem os cuidadores como bons ou ruins, mas num sentido amplo, ressaltando o modo pelo qual as relações entre os membros da família se estabelecem e de como essas relações eliciam necessidades de cada membro do sistema familiar. Em alguns casos, inclusive, é necessário considerar a família extensiva, pois os laços familiares importantes para as crianças contemplam os avós, tios, entre outros. Os sistemas familiares em conflito normalmente se desorganizam e produzem estresse em todos os membros da família. O resultado disso é uma identidade confusa, com vínculos rompidos e adoecidos emocionalmente, configuração

bastante presente nos processos judiciais que envolvem disputa de guarda e regulamentação de visitas (Maciel e Cruz, 2009).

São várias as atribuições do psicólogo forense definidas na literatura e nas legislações, na realização de investigação em um processo de disputa de guarda. O laudo pericial deverá subsidiar a decisão judicial, fornecendo informações fundamentadas sobre as habilidades e competências parentais dos genitores (cuidados, supervisão, valores, estratégias disciplinares, maneira utilizada para fornecer carinho, apoio e nutrição), saúde psicológica dos membros da família, relacionamento entre os genitores e os vínculos afetivos com os filhos, avaliação do desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos filhos envolvidos e outros aspectos relevantes que surjam durante o processo (Baerger, Galatzer-Levy, Gould & Nye 2002; Bow & Quinell, 2002; Gomide, 2003; Keilin & Bloom, 1986; Lago & Bandeira, 2008; Maciel e Cruz, 2009; Shine, 2010; Silva, 2005). Para isso, o profissional precisa possuir conhecimentos necessários para lidar com determinadas áreas, como alienação parental, abuso sexual e transtornos psicológicos/psiquiátricos (Caplan & Wilson, 1990).

Do ponto de vista das relações interpessoais, o cuidado parental é considerado um dos mais importantes fundamentos da vida humana, pois é a partir dele que se aprende a cuidar e ser cuidado, ou seja, se aprende a estabelecer relações com o outro e com a sociedade. Diversos autores (Del Prette e Del Prette, 2001; Gomide, 2003; Lago, 2012; Maciel e Cruz, 2009; Souza, 1989) consideram as práticas educativas fatores importantes a serem avaliados na interação pais-filhos. O conjunto de comportamentos que os pais utilizam para cuidar de seus filhos e assumir responsabilidades para com os mesmos define a competência parental. Rivera e colaboradores (2002) propõem que os cuidados parentais devem atender a três grandes áreas de necessidades da criança: de caráter físico-biológico, cognitivas e emocionais/sociais. As necessidades de caráter físico-biológico compreendem os cuidados com a alimentação, higiene, sono, atividade física e proteção frente a riscos reais. As

necessidades cognitivas envolvem a estimulação sensorial, exploração e compreensão da realidade física e social, incluindo ainda a aquisição de um sistema de valores e normas. Por fim, as necessidades emocionais e sociais envolvem segurança emocional, identidade pessoal e autoestima, rede de relações sociais, estabelecimento de limites e educação e informação sexual. As vivências adquiridas no convívio familiar contribuem para a identificação dos filhos e a formação de suas personalidades. O baixo envolvimento dos genitores na criação dos filhos, a negligência constitui um fator de risco, pois aumenta a vulnerabilidade das crianças e adolescentes a eventos ameaçadores.

Outro fator que tem influência no relacionamento parental é o relacionamento entre os genitores. O divórcio conjugal não cessa a convivência familiar entre pais e filhos (parentalidade), ainda que estes passem a viver em residências distintas. A parentalidade é relação indissolúvel entre pais e filhos, diferente da conjugalidade que diz respeito à relação construída entre duas pessoas, casadas ou não, com o intuito de formar uma família, com possibilidade de dissolução (Brito, 2004; Ferez-Carneiro, 1998; Hack & Ramires, 2010; Lôbo, 2008).

Um fator que pode prejudicar o relacionamento entre pais e filhos é o estresse. Devido aos genitores não disporem de tempo ou de entusiasmo para participar das atividades com os filhos (Brandth & Kvande, 2002). Esse estresse que com frequência é decorrente das condições de trabalho ou de conflitos familiares, dificulta conciliar as obrigações familiares e profissionais, podendo contribuir para o aumento da ansiedade e o sentimento de culpa pela pouca participação na educação dos filhos. As avaliações de custódia podem ainda, gerar alto grau de estresse e tensão nos envolvidos (Bow & Quinnell, 2002; Maciel & Cruz, 2009; Warren & Johnson, 1995).

Considerando as consequências da separação do filho de um de seus genitores, Silva (2005) aponta a importância de manter os vínculos positivos dos filhos com ambos os pais,

nem sempre sendo necessário confiar a apenas um dos dois a continuidade da tarefa de cuidá-los. É importante que a criança conviva com ambos os pais, sempre que possível, para que construa uma relação e forme por si mesma uma imagem de cada um de seus genitores. Quando não é possibilitada uma convivência mais assídua com um dos pais, normalmente a imagem do genitor que não detém a guarda é formada com a interferência daquele que a detém, influenciada muitas vezes por sentimentos de rancor e desavenças conjugais existentes.

Um tipo de avaliação cada vez mais solicitada no contexto forense são casos de alegações de abuso sexual. Cabe ao psicólogo que atuará como perito, ter conhecimento das técnicas e estratégias atualmente utilizadas e realizar uma avaliação abrangente, baseando-se não em fatos isolados, mas na integração de diferentes fontes de informação (Gava, Pelisoli & Dell'Aglio 2013).

Muitas pessoas acreditam que em situações de disputa de guarda é frequente haver alegações de abuso sexual e que são estratégias utilizadas principalmente pelas mães para obter a custódia. Com certeza é razoável preocupar-se com os motivos das acusações de abuso. No entanto, estudos tem demonstrado consistentemente que alegações de abuso sexual não são comuns em processos de disputa de guarda e quando ocorrem e são investigados com rigor, a maioria dos casos não são alegações falsas (Dallam e Silberg, 2006).

Um estudo de dois anos realizado pela Associação de Tribunais de Família e Conciliação para averiguar a validade das alegações de abuso sexual mostrou que apenas 6% do total de casos de custódia incluiam alegações de abuso sexual e descobriram que metade desses casos foram situações verdadeiras. Dentre os demais, 17% não foi possível determinar com certeza se houve abuso e no terço restante dos casos os pesquisadores não acreditavam ter ocorrido de fato o abuso, porém consideraram que as alegações foram realizadas com base em suspeitas reais (Thoennes e Tjaden, 1990). Outros estudos chegaram

em conclusões semelhantes. Um estudo canadense de Bala e Schuman (2000) examinaram 196 casos entre 1990 e 1998 e concluíram que apenas um terço dos casos não foi comprovado o abuso. Das acusações realizadas pelas mães, apenas 1,3% dos casos o tribunal considerou falso em comparação com os 21 % das acusações realizadas pelo pai. Esses estudos refutam a ideia de que as acusações são comuns e que são geralmente iniciados pelas mães. Faller e De Voe (1995) examinaram 214 alegações de abuso sexual em casos de divórcio. O resultado foi que em 72,6% as acusações foram verdadeiras, em 20% foram falsas e em 7,4% foi incerto.

McGleughlin, Meyer e Baker (1999) relatam a dificuldade em distinguir entre os sintomas apresentados por crianças com conflitos decorrentes da situação de divórcio e crianças que foram abusadas sexualmente, já que os dois tipos de sintomas estão entrelaçados. O indicativo positivo para o abuso sexual depende de uma avaliação de um conjunto de comportamentos, muitos deles sutis, mas igualmente importantes. O especialista deve estar preparado para encontrar os sinais de abuso no comportamento da vítima, em suas esquivas, em suas meias palavras, se tentou contar um segredo, se de repente começou a ir mal na escola, se a criança mostra medo do abusador. Enfim, sinais que mostram um comportamento estranho, diferente ou de sofrimento da criança (Friedrich, 1998; Gomide e Padilha, 2009).

As investigações em torno de como entrevistar crianças têm crescido à medida que têm aumentado as denúncias de abuso sexual. Na grande maioria dos casos, a prova fica limitada ao discurso da vítima e do ofensor, sendo geralmente questionada a precisão e fidedignidade dos depoimentos das crianças abusadas sexualmente (Brito, Ayres e Amendola, 2006; Silva, 2005).

A literatura relata que a experiência de abuso sexual na infância e na adolescência pode desencadear efeitos negativos para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das vítimas. E há um consenso de que o abuso é risco para o surgimento dos seguintes problemas: transtornos do humor (depressão, mudanças nos hábitos alimentares e nos padrões

de sono), transtornos de ansiedade, transtornos disruptivos, que englobam transtorno desafiador-opositor e o transtorno de conduta (sintomas comuns desses quadros são fugas de casa, furtos, mentiras, desrespeito a regras e limites) e sintomas psicofisiológicos (dores de cabeça, náuseas, taquicardia). O Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT) é a psicopatologia mais citada como decorrente do abuso sexual, em que as crianças podem apresentar sintomas de hiperatividade, queixas psicossomáticas, comportamento agressivo, dificuldade de concentração e de atenção. As crianças podem apresentar, ainda, comportamentos sexuais atípicos para sua idade como brincadeiras sexualizadas com bonecas. Com relação ao abuso intrafamiliar, a ausência de proteção materna é considerada como principal fator de risco (Amazaray & Koller, 1998; Finkelhor, 1994; Gomide & Padilha, 2009; Habigzang & Koller 2011).

A mais recente pesquisa acerca das técnicas de entrevista forense para testemunhas vulneráveis, particularmente as crianças/adolescentes, centra-se no Protocolo de Entrevista do *National Institute of Child Health and Human Development* - NICHD. Um protocolo que tem como premissa realizar a investigação da suspeita de violência sexual infantil de forma estruturada abarcando todas as fases necessárias para uma entrevista investigativa. O protocolo do NICHD tem sido identificado na literatura como um bom recurso de coleta de informações de caráter judicial junto a crianças, na medida em que a sua aplicação tem demonstrado ganhos significativos na qualidade dos relatos obtidos durante as entrevistas que seguem as orientações de Michael Lamb e colaboradores (Barros, 2012; Gava, Pelisoli & Dell'Aglio 2013).

Para Lamb et al. (2008) e Lamb e Larson (2009) é possível obter informações valiosas e exatas a partir dos relatos das crianças se os procedimentos do questionamento forem cuidadosos e adequados às suas capacidades desenvolvimentais. Este protocolo subsidia particularmente o psicólogo que atua em delegacias, em perícias ou em Varas de Família em

sua prática, fornecendo-lhe mais segurança e eficácia na entrevista, minimizando a possibilidade de contaminação do relato da criança e aumentando o seu contributo na responsabilização do agressor

Outro fenômeno visto no contexto de disputas de guarda é o da *alienação parental*. O assunto é recente na literatura brasileira e é desconhecido por muitos profissionais que trabalham com o direito de família. Gardner (1998) descreve que o fenômeno de alienação parental ocorre em contextos de disputa de guarda. Embora a disputa ocorra com mais frequência entre os genitores, ela pode envolver outros cuidadores, como padrastos, madrastas, avós, tios, etc. Sua manifestação primária é uma campanha de rejeição e difamação da criança contra um dos genitores, uma campanha sem justificativa contra um genitor bom e amoroso. Ela é resultante da combinação de um programa de doutrinação por parte de um dos genitores aliada à contribuição da própria criança para denegrir o genitor alienado. Quando o abuso real ou a negligência estão presentes, a hostilidade da criança é justificada e o fenômeno da alienação parental para explicar a animosidade da criança não se aplica. Portanto, é importante que os profissionais que realizam avaliações psicológicas conheçam as características da alienação parental. Para que a possam identificar em um processo de disputa de guarda e intervir de forma a amenizar as consequências da mesma (Emery, Otto & Donohues, 2005; Gardner, 1999; Lago e Bandeira, 2009; Lass, 2013).

Acredita-se que o maior motivo que move o alienador a colocar seu plano em prática seja o inconformismo com o divórcio, ou até mesmo o desejo de vingança por ter ficado em situação econômica desfavorável. O fato é, que movido por uma vingança egoísta que visa somente os próprios interesses, o alienador acredita que atingirá o ex-cônjuge manipulando a criança, porém, ele não percebe os efeitos desastrosos que vão gradativamente atingindo a criança. A degradação do genitor alienado pode se estender aos demais familiares, como avós,

tios, primos, fazendo assim com que a criança passe a acreditar com mais facilidade nas mentiras que lhe estão sendo contadas (Fonseca, 2006; Huss, 2011; Silva, 2009).

Um estudo recente (Lass, 2013) mostrou que casos de alienação parental grave estão associados com transtorno de personalidade por parte do genitor alienador, que apresentam sintomas que se encaixavam no transtorno de personalidade paranóide, narcisista e transtorno de personalidade antissocial. A autora conclui que embora a alienação parental seja um fenômeno psicológico, são os operadores da lei (juízes, promotores e advogados) que definem a sua existência ou não.

A alienação parental pode perdurar durante anos, produzindo na criança depressão crônica, incapacidade de adaptação em ambientes fora de sua casa, transtorno de identidade e de imagem, isolamento, comportamento hostil, problemas escolares, sentimentos de impotência, abandono, insegurança, condutas regressivas e falta de organização. Os sentimentos ambivalentes de amor e ódio com o genitor alienado desnorteiam a criança, fazendo com que passe a acreditar nas histórias contadas pelo alienador, comprometendo definitivamente seu desenvolvimento normal (Fonseca, 2006; Trindade, 2010).

Por conta dessas consequências que o divórcio e a disputa de guarda podem acarretar na vida das crianças, é que a Psicologia deve estar atuando junto ao Direito nesses processos. É o psicólogo forense quem pode avaliar, como perito ou assistente técnico, qual dos genitores tem maiores condições de ficar com a guarda os filhos, pois demandam avaliações criteriosas (Lass, 2013; Pereira, 2006; Silva, 2009).

Objetivo

O objetivo deste estudo foi elaborar, aplicar e avaliar a eficácia de um protocolo para avaliação psicológica dos genitores e demais envolvidos em casos de Disputa de Guarda de filhos.

Método

Participantes

A amostra foi composta por onze famílias que entraram com pedido de guarda na Vara da Família. Participaram do estudo os genitores, companheiros (madrasta ou padrasto), profissionais da área de saúde mental e escolar e as crianças envolvidas. As famílias foram encaminhadas pela Juíza de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude de um Foro Regional de uma Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR.

Local

Os dados de nove casos foram coletados em uma sala no fórum. Em dois casos a pesquisadora participou da avaliação como convidada pela psicóloga perita (casos 1 e 11), e a coleta ocorreu em consultório particular da perita. Foram coletados dados na escola (caso 7) e no CREAS do município (casos 3 e 7).

Instrumentos

O protocolo foi composto por 7 instrumentos básicos e 3 complementares. A escolha dos instrumentos se deu em função das variáveis que influenciam uma avaliação psicológica em disputa de guarda. Os instrumentos foram utilizados de acordo com a faixa etária indicada em cada teste e também dependendo da situação familiar investigada, ou seja, o Sistema de Avaliação do Relacionamento Parental (SARP), o Inventário de Estilos Parentais (IEP), a Escala de Alienação Parental (EAP), o Inventário de Depressão (BDI), o Inventário de Sintomas de Estresse (ISSL) e a Escala de Estresse Infantil (ESI) foram aplicados em todas as famílias, já o Sistema Achenbach de Avaliação Empiricamente Baseado (bateria ASEBA), o Protocolo *National Institute of Child Heath and Human Development* (NICHD) e a Escala de Comportamentos Antissociais Graves na Infância (APSD) só foram utilizados quando houve

indicativos de abuso sexual ou de transtorno psicológico (como Transtorno de Estresse Pós-traumático, Transtorno de Conduta, Transtorno Obsessivo Compulsivo, etc) como pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1.
Protocolo de disputa de guarda

Protocolo Básico

	Instrumentos
1)	SARP - Protocolo desenvolvido por Lago & Bandeira (2013) que é composto por três técnicas: (a) Entrevistas SARP (Anexo III), (b) Protocolo de avaliação infantil chamado “Meu Amigo de Papel” (Anexo IV), (c) Escala SARP, que é pontuada pelo próprio avaliador (Anexo V);
2)	Inventário de Estilos Parentais – IEP, desenvolvido por Gomide (2006), para identificar práticas parentais utilizadas pelos pais na educação de seus filhos (Anexo VI);
3)	A Escala para investigar Alienação Parental - EAP, desenvolvida por Gomide, Bedin, Fernandes e Lass (em processo de validação) (Anexo VII);
4)	O Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL), desenvolvido por Marilda Emmanuel Novaes Lipp (2000) (Anexo IX);
5)	A Escala de Stress Infantil de Lipp (ESI), desenvolvido por Marilda Emmanuel Novaes Lipp e Maria Diva Monteiro Lucarelli (1998); (Anexo X);
6)	O Inventário de Depressão de Beck (BDI) criado por Aaron T. Beck (1961) (Anexo XI);
7)	Folha de registro desenvolvida pela própria pesquisadora para análise dos processos. (Anexo XIV).

Protocolo Complementar

- 8) Protocolo NICHD (*National Institute of Child Health and Human Development*) de entrevista forense para criança com suspeita de abuso sexual (Lamb, Hershkovitz, Orbach & Esplin, 2008). Tradução e Adaptação para o português feita por Williams, L.A e Cols (2012). *Guia de Entrevista Forense do Protocolo NICHD*. (Anexo VIII);
- 9) O Sistema Achenbach de Avaliação Empiricamente Baseado (ASEBA) criado por Achenbach (2001). (Anexo XII);
- 10) O APSD – *Antisocial Process Screening Device*, desenvolvido por Frick & Hare, (2001). Traduzido por Rocha, G.V.M & Watanabe, A. L.A (2013). Adaptação e Parâmetros Psicométricos do APSD – *Escala de Comportamentos Antissociais Graves na Infância* para População Infantojuvenil de Curitiba. [Trabalho de Mestrado]. Universidade Tuiuti do Paraná (Anexo XIII).

1) O SARP - Sistema de Avaliação do Relacionamento Parental, desenvolvido por Lago e Bandeira (2013), é um conjunto de técnicas que tem como objetivo, avaliar a qualidade do relacionamento entre pais e filhos, de forma a subsidiar possíveis recomendações acerca da guarda dos filhos. O sistema é composto de três técnicas: uma entrevista semiestruturada aplicada aos genitores, um protocolo de avaliação infantil aplicado às crianças de 5 a 12 anos (Meu Amigo de Papel); uma escala (Escala SARP) pontuada pelo próprio avaliador, com base nos dados colhidos por meio da Entrevista SARP e do protocolo de avaliação infantil, podendo incluir ainda, dados colhidos por meio de outros testes, entrevistas com terceiros, interação pais-filhos e observações clínicas. Com o objetivo de atender a necessidade de participação das crianças nos processos de disputa de guarda, Lago e Bandeira (2013) desenvolveram um material gráfico “Meu amigo de papel”, para ser utilizado como meio de comunicação com crianças de cinco a doze anos de idade. Esse instrumento é

composto por um livreto e integra o conjunto de técnicas do SARP. O resultado final do SARP aponta quais atributos do relacionamento parental estão bem atendidos e quais estão deficitários, conforme cada uma das dimensões propostas.

2) O IEP - Inventário de Estilos Parentais, criado por Gomide (2006), contém 42 questões que correspondem a sete práticas educativas utilizadas pelos pais na educação dos filhos. São duas práticas educativas positivas: (A) monitoria positiva e (B) comportamento moral. E cinco práticas educativas negativas: (C) punição inconsciente, (D) negligência, (E) disciplina relaxada, (F) monitoria negativa e (G) abuso físico. A soma das práticas negativas subtraindo-se da soma das práticas positivas fornece um índice de estilo parental (iep) que pode ser negativo ou positivo. Quando o índice de estilo parental é positivo, há predomínio de práticas educativas positivas, que se sobreponem às práticas negativas. O IEP poderá variar de -60, em que há ausência de práticas positivas e presença total de práticas negativas, a +24, com ausência de práticas negativas e presença total de práticas positivas. O IEP é utilizado em crianças a partir de seis anos até adolescentes de 18 anos de idade.

3) A EAP - Escala de Alienação Parental desenvolvida por Gomide, Bedin, Fernandes e Lass (em validação), é um instrumento que tem por objetivo avaliar comportamentos apresentados pelos genitores que possam caracterizar a alienação parental. A EAP deve ser respondida pelo profissional responsável pela avaliação familiar em caso de disputa de guarda. O instrumento deve ser preenchido para cada um dos genitores ou responsáveis envolvidos na disputa da guarda. Possui um questionário com 68 itens agrupados em cinco categorias (impedir/dificultar contato da criança de um genitor em relação ao outro; comportamentos de desqualificar/difamar de um dos genitores, manipular emocionalmente - como por exemplo, de punir ou retirar afeto diante de expressões de apreço ou de interesse de relacionamento do filho em relação ao outro genitor, comportamentos do genitor na avaliação, comportamento da criança na avaliação/visitação), em escala *Likert* de três pontos: sempre,

às vezes e nunca, que equivalem a 2, 1 e 0, respectivamente. A correção da escala se dá pela soma dos fatores que variam de no máximo 34 pontos e no mínimo 0 pontos. Ainda não foi construída a escala de normatização, portanto, se está usando a pontuação total e comparando os valores de cada um dos genitores envolvidos, assim, a pontuação até 7 indica que não há alienação, de 9-16 é considerado leve, de 20-33 moderado e acima de 37 é indicador de grave alienação parental.

4) O ISSL - Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (2000), avalia a presença de estresse, a fase do estresse (alerta, resistência, quase-exaustão e exaustão) e o tipo de sintoma mais frequente (físico ou psicológico). O instrumento inclui 37 itens de natureza somática e 19 de psicológica, sendo os sintomas muitas vezes repetidos, diferindo somente a sua intensidade e seriedade. É dividido em três períodos de tempo, a saber: nas últimas 24 horas; na última uma semana e no último mês.

5) A ESI - Escala de Stress Infantil de Lipp & Lucarelli (1998), verifica a existência ou não de estresse em crianças entre 6 a 14 anos, possibilitando, assim, que se determine o tipo de reação mais frequente. A Escala de Stress Infantil (ESI) possui 35 itens, agrupados em quatro fatores: reações físicas; reações psicológicas; reações psicológicas com componente depressivo e reações psicofisiológicas. O estresse total é a somatória dos quatro fatores. A resposta ao item é feita por meio de uma escala *Likert* de cinco pontos, na qual a criança pinta um círculo dividido em quatro partes, conforme a frequência com que os participantes experimentam os sintomas apontados pelos itens.

6) O BDI - Inventário de Depressão de Beck (1961) é um instrumento que avalia a intensidade da depressão (mínimo, leve, moderado ou grave). Consiste em um questionário de auto-relato com 21 itens de múltipla escolha, cada um com quatro alternativas que avaliam os sintomas correspondentes aos critérios diagnósticos dos transtornos depressivos descritos no Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM). O autor explicar que o

BDI reflete o grau de depressão, porém não o seu diagnóstico, pois estabelecer o diagnóstico da depressão requer avaliação de um médico.

7) Folha de Registro: para análise de processos judiciais em disputa de guarda. Contém informações como: dados de identificação do processo e das partes envolvidas; o motivo da procura pelo serviço de custódia, tipo de requerimento, breve resumo dos fatos, quesitos levantados, instrumentos a ser utilizados e demais informações que se achou pertinente ao estudo.

8) O Protocolo *NICHD - National Institute of Child Heath and Human Development*, é um protocolo criado por Lamb, Hershkovitz, Orbach & Esplin (2008) de entrevista forense para criança com suspeita de abuso sexual. A Entrevista do protocolo NICHD é o resultado de um estudo aprofundado de Michael Lamb e seus colaboradores ao longo de 20 anos sobre o envolvimento das crianças no sistema de justiça. O uso desse protocolo requer um treinamento, para realizar entrevistas de qualidade junto as crianças e reduzir seu trauma Peixoto (2010). Lamb et al. (2008) dividiram o Protocolo em duas partes: a parte pré-substantiva e a parte substantiva. A parte pré-substantiva conta com algumas etapas: a) etapa introdutória, na qual o entrevistador se apresenta à criança e esclarece a tarefa que será realizada e b) etapa de construção do vínculo, ou seja, criar um ambiente descontraído e de apoio para estabelecer o *rapport* entre a criança e o entrevistador; e solicitar que a criança descreva experiências recentes e eventos neutros em detalhes. Nessa parte da entrevista, o objetivo da sessão é que a criança se familiarize com as questões abertas Na fase de treino para a memória episódica, a criança tem a oportunidade de fazer a revelação do abuso sexual. Quando isso acontece, o entrevistador solicita à criança: “*Me conta tudo sobre isso*”. Desse modo, o entrevistador pede que a criança fale mais sobre o evento que relatou anteriormente, utilizando as mesmas palavras da criança e fazendo referência a detalhes mencionados por ela, tomando cuidado para não contaminar as memórias referentes ao evento. O entrevistador

dá continuidade com as perguntas abertas encerrando a sessão com um tópico neutro (Williams, L.C. A & Cols, no prelo). O Protocolo NICHD foi traduzido e adaptado para o português por Williams, Hackbarth, Blefari e Padilha (2012) como *Guia de Entrevista Forense do Protocolo NICHD*.

9) O ASEBA - Sistema de Avaliação de Base Empírica de Achenbach (2001), é um sistema integrado de avaliação por meio de múltiplos informantes. O *Child Behavior Checklist* (CBCL) é respondido pelos pais e/ou responsáveis, o *Youth Self-Report* (YSR) pelos adolescentes e *Teacher's Report Form* (TRF) pelos professores. O instrumento mede 24 escalas, agrupadas em subcategorias. A escala de competências totais agrupa as subcategorias atividade, social e escola. A escala de comportamentos internalizantes é composta pelas subcategorias ansiedade/depressão, isolamento/depressão e queixas somáticas. A escala de comportamentos externalizantes tem os comportamentos de quebrar regras e agressivos. Além destas existem mais nove subcategorias: problemas afetivos, problemas de ansiedade, problemas somáticos, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno Desafiador Opositivo, Transtorno de Conduta, Problemas de Lentidão Cognitiva, Transtorno Obsessivo Compulsivo e Stress Pós-Traumático. Trata-se de um inventário, que fornece respostas referentes aos aspectos sociais, emocionais e/ou comportamentais de crianças e adolescentes.

10) O APSD – Escala de Comportamentos Antissociais Graves na Infância (*Antisocial Process Screening Device*, Frick & Hare, 2001), traduzido e adaptado por Rocha, G.V.M & Watanabe, A.L.A (2013) tem o objetivo de identificar padrões indicativos de comportamentos antissociais graves na faixa etária de 6 a 13 anos. A escala APSD é composto de vinte itens, medindo três classes de comportamentos: *insensibilidade emocional* (que se refere: a falta de culpa ou remorso e ausência de empatia e compaixão para com os outros); *narcisismo* (caracterizada por um exagerado sentido de grandiosidade, superioridade, vaidade e

exibicionismo, além de uma necessidade excessiva de admiração) e a *impulsividade* (relaciona-se a reações desproporcionais ao estímulo provocativo, falta de limites e responsabilidade sobre os seus atos e uma falta de planejamento). Os itens pontuados em uma escala de três pontos: F (Sempre falso), AV (às vezes verdadeiro), ou V (sempre verdadeiro) pelos informantes. O teste é pontuado por meio de entrevista semi-estruturada, numa graduação de zero a dois pontos para cada item, em um total de 40 pontos. O resultado (soma total dos três fatores) acima de 30 pontos, em situações forenses, traduz indicativo grave para comportamentos antissociais. Portanto, T-score até 45% (1p-7p) é considerado abaixo da média, até 55% (8p-15p) é proporcional/habitual, até 60% (16p-19p) fraco, até 65% (16-19) leve, até 70% (17-23) moderado e acima de 70% (27p) significa altamente antissocial.

Procedimento

A pesquisadora entrou em contato com a Juíza da Vara de Família de um município da região Metropolitana de Curitiba/PR, solicitando o encaminhamento de participantes para sua pesquisa, com famílias em disputa de guarda. Após a autorização da juíza o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, e recebeu aprovação (Protocolo nº 27754214.5.0000.0103). A juíza designou os casos e nomeou a pesquisadora em nove deles como perita oficial, e em dois casos como assistente da perita. Os genitores e as crianças envolvidas foram então convocados para comparecer ao fórum, para realização de entrevistas e testagem. Nesta ocasião foram convidados para a pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram também entrevistados pessoas da família extensa como, atuais cônjuges e em um dos casos, duas psicólogas que faziam acompanhamento terapêutico com as crianças envolvidas. Em outros dois casos, foram entrevistadas coordenadoras da escola das crianças em função da relevância de suas informações. As entrevistas e aplicação dos instrumentos

foram gravadas em áudio e levaram o tempo mínimo de 1 sessão e máximo de seis sessões de 1h com cada participante.

Resultados

Os resultados desta pesquisa serão apresentados de maneira a informar: quem são os participantes do estudo e suas principais características, o tempo despendido para realização de cada perícia (aplicação, correção das testagens e elaboração dos laudos) e o número de sessões realizadas por família. Em seguida, serão apresentados os principais resultados de cada família, obtidos por meio do protocolo básico e complementar de avaliação. Será apresentada também, uma síntese das principais informações identificadas em cada família e qual foi a recomendação da juíza de ¹guarda primária em cada caso. E, por fim, será apresentado um estudo de caso, da família 03, para ilustrar a utilização do protocolo completo.

Os motivos dos encaminhamentos listados nos processos foram: ação de reversão de guarda com pensão alimentícia (casos 1, 2, 4, 9, 10 e 11), pedido de guarda compartilhada e regulamentação de visitas (caso 6), ação de divórcio/dissolução de união estável e pedido de guarda (casos 3, 5 e 8), regularização de guarda (caso 7). Houve ainda pedido de tutela antecipada no caso 2.

1. O conceito de guarda primária ou principal refere-se ao conceito de um genitor, mantendo a custódia de um filho menor na maior parte do tempo da criança.

Tabela 2.

Membros, idade dos participantes e guardião.

Família	Participantes
1	Pai (41), Mãe (27), criança do sexo masculino (7), criança do sexo masculino (4). Guarda provisória: mãe
2	Pai (52), Mãe (46), adolescente do sexo masculino (14), esposa atual do genitor (29) e a professora. Guarda provisória: pai
3	Pai (48), Mãe (38), adolescente do sexo feminino (15), criança do sexo feminino (9), duas professoras, a psicóloga do CREAS e a psicóloga que estava fazendo o acompanhamento das menores. Guarda provisória: mãe
4	Pai (38), mãe (34), esposa atual do genitor (38), o adolescente do sexo masculino (16). Guarda provisória: pai
5	Pai (35), Mãe (41), adolescente do sexo feminino (16), adolescente do sexo feminino (14), criança do sexo masculino (6). Guarda provisória: mãe
6	Pai (33), genitora (31), marido atual da genitora (30), criança do sexo masculino (9), criança do sexo masculino (6). Guarda provisória: mãe
7	Pai (29), Mãe (25), criança do sexo masculino (8), criança do sexo feminino (6). Guarda provisória: mãe
8	Pai (31), Mãe (26), criança do sexo feminino (4); namorado atual da genitora (26), psicóloga do CREAS, pedagoga. Guarda provisória: pai
9	Pai (34), Mãe (33), adolescente do sexo feminino (16), adolescente do sexo masculino (14), criança do sexo masculino (11), esposa atual do genitor (34). Guarda provisória: mãe
10	Pai (43), Mãe (22), criança do sexo masculino (4), esposa do genitor (43), professora. Guarda provisória: pai
11	Pai (45), Mãe (34), criança do sexo masculino (5), esposa do genitor (32). Guarda provisória: mãe

A Tabela 2 apresenta os 11 grupos familiares entrevistados e as informações básicas dos participantes da pesquisa. Foram entrevistadas 19 crianças e adolescentes, com faixa etária de 04 a 16 anos, média de 9,68 anos e a maioria foi do sexo masculino (63,0%). A idade dos genitores variou de 29 a 52 anos, com média de 32,45 anos e das genitoras, variou

de 22 a 46 anos, com média de 39 anos. Foram entrevistados dois padrastos e cinco madrastas, com idade média de 28 e 35 anos, respectivamente. O número de membros do núcleo familiar envolvido variou de quatro a seis, com média de 4,36 e o número de filhos variou entre 1 e 3 crianças e/ou adolescentes. Em cinco famílias estudadas o casal em litígio era casado, outros seis constituíram união estável e, em uma família, havia um caso extraconjugal por parte do genitor.

O pai possuía a guarda provisória em quatro casos e a mãe, em sete. No caso da *família 02*, a guarda era do pai, porém o adolescente de 14 anos estava residindo com a mãe por vontade própria; na *família 03*, o pai estava impedido de ter contato com suas duas filhas, de 14 e 9 anos, devido à suspeita e alegações de abuso sexual perpetrado por ele; na *família 04*, o adolescente de 16 anos estava residindo por vontade própria com o pai há cinco meses; no caso da *família 05*, ainda que a guarda dos três filhos fosse da mãe, a mais velha de 16 anos vivia com o namorado, a de 14 com o pai e a criança de 6 anos com a mãe; na *família 06* a guarda estabelecida era da mãe, uma vez que o genitor residia em outro país. No caso da *família 08*, a mãe só visitava a sua filha de 4 anos, acompanhada pelo Conselho Tutelar do município, devido à suspeita e abuso sexual por parte do padrasto da criança.

Tabela 3.

Tempo em horas despendido para a realização das perícias

Família	Tempo de Aplicação	Correção dos Dados	Elaboração de Parecer	Total
1	14	05	15	34
2	16	08	20	44
3	26	20	25	71
4	07	05	16	28
5	12	09	18	39
6	11	10	20	41
7	10	05	15	30
8	08	06	25	39
9	12	07	17	36
10	07	05	15	27
11	09	05	15	29
Total	132 h	85 h	201 h	418 h

Na tabela 3 verifica-se o número de horas despendidas para aplicação do protocolo. Foram gastas 132 h entre entrevistas e aplicação dos instrumentos com todos os envolvidos, uma média de 12 h por família, com mínimo de 7 e máximo de 26 h. Para a correção dos instrumentos foram necessários 85 h, média de 7,73 h por família. Gastou-se em média 2 h para correção dos testes quantitativos (IEP, EAP, ISSL, ESI, BDI, Escala SARP). Para organização dos dados qualitativos (roteiro de entrevista SARP, protocolo infantil Meu Amigo de papel), uma média de 5 h foram despendidas. O tempo de correção foi acrescido em média de 6h nos casos em que foi aplicado o protocolo complementar. Para a confecção de laudo psicológico foram necessárias 201 h, com uma média de 18,27 h por família. Via de regra, o tempo para a realização da perícia, desde coleta de dados até a entrega do laudo, foi de em média, duas semanas.

Tabela 4.
Número de sessões realizadas com cada participante.

Participantes	Famílias											Total (h)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
Mãe	6	5	6	2	3	3	3	2	3	2	3	38
Pai	4	5	6	2	3	3	3	2	2	2	3	35
Filho1	2	3	4	2	2	2	2	1	2	1	2	23
Filho 2	2	-	4	-	2	2	2	-	2	-	-	14
Filho 3	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-	-	4
Madrasta	-	2	-	1	-	-	-	-	1	1	1	6
Padrasto	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2
Psicólogo	-	-	4	-	-	-	-	1	-	-	-	5
Professor	-	1	2	-	-	-	-	1	-	1	-	5
Total (h)	14	16	26	7	12	11	10	8	12	7	9	132

A tabela 4 mostra o número de sessões, de 1 hora, com cada membro familiar, incluindo entrevistas e aplicação de instrumentos. Foram realizadas 132 entrevistas ao longo do estudo, com média de 12 entrevistas por família, com mínimo de 7 e máximo de 26 entrevistas com cada família. O núcleo familiar era composto pelos filhos, o genitor e a genitora. A família extensa englobou novo (a) esposa (o) ou companheiro (a) do genitor (a). Com os menores a média foi de duas sessões. Foram avaliados 5 madrastas e 2 padrastos nas famílias 2, 4, 6, 8, 9, 10 e 11. Os professores foram entrevistados em 4 famílias. Em duas famílias, com alegações de abuso sexual contra os menores, entrevistou-se também a psicóloga do CREAS do município.

O protocolo padrão aplicado para os filhos, de acordo com a faixa etária permitida pelos instrumentos, foram: Meu Amigo de Papel do SARP, IEP, ESI e BDI. As sessões com os genitores e família extensa englobaram o roteiro de entrevista do SARP, ISSL, BDI, IEP e EAP. Com os profissionais foram realizadas entrevistas para obtenção de informações sobre as famílias. O padrasto da família 06, com indicação de alienação parental, não foi avaliado por

meio de teste, pois se recusou a responder os instrumentos BDI e ISSL. O protocolo de abuso sexual NICDH foi aplicado na família 03 e foi realizado em conjunto com um profissional especializado na aplicação do instrumento. Nesse caso específico, fez-se necessário, um número maior de entrevistas com as filhas, uma criança e a outra adolescente, face às acusações de abuso sexual por parte do genitor. E, também, por ser um caso mais complexo, foram entrevistadas as coordenadoras da escola, aplicando o TRF (respondido por professores) da bateria ASEBA, com o objetivo de checar e cruzar informações a respeito do comportamento das menores e das práticas parentais de ambos os genitores observadas pelo corpo docente da escola. Foram, ainda, nesse caso, entrevistadas duas psicólogas, uma delas, funcionária do CREAS do município, pois foi quem fez o primeiro atendimento e a escuta das menores. Também foi ouvida a outra psicóloga que realizava o acompanhamento terapêutico com as meninas. Este caso foi escolhido como o estudo de caso e está descrito com maiores detalhes no decorrer desse trabalho, após descrição dos resultados.

Tabela 5

Práticas Educativas Parentais (versão filhos)

Família	Monitoria Positiva	Comportamento moral	Punição Inconsistente	Negligência	Disciplina Relaxada	Monitoria negativa	Abuso Físico	IEP
1	Pai	10 (2)	6 (4)	0 (1)	0 (1)	2 (1)	2 (3)	+12 (1)
	Mãe	10 (2)	7 (4)	0 (1)	0 (1)	3 (1)	3 (4)	+11 (2)
2	Pai	6 (4)	10 (2)	10 (2)	6(4)	4(4)	5(3)	1(3) -1 (3)
	Mãe	10 (3)	10 (2)	1 (1)	0(1)	3 (3)	8 (4)	1 (3) +7 (2)
	Madrasta	1 (4)	3 (4)	8 (4)	4(4)	3(3)	1 (1)	12 (4) -24 (4)
3 <i>Filho 1</i>	Pai	8 (3)	6 (4)	9 (4)	3 (3)	4 (4)	6 (4)	7 (4) -15 (4)
	Mãe	8 (3)	4 (4)	8 (4)	3 (3)	8 (4)	3 (4)	-18 (4)

Família	Monitoria Postiva	Comportamento moral	Punição Inconsistente	Negligência	Disciplina Relaxada	Monitoria negativa	Abuso Físico	IEP
<i>Filho 2</i>								
Pai	0 (4)	0 (4)	3 (3)	9 (4)	1 (2)	1 (1)	5 (4)	-19 (4)
Mãe	12 (1)	12 (1)	6 (4)	0 (1)	0 (1)	8 (4)	0 (1)	+10 (2)
4								
Pai	9 (3)	8 (3)	1 (1)	2 (2)	3 (3)	3 (3)	1 (3)	+7 (2)
Mãe	6 (4)	7 (4)	8 (4)	7 (4)	3 (3)	8 (4)	3 (4)	-16 (4)
5								
<i>Filho 1</i>								
Pai	7 (3)	7 (3)	3 (3)	0 (1)	1 (1)	1 (1)	3 (4)	+7 (2)
Mãe	9 (3)	6 (4)	0 (1)	0 (1)	1 (1)	4 (2)	6 (4)	+4 (3)
<i>Filho 2</i>								
Pai	8 (3)	10 (2)	3 (2)	0 (1)	3 (3)	5 (3)	0 (1)	+7 (2)
Mãe	5 (4)	6 (4)	9 (4)	9 (4)	1 (1)	10 (4)	0 (1)	-18 (4)
<i>Filho 3</i>								
Pai	11 (1)	10 (2)	0 (1)	5 (4)	0 (1)	3 (2)	0 (1)	+13 (1)
Mãe	10 (2)	10 (2)	1 (1)	0 (1)	1 (1)	5 (2)	0 (1)	+13 (1)
6								
<i>Filho 1</i>								
Pai	8 (3)	4 (4)	1 (1)	5 (4)	0 (1)	1 (1)	0 (1)	+5 (2)
Mãe	6 (4)	3 (4)	5 (3)	5 (4)	5 (2)	5 (2)	3 (4)	-14 (4)
Padrasto	4 (4)	4 (4)	4 (3)	4 (3)	2 (2)	3 (2)	7 (4)	-12 (4)
<i>Filho 2</i>								
Pai	8 (3)	8 (3)	5 (4)	4 (3)	6 (4)	4 (2)	0 (1)	-3 (4)
Mãe	11 (2)	10 (2)	5 (4)	2 (3)	1 (1)	5 (2)	2 (4)	+6 (2)
Padrasto	10 (2)	6 (4)	6 (4)	2 (2)	3 (3)	3 (2)	0 (1)	+2 (3)
7								
Pai	4 (4)	3 (3)	0 (1)	2 (2)	4 (3)	0 (1)	0 (1)	+1 (3)
Mãe	5 (4)	3 (4)	5 (3)	3 (3)	0 (1)	2 (1)	3 (4)	-5 (4)
8	Não aplicado (criança não correspondia à faixa etária definida para o teste)							
9								
<i>Filho 1</i>								
Pai	1 (4)	3 (4)	2 (2)	11 (4)	3 (3)	0 (1)	1 (3)	-13 (4)
Mãe	7 (4)	6 (4)	1 (1)	2 (2)	2 (2)	6 (3)	0 (1)	+2 (3)
Madrasta	0 (4)	0 (4)	1 (1)	0 (1)	2 (2)	0 (1)	1 (3)	-4 (4)
<i>Filho 2</i>								
Pai	10 (2)	12 (1)	2 (2)	0 (1)	3 (3)	12 (4)	1 (3)	+4 (2)
Mãe	1 (4)	5 (4)	9 (4)	10 (4)	5 (4)	3 (1)	12 (4)	-33 (4)
Madrasta	2 (4)	8 (3)	2 (2)	1 (2)	0 (1)	4 (2)	0 (1)	+3 (3)

Família	Monitoria Postiva	Comportamento moral	Punição Inconsistente	Negligência	Disciplina Relaxada	Monitoria negativa	Abuso Físico	IEP
Filho 3 Pai	11 (2)	12 (1)	1 (1)	0 (1)	3 (3)	6 (3)	0 (1)	+13 (1)
	1 (4)	3 (4)	8 (4)	9 (4)	2 (2)	6 (3)	12 (4)	-33 (4)
	11 (2)	12 (1)	2 (2)	0 (1)	2 (2)	7 (3)	0 (1)	+12 (1)
10 Pai	12 (1)	12 (1)	0 (1)	0 (1)	4 (4)	9 (4)	0 (1)	+11 (1)
	12 (1)	10 (1)	0 (1)	0 (1)	4 (3)	10 (4)	0 (1)	+18 (1)
	4 (4)	3 (3)	0 (1)	2 (2)	4 (3)	0 (1)	0 (1)	+1 (3)
	5 (4)	3 (4)	5 (3)	3 (3)	0 (1)	2 (1)	3 (4)	-5 (4)
11 Mãe	12 (1)	10 (1)	0 (1)	0 (1)	4 (3)	10 (4)	0 (1)	+18 (1)
	4 (4)	3 (3)	0 (1)	2 (2)	4 (3)	0 (1)	0 (1)	+1 (3)
	5 (4)	3 (4)	5 (3)	3 (3)	0 (1)	2 (1)	3 (4)	-5 (4)
	5 (4)	3 (4)	5 (3)	3 (3)	0 (1)	2 (1)	3 (4)	-5 (4)

(1) Ótimo (2) Bom (3) Regular (4) de Risco

A Tabela 5 apresenta as práticas parentais dos cuidadores medidas por meio do Inventário de Estilos Parentais (IEP). Os filhos responderam sobre as práticas parentais utilizadas pelos seus pais e/ou cuidadores (madrasta e padrasto) em sua educação.

Os genitores da família 01 apresentaram para o filho mais velho (7 anos), índice positivo em práticas parentais (pai = +12 e mãe = +11), porém com ausência de comportamento moral e presença de prática negativa no item abuso físico. Neste caso, apenas um dos filhos respondeu o IEP, pois o outro, de 4 anos, possuía idade inferior ao estabelecido pelo teste.

O filho da família 02 respondeu o IEP sobre os genitores e sobre a madrasta. A mãe apresentou índice positivo em práticas parentais (+7) e o pai apresentou um índice negativo (-1), principalmente devido à negligência, ausência de regras e monitoria positiva de risco. A madrasta foi percebida pelo enteado com fortes práticas parentais de risco (-24), especificamente com ausência de comportamento moral e monitoria positiva e presença

marcante de negligência, punição inconsistente e abuso físico. Os índices de estilos parentais paternos e da madrasta são indicações de necessidade de encaminhamento para terapia.

Os resultados da família 03 mostraram que a filha mais nova (9 anos) percebeu práticas parentais de risco em ambos os genitores (pai = -15 e mãe = -18), especificamente em ausência de comportamento moral, presença de punição inconsistente, disciplina relaxada, monitoria negativa e abuso físico. A filha mais velha (14 anos) percebeu as práticas maternas como positivas (+10), porém mostrou presença de punição inconsistente e monitoria negativa de risco, já o pai apresentou índice de estilo parental negativo (-19), com ausência de comportamento moral, monitoria positiva e presença de negligência e abuso físico. Esse índice sugere necessidade de terapia para o pai e, no caso materno, encaminhamento para o curso de capacitação para pais.

Na família 04 as práticas educativas paternas obtiveram índices positivos (+7). As maternas obtiveram índices negativos (-16), revelando ausência de comportamento moral e monitoria positiva de risco e, forte presença de punição inconsistente, monitoria negativa, negligência e abuso físico, somente a prática parental de disciplina relaxada apresentou índice regular. Esse resultado indica necessidade de encaminhamento da mãe para terapia, nas quais possam ser enfocadas as consequências do uso de práticas negativas em detrimento das positivas.

Dentre os três filhos da família 05, a filha mais velha (16 anos) e o mais novo (6 anos) perceberam práticas educativas de ambos os genitores como positivas, em que a filha percebeu as práticas do pai (+7) melhores que o da mãe (+4), para o filho, ambos obtiveram iep igual (+13). Já a filha do meio (14 anos) percebeu práticas paternas positivas (+7) e práticas maternas de risco (-18), principalmente em ausência de comportamento moral, monitoria positiva e presença de punição inconsistente, monitoria negativa e negligência. O

índice materno sugeriu encaminhamento para curso de capacitação para pais para aprimoramento das práticas parentais.

Os dois filhos da família 06 responderam o IEP sobre os genitores e sobre o padrasto. O pai obteve índice positivo (+5) para o filho mais velho (9 anos) e negativo (-3) para o mais novo (6 anos). Já a mãe obteve IEP negativo (-14) para o mais velho e positivo (+ 6) para o mais novo. O filho mais velho percebeu as práticas do padrasto como negativas, com IEP (-12) especificamente em total ausência de comportamento moral, monitoria positiva e presença de risco para negligência e alto risco para abuso físico. É sugerido encaminhamento para o curso de capacitação para o pai e de realização de terapia para a mãe e padrasto.

Na família 07, ambos os genitores obtiveram baixo índice em suas práticas educativas, em que o pai obteve índice regular (+1), com ausência de monitoria positiva e comportamento moral, no qual sugere encaminhamento para curso de capacitação para pais. A mãe obteve índice negativo e de maior risco (-5), principalmente em ausência de comportamento moral, monitoria positiva e presença de punição inconsistente, negligência e abuso físico de risco, em que sugere encaminhamento para terapia.

Na família 08, a filha não respondeu ao IEP devido sua faixa etária (4 anos) ser inferior ao exigido no teste.

Os filhos da família 09 (16, 14 e 11 anos) responderam o IEP sobre os genitores e sobre a madrasta. Para dois dos três filhos (14 e 11 anos), o pai e a madrasta tiveram índices positivos (pai = +4 e +13, madrasta= +3 e +12; respectivamente) e ambos percebem fortes práticas negativas da mãe (-33), principalmente em ausência de comportamento moral e monitoria positiva e presença de disciplina relaxada, punição inconsistente e abuso físico de risco. Para a filha mais velha a mãe apresentou índice positivo (+2) e o pai e a madrasta apresentaram índices negativos (respectivamente, -13 e -4), principalmente em ausência de comportamento moral e monitoria positiva e o pai obteve índice de risco em negligência. É

sugerido encaminhamento de terapia para a mãe e para o pai o curso de capacitação para pais, para aprimoramento das práticas parentais.

Os genitores da família 10 apresentaram índice de estilos parentais positivos (pai= +11 e mãe= +18). No entanto, o pai apresentou presença de práticas educativas de risco em disciplina relaxada e monitoria negativa.

Na família 11, a mãe apresentou ausência de comportamento moral e monitoria positiva e presença de abuso físico, com índice de estilo parental negativo (-5), que indica necessidade de encaminhamento para terapia. O pai obteve índice de estilo parental regular (+1), com ausência de comportamento moral e monitoria positiva e presença de disciplina relaxada. Este índice sugere o encaminhamento para o curso de capacitação para pais, para aprimoramento das práticas parentais.

Tabela 6
Nível de estresse

Famílias	Pai	Mãe	Filho 1	Filho 2	Filho 3	Madrastra	Padrasto
1	Ausente	Ausente	Ausente	Não aplicado	-	-	-
2	Ausente	Alerta (físico)	Ausente	-	-	Não aplicado	-
3	Resistência (psicológico)	Quase-Exaustão (psicológico)	Ausente	Presente (Psicológico)	-	-	-
4	Resistência (físico)	Exaustão (psicológico)	Alerta (psicológico)	-	-	-	-
5	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	-	Ausente
6	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	-	-	-
7	Ausente	Resistência (psicológico)	Ausente	Ausente	-	-	-
8	Alerta (psicológico)	Resistência (psicológico)	-	Não aplicado	-	-	Ausente
9	Ausente	Ausente	Resistência (psicológico)	Alerta (físico)	Ausente	Resistência (psicológico)	-
10	Ausente	Ausente	Não aplicado	-	-	Ausente	-
11	Ausente	Alerta (físico)	Presente (Psicofisiológico)	-	-	Ausente	-

A tabela 6 apresenta os sintomas ou sinais de estresse dos participantes. Nos adultos e nos adolescentes foi aplicado o ISSL e nas crianças a ESI. O ISSL indica em que fase de estresse a pessoa se encontra (alerta, resistência, quase-exaustão ou exaustão) e qual o sintoma predominante (físico ou psicológico). Foi possível observar que houve indicativos de estresse em três genitores (família 03, 04 e 08) sendo que em um deles, na fase de *alerta* e, em dois na fase de *resistência*. Houve indicativos positivos em seis genitoras (família 02, 03, 04, 07, 08 e 11), sendo duas na fase *alerta*, duas na fase de *resistência*, uma na fase de quase-exaustão e uma na fase mais grave do estresse, o de *exaustão*. O instrumento foi aplicado em quatro menores (família 03, 04, 09), sendo que uma adolescente apresentou sinal de estresse, na fase *alerta*, com predominância de sintomas físicos.

A ESI, além de verificar a existência ou não de estresse, também determina o tipo de reação mais frequente (físicas, psicológicas, psicológicas com componente depressivo e psicofisiológicas). Os resultados mostraram a presença de estresse em duas crianças (família 03 e 11), sendo uma com reações psicológicas e a outra com reações psicofisiológicas como a mais frequente. As crianças das famílias 01, 08 e 10 não foram testadas, porque não correspondiam à faixa etária definida para o teste.

Tabela 7

Nível de depressão

Famílias	Pai	Mãe	Filho 1	Filho 2	Filho 3	Madrasta	Padrasto
1	Mínimo	Mínimo	-	-	-	-	-
2	Mínimo	Leve	Mínimo	-	-	Não aplicado	-
3	Grave	Mínimo	Mínimo	Não aplicado	-	-	-
4	Mínimo	Grave	Leve	-	-	-	-

Famílias	Pai	Mãe	Filho 1	Filho 2	Filho 3	Madrasta	Padrasto
5	Mínimo	Mínimo	Mínimo	Mínimo	Não aplicado	-	-
6	Mínimo	Mínimo	Não aplicado	Não aplicado	-	-	Mínimo
7	Mínimo	Leve	Não aplicado	Não aplicado	-	-	-
8	Mínimo	Moderado	Não aplicado	-	-	-	Leve
9	Mínimo	Mínimo	Mínimo	Mínimo	Não aplicado	Leve	-
10	Mínimo	Mínimo	Não aplicado	-	-	Mínimo	-
11	Mínimo	Leve	Não aplicado	-	-	Mínimo	-

A tabela 7 mostra indicativos e intensidades de depressão (mínimo, leve, moderada ou grave) nos participantes. Houve indicativos de presença de depressão no genitor da família 03, com intensidade *grave*, e em cinco genitoras, sendo que nas famílias 02, 07 e 11 com intensidade *leve*, na família 08 *moderada* e na família 04 *grave*. Um menor, da família 04, apresentou indicativo positivo para depressão com intensidade *leve*. Com relação à família extensa, a madrasta da família 09 e o padrasto da família 08 apresentaram sinais de depressão com intensidade *leve*. Os padrastos das famílias 01 e 06 se recusaram a responder o teste.

Tabela 8

Escala SARP (médias gerais das dimensões)

	Famílias											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
Pai	2,4	1,6	1,9	2,2	2,8	2,7	2,1	2,5	2,7	2,6	2,7	2,3
Mãe	2,6	2,6	2,3	2,2	2,8	2,6	2,3	2,6	2,5	2,8	2,9	2,5

A tabela 08 mostra a avaliação pela Escala SARP, ou seja, quanto mais próximo de 3, melhor é a qualidade do relacionamento entre pais e filhos, por outro lado, quanto mais próximo de 1, mais prejudicada está essa relação. Foi calculada a média total de cada uma das oito dimensões do teste e posteriormente calculou-se a média geral de todos os fatores, de cada genitor. Verificou-se que das 11 famílias estudadas, as mães foram as que apresentaram, de maneira geral, melhor relacionamento e cuidados com os filhos. O pai da família 02 e a mãe da família 04 apresentaram maior prejuízo nos cuidados e no relacionamento com os filhos e o pai da família 05 e a mãe da família 11 apresentaram melhores cuidados.

Tabela 9

Presença de Alienação Parental

Família	Impedir/ dificultar	Difamar	Manipulação	Comportamento do alienador	Comportamento da criança	Total
1						
Pai	18 (4)	7 (3)	15 (4)	8 (4)	1 (2)	49 (4)
Mãe	1 (2)	2 (1)	0 (1)	0 (1)	1 (2)	4 (1)
2						
Pai	2 (2)	18 (4)	7 (4)	3 (3)	8(4)	38 (4)
Mãe	1 (2)	8 (3)	8 (4)	0(1)	8 (4)	25 (3)
Madrasta	6 (3)	15 (4)	7 (4)	4(4)	11(4)	43 (4)
3						
<i>Criança</i>						
Pai	3 (2)	12 (4)	17 (4)	4 (4)	13 (4)	49 (4)
Mãe	5 (3)	4 (2)	5 (3)	1 (2)	13 (4)	28 (3)
<i>Adolescente</i>						
Pai	3 (2)	12 (4)	17 (4)	4 (4)	13 (4)	49 (4)
Mãe	5 (3)	4 (2)	5 (2)	1 (2)	5 (4)	20 (3)
4						
Pai	0 (1)	3 (2)	2 (2)	0 (1)	10 (4)	15 (2)
Mãe	2 (2)	8 (3)	17 (3)	3 (3)	11 (4)	41 (4)
5						
<i>Filho 1 -cça</i>						
Pai	2 (2)	0 (1)	1 (2)	0 (1)	0 (1)	3 (1)
Mãe	0 (1)	0 (1)	2 (2)	0 (1)	0 (1)	2 (1)
<i>Filho- meio</i>						
Pai	2 (2)	0 (1)	1 (2)	0 (1)	1 (2)	4 (1)
Mãe	0 (1)	0 (1)	2 (2)	0 (1)	1 (2)	3 (1)

Família	Impedir/ dificultar	Difamar	Manipulação	Comportamento do alienador	Comportamento da criança	Total
Filho 3-adol	2 (2)	0 (1)	1 (2)	0 (1)	2 (3)	5 (1)
Pai	0 (1)	0 (1)	2 (2)	0 (1)	2 (3)	4 (1)
Mãe						
6						
Filho 1 (cça)	0 (1)	1 (1)	0 (1)	0 (1)	2 (3)	3 (1)
Pai	15 (4)	7 (3)	12 (4)	5 (4)	2 (3)	41 (4)
Mãe	23 (4)	6 (3)	21 (4)	11 (4)	2 (3)	63 (4)
Padrasto						
Filho 2	0 (1)	1 (1)	0 (1)	0 (1)	3 (3)	4 (1)
Pai	15 (4)	7 (3)	12 (4)	5 (4)	3 (3)	42 (4)
Mãe	23 (4)	6 (3)	21 (4)	11 (4)	3 (3)	61 (4)
Padrasto						
7						
Filho 1	0 (1)	7 (3)	1 (2)	0 (1)	2 (3)	10 (2)
Pai	0 (1)	5 (2)	1 (2)	1 (2)	2 (3)	9 (2)
Mãe						
Filho 2	0 (1)	7 (3)	1 (2)	0 (1)	2 (3)	10 (2)
Pai	0 (1)	5 (2)	1 (2)	1 (2)	2 (3)	9 (2)
Mãe						
8						
Pai	8 (3)	2 (1)	4 (3)	1 (2)	1 (2)	16 (2)
Mãe	4 (3)	0 (1)	0 (1)	0 (1)	1 (2)	5 (1)
9						
Filho 1	0 (1)	1 (1)	2 (3)	0 (1)	1 (2)	4 (1)
Pai	3 (2)	0 (1)	9 (4)	0 (1)	1 (2)	13 (2)
Mãe						
Filho 2	0 (1)	1 (1)	2 (3)	0 (1)	2 (2)	5 (1)
Pai	3 (2)	0 (1)	9 (4)	0 (1)	2 (2)	14 (2)
Mãe						
Filho 3						
Pai	0 (1)	1 (1)	2 (3)	0 (1)	6 (4)	9 (2)
Mãe	3 (2)	0 (1)	9 (4)	0 (1)	6 (4)	18 (3)
10						
Pai	11 (3)	10 (4)	5 (3)	4 (4)	1 (2)	31 (3)
Mãe	0 (1)	5 (2)	1 (2)	1 (2)	1 (2)	8 (2)
11						
Pai	1 (2)	6 (3)	8 (3)	6 (4)	3 (3)	24 (3)
Mãe	2 (2)	4 (2)	4 (2)	0 (1)	3 (3)	13 (2)

(1) Não há (2) Leve (3) Moderado (4) Grave

A tabela 09 mostra que foram encontrados indícios positivos para alienação parental em 18 genitores. No nível *leve* foram 3 pais e 4 mães, no nível *moderado* 2 pais e 2 mães e no nível *grave* foram 7 genitores (o pai da família 01, pai e madrasta da família 02, pai da família 03, mãe da família 04 e mãe e padrasto da família 06).

O pai da família 01 obteve índices que indicam grave alienação parental (49 p), no qual difamava a mãe e relatava aos filhos que tudo que a mesma fazia era errado, mostrando interferir de maneira negativa na educação oferecida por ela. Dificultava o contato e visita, em que impedia os filhos de participarem de alguma comemoração ou evento com a mãe, caso não seja o dia dela de ficar com as crianças. Durante a entrevista possuía comportamentos de manipulação emocional, em que tentou passar credibilidade para a avaliadora, descrevendo suas qualidades e referindo não ter nenhum problema, dificuldade ou algo que não seja bom, levou um álbum de fotos, sem que fosse solicitado, além de demonstrar presentear constantemente os filhos, observado como uma forma de agradar e conquistar a confiança deles e colocá-los contra a mãe. Houve comportamentos de alienador, em que contava, sem que lhe fosse questionado, possuir contatos e ser uma figura politicamente influente, devido a assessorar um vereador do município. Houve intenção clara do genitor, de denegrir a imagem da mãe para a avaliadora, no qual apresentou sinais de vingança e rancor para com a ex-esposa, principalmente com relação a ter sido preso, dizendo ter sido seu maior constrangimento. Essa é uma situação, em que a genitora realizou boletim de ocorrência contra o genitor, devido às ameaças e comportamentos de perseguição praticados contra ela.

A madrasta da família 02 obteve índices que indicam grave alienação parental (43 p), difamava severamente a genitora, manipulava e procurava interferir de forma negativa no processo. Ela disse não gostar que o enteado fosse para a casa da mãe e proibia que o mesmo levasse pertences que ganhou do pai. Disse que essa era sua regra, ou seja, não havia uma justificativa aceitável para tal comportamento. Os índices do genitor também indicam grave

alienação parental (38 p), principalmente nos comportamentos de difamar e xingar a ex-esposa para o filho, como por exemplo, dizendo que ela não prestava. Apesar do comportamento alienador da madrasta e do pai, o adolescente relatou explicitamente gostar e querer ficar com a mãe.

A família 03, em que havia índices de abuso sexual perpetrados pelo pai, requereu uma análise mais cuidadosa de alienação parental. O pai mostrou alienação parental grave (38 p), comportamentos de difamar a mãe, manipulação das filhas e interferência negativa no processo. As crianças estavam severamente perturbadas, fatos estes comprovados pelas aplicações dos testes de estresse, CBCL, YSR e PSD que mostraram distúrbios psicológicos nas crianças. A mãe apenas mostrou comportamento de impedir comunicação das filhas com o pai, com justa causa, como mostra a indicação positiva de abuso sexual obtida por meio do NICHD para as duas filhas.

Na família 03 houve indício positivo para abuso sexual do pai praticado contra as filhas. A descrição está no estudo de caso.

A mãe da família 04 mostrou índice de alienação parental grave (41 p), em que não aceitava qualquer relação carinhosa entre pai e filho, devido a acreditar que o adolescente só deveria sentir afetividade por ela, por ser a pessoa mais participativa na infância dele. O adolescente estava bastante perturbado e percebia que os comportamentos da mãe não eram adequados, descrevendo estar se sentindo pressionado e não aguentando lidar com a situação. Esses relatos são comprovados pelos testes ESI e BDI, que mostram indicativos de estresse e de depressão grave na mãe e leve no adolescente.

Na família 05 não foram encontrados nos genitores indicadores de alienação parental. Suas pontuações totais variaram entre 2 e 5 pontos.

No caso da família 06 foi identificado pelos índices dos envolvidos, que a mãe e o padrasto possuíam comportamentos graves de alienação parental (mãe = 42 p e padrasto = 63

p). Ambos possuíam comportamentos de impedimento de contato e manipulação emocional dos filhos para ficarem contra o pai, que está residindo na Europa. Eles não informavam o genitor sobre os acontecimentos da vida diária, escolar ou pertinentes a saúde, moradia e lazer dos filhos. Esses comportamentos são compatíveis com o comportamento de alienadores, ou seja, não há uma justificativa plausível, visto que o genitor demonstrou ter comportamentos adequados e de possuir boa vontade e muito interesse em se comunicar com os filhos. As crianças ainda não apresentaram comportamentos significativos resultantes de alienação, visto que ambos desejam ver e ter contato com o genitor, demonstrando haver intenso vínculo paterno-filial, principalmente do filho mais velho, que relatou sentir falta e ter muito interesse em conhecer e ficar um tempo com o pai. A relação pai-filho estava enfraquecida, os menores não conseguiam identificar com clareza os hábitos do pai. Fato que é devido à pouca convivência e também ao impedimento de comunicação feito pela mãe e pelo padrasto.

Na família 07 os genitores não apresentaram índices significativos para alienação parental. O pai obteve 10 pontos e a mãe obteve 9 pontos.

Houve alegações de abuso sexual perpetrados pelo padrasto da família 08 contra a menina de 4 anos. A criança já havia sido entrevistada anteriormente por muitas pessoas (professora, pedagoga, psicóloga do CREAS e outra do fórum, delegado e pelos genitores), o que ocasionou contaminação no seu relato, gerando nela certa aversão para falar do assunto, bem como apresentou estar muito estressada, recusando-se a falar sobre o ocorrido. Às vezes começava a chorar, a chamar pelos pais ou ainda, fazia de conta que não escutava e mudava de assunto. Por outro lado, na realização do teste NICHD, a pesquisadora cometeu falhas, por ainda não conhecer bem e não ter passado pelo treinamento para aplicação do instrumento, em que culminou por realizar uma entrevista inadequada, como deixar na sala muitos estímulos (brinquedos) que distraíram a criança. Por ser também a criança muito pequena, não conseguiu estabelecer *rapport* apropriado. Assim, conclui-se que não houve uma entrevista de

investigação do abuso apropriada. E, neste caso, infelizmente, a falta de conhecimento e habilidade da pesquisadora prejudicou a realização do protocolo NICHD, que poderia esclarecer sobre a veracidade da alegação de abuso.

Na família 09 o genitor apresentou índice leve de alienação parental (9 p). A mãe apresentou índice moderado (18 p), com comportamentos de manipulação emocional dos filhos contra o pai.

Na família 10 e 11 os genitores obtiveram índices de alienação moderado (31p e 24p, respectivamente) e as genitoras obtiveram índices leves para alienação parental (8p e 13p, respectivamente). O pai da família 10 apresentou comportamento difamatório contra a ex-esposa e apresentou, ainda, risco no item comportamento do alienador, risco esse, apresentado também pelo pai da família 11.

Os resultados das avaliações pela aplicação dos instrumentos do protocolo complementar (NICHD, ASEBA e APSD) serão descritos no estudo de caso. Ele foi escolhido, uma vez que engloba todos os instrumentos aplicados nesse estudo.

Decisão Judicial

A pesquisadora, com permissão da juíza, obteve acesso a 7 dos 11 casos periciados. Os laudos emitidos pela pesquisadora, enquanto perita, foram utilizados para fundamentar as decisões da juíza sobre a tutela. As recomendações e a conclusões perícias foram acostadas aos autos. As principais conclusões sobre quem ficou com a guarda, o exercício do direito de visita e as penalidades impostas estão descritas a seguir:

Na família 01, o caso foi julgado com sentença de guarda unilateral para a mãe, porém o pai entrou com recurso. No caso 02, a guarda unilateral do filho ficou com a mãe, sendo o motivo principal da decisão o fato de o adolescente não possuir bom relacionamento com a madrasta, como consta no laudo pericial. O pai pagará pensão alimentícia.

No caso 04, a guarda unilateral foi concedida ao pai e, portanto, realizado o cancelamento do desconto da pensão alimentícia, feita até então por ele. O juiz se baseou no laudo pericial: “*A psicóloga nomeada, ao elaborar o estudo psicossocial do caso, assim concluiu: “Pensando dessa forma e pelos resultados coletados por meio de entrevistas, de testes e de observações feitas por essa perícia, indicam que, no momento o melhor genitor para dar conta das demandas emocionais e afetivas e exercer a guarda primária do adolescente é o pai. ”... “Ainda segundo a psicóloga, a relação entre mãe e filho está bastante desgastada, por conta do perfil controlador da genitora, o que já começa a afetar a saúde física e mental do adolescente, que apresentou quadro inicial de depressão”.*

No caso 05, o juiz concedeu a guarda unilateral do filho ao pai e a vontade das duas filhas foi acatada pelos genitores, uma ficará com o pai e a filha mais velha com a genitora. “*De fato, restou evidenciado nos autos que ambos os pais têm condições morais e materiais de exercer a guarda unilateral do infante, ponderando, contudo, a Sra. Perita que neste momento o genitor reúne melhores condições emocionais para cuidar do infante, observando a psicóloga que a genitora acabou de iniciar um novo relacionamento, que se revela instável. Este quadro familiar não contribui para o crescimento físico, mental e moral do infante, que ainda necessita de atenção de seus genitores, revelando-se o lar paterno como mais propício ao pleno desenvolvimento do filho*”. A mãe exercerá o direito de visitas e pagará pensão alimentícia. Esclarecendo que o juiz julgou o caso procedente, porém foi apresentado recurso e está tramitando em segundo grau.

No caso da família 06, a guarda unilateral dos filhos ficou com a mãe, e a mesma foi advertida sobre as práticas de alienação parental apresentadas no laudo psicológico, no qual o juiz, portanto, determinou que: “*Os filhos receberão acompanhamento psicológico, por meio do CRAS, que se comprometerá a informar o pai dos resultados das avaliações*”. O pai falará por telefone com os filhos todos os finais de semana e às quartas-feiras, ficará com eles

durante atual permanência no Brasil, passará metade das férias escolares de fim de ano com os filhos, contanto que seja nesse país. No Natal e no Ano Novo cada genitor terá direito a ter os filhos em sua companhia exclusiva, alternando-se a cada ano. As férias escolares de meio de ano serão passadas com o pai (no Brasil). Os familiares do pai poderão buscar as crianças a cada três semanas (um final de semana sim, dois não). A mãe se comprometerá a repassar informações sobre o desenvolvimento pessoal, moral e físico dos filhos, inclusive escolar. O genitor pagará pensão alimentícia.

No caso 07, a mãe ficou com a guarda unilateral. *“Entretanto, advertiu a Sra. Perita: “Deixando claro que essa recomendação somente é viável se a genitora aceitar participar dos atendimentos do CAPS e recomenda-se que seja exigência a emissão de parecer comprobatório periódico de acompanhamento regular naquela instituição, com laudo médico e/ou psicológico, caso contrário correndo risco de perder a guarda da filha”*. O juiz declarou que o pai terá o direito de visita. Importante citar que a sugestão feita pela perita – de acompanhamento psicológico para a mãe - foi seguida como procedimento de medida de proteção em favor da criança.

No caso 08, a guarda unilateral da filha ficou com o pai. Assegurando à mãe o exercício do direito de visitas de forma livre e pagamento de pensão alimentícia devido à filha menor do casal, fixados em um salário mínimo mensal.

No caso 09, os genitores firmaram acordo. Devendo os filhos, ficar sob a guarda unilateral do pai.

No caso 10, o juiz seguiu a recomendação da perícia e concluiu que, na atual conjectura, seria mais adequado promover uma reaproximação entre mãe e filho, modificando a guarda unilateral em favor da mãe. *“Pois bem, a Sra. Perita, em que pese tenha observado que ambos os genitores reúnem condições de bem desempenhar a guarda, concluiu que, na atual conjectura, seria mais adequado promover uma reaproximação entre mãe e filho,*

considerando que o infante, na escola, tem demonstrando sentir falta do contato materno. A conclusão do relatório psicológico foi corroborada pelas demais provas acostadas aos autos”. O exercício do direito de visita igual ao 01. a) em finais de semana alternados, além de 50% (cinquenta por cento) dos períodos de férias escolares, b) Natal, Réveillon e Páscoa de forma alternada, iniciando com o genitor; c) dia de comemoração do dia dos Pais e Mães com os respectivos genitores; e, enfim, d) aniversário da criança de forma alternada, iniciando com o genitor. Condeno o requerido ao pagamento das custas e honorários advocatícios

O caso 03 ainda não foi julgado. No caso 11 não foi possível, até o momento, obter o resultado.

Tabela 10
Descrição dos Principais Resultados

Famílias	Guarda Inicial	Motivo do Processo	Protocolo	Decisão Judicial
1	Mãe	Ação de reversão de guarda com pensão alimentícia.	Básico O pai era alienador	Guarda para a mãe. O pai recorreu da decisão.
2	Pai	Ação de reversão de guarda com pensão alimentícia e pedido de tutela antecipada.	Básico. Pai e madrasta eram alienadores.	Guarda para a mãe. O pai deverá pagar pensão de R\$ 500,00.
3	Mãe	Ação de divórcio/dissolução de união estável e pedido de guarda, visita e fixação de alimentos.	Básico + Complementar Pai cometeu abuso sexual contra as filhas	Em julgamento.
4	Pai	Ação de reversão de guarda com pensão alimentícia.	Básico Mãe alienadora	Guarda para o pai e condenou a mãe ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.
5	Mãe	Ação de divórcio/dissolução de união estável e pedido de guarda, visita e fixação de alimentos.	Básico	Guarda para o pai, em que se acatou a vontade das filhas mais velhas, sendo que uma ficará com o pai e a mais velha com a mãe. Com relação ao filho caçula, a mãe exercerá o direito de visitas. Foi apresentado recurso.

Famílias	Guarda Inicial	Motivo do Processo	Protocolo	Decisão Judicial
6	Mãe	Pedido de guarda compartilhada e regulamentação de visitas.	Básico Mãe e padrasto alienadores	Guarda para a mãe, no qual foi advertida sobre práticas de alienação parental e as crianças deveram ter acompanhamento psicológico. A mãe deverá repassar informações sobre os filhos ao pai e permitir comunicação entre eles. O pai pagará pensão de um salário mínimo mensal.
7	Mãe	Regularização da Guarda	Básico Mãe depressiva	Guarda para a mãe, mas somente se a mãe aceitar atendimento pelo CAPS e apresentar parecer regular, correndo risco de perder a guarda. O pai exercerá direito a visita e foi condenado a pagar custas processuais e honorárias advocatícios.
8	Pai	Ação de divórcio/dissolução de união estável e pedido de guarda, visita e fixação de alimentos.	Básico + Complementar	Guarda para o pai e assegurando a mãe o direito de visitas de forma livre. A mãe fará o pagamento de alimentos, fixados em um salário mínimo mensal e deverá arcar com as despesas de custas processuais e honorários advocatícios.
9	Mãe	Ação de reversão de guarda com pensão alimentícia	Básico Mãe com prática educativa negativa	Os genitores firmaram acordo, devendo os filhos ficar sob a guarda unilateral do pai.
10	Pai	Ação de reversão de guarda com pensão alimentícia	Básico	Modificou a guarda em favor da mãe, por recomendação da perícia. O pai exercerá o direito a visita e pagará as despesas de custas processuais e honorários advocatícios.
11	Mãe	Ação de reversão de guarda com pensão alimentícia	Básico	Não foi possível obter o resultado

A tabela 10 mostra em síntese qual genitor possuía a guarda durante o processo, qual foi o motivo da entrada do processo na Vara de Família, qual protocolo foi utilizado, os principais resultados dos testes encontrados pela perícia e por fim, qual foi a decisão judicial e recomendações. Assim, é possível identificar que apenas nos casos 06 e 07 os genitores que

apresentaram piores resultados, acabaram ficando com a guarda. Isso ocorreu devido especificamente, na família 06, ao pai morar fora do país e, na família 07, pela indicação de depressão e estresse na mãe estar relacionado a estar longe de um dos filhos e medo de perder a guarda deles, ou seja, não está relacionado a sua função materna, de prestar afeto e cuidados.

Estudo de Caso

O caso 03 demonstra o uso do protocolo completo (básico + complementar) em função de indicativos de abuso sexual e distúrbios de comportamento que surgiram ao longo da avaliação inicial. Foram utilizados 10 instrumentos para investigação, que serão detalhados a seguir: 1) Entrevista: a) entrevista com genitores e b) entrevista com profissionais; 2) SARP: a) entrevista SARP, b) Protocolo infantil - “Meu Amigo de Papel” e c) Escala SARP; 3) IEP: a) versão pais e b) versão filhos; 4) Estresse: a) adultos - ISSL e b) infantil - ESI; 5) Escala de Alienação Parental - EAP; 6) Depressão - BDI; 7) Entrevista investigativa de abuso sexual - NICHD; 8) Investigação de competências e problemas de comportamento – ASEBA (CBCL – criança; YSR – adolescente e TRF – professor); 9) Investigação de comportamentos antissociais - APSD; 10) Síntese do caso.

Família 03
Genograma:

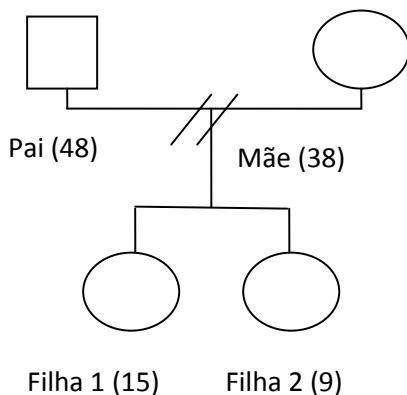


Figura 1
Genograma da Família

I) Entrevista

a) Entrevista com genitores

O casal se conheceu no ambiente de trabalho. Ela tinha 22 anos e ele 28 anos. Ele já tinha três filhos, dois do primeiro relacionamento, um rapaz com 22 anos e uma moça com 20

anos, criados pela avó paterna, após a mãe das crianças deixá-los. Após três anos, relacionou-se com uma prima e teve uma filha, hoje com 17 anos, que mora com a mãe e ele paga pensão. Agora, com esta companheira, teve duas filhas, uma adolescente com 15 anos e uma criança com 9 anos.

Após quase um ano de relacionamento, a genitora engravidou e por uma decisão conjunta, não se casaram. Aos oito meses de gestação, ele terminou o relacionamento, alegando muito ciúme por parte dela. Ela relata que ele se distanciou ainda mais dela quando ficou sabendo que esperava uma menina, e não um menino, como desejava.

A primeira filha nasceu prematura (32 semanas) e o médico informou que a mesma teria um desenvolvimento mais lento para falar e andar e, possivelmente, na idade escolar teria dificuldades cognitivas. O pai assumiu a paternidade, e afirmou não ter sido muito presente na vida de sua filha até os seus três anos de idade, mas que ajudou financeiramente em “poucas coisas”, dando leite e fraldas. A mãe disse que ele não ajudou em nada e que ela teve apoio e ajuda de sua própria mãe, com quem passou a morar. Ele relata que a esposa tinha “distúrbios” e não possuía capacidade para lidar com algumas situações básicas, como o que fazer quando a filha chorava. Ela conta que teve depressão pós-parto e precisou fazer tratamento.

Em 2001, quando a filha do casal estava com três anos, decidiram se casar e foram morar na casa dos pais dele. O casal morava no andar de cima de um sobrado e os pais do marido com seus dois filhos (mais velhos) na parte de baixo. A genitora se formou e passou a trabalhar como enfermeira. O convívio com a família do marido era muito complicado.

O casamento deles foi sempre conflituoso, com brigas constantes por causa de ciúmes da esposa, e por ela sempre acatar a opinião da sogra nos assuntos da família. A filha mais velha do casal, dos cinco aos doze anos, teve uma babá. Nas férias escolares, as crianças sempre ficavam na casa da avó materna, em outra cidade. O genitor disse que as crianças

eram manipuladas para irem para lá nas férias com a alegação de que a bisavó não podia viajar e que elas poderiam vê-la pela última vez. Ele disse que nunca pode passar as férias com a família por conta dessa situação. Ambos afirmaram que as filhas gostavam de ir para casa da avó.

As brigas do casal só cresciam e estavam pensando em divórcio quando a genitora engravidou da segunda filha. Depois do seu nascimento em 2004, as coisas mudaram, o marido criou um vínculo muito forte com essa criança e se distanciou da esposa e da filha mais velha. O genitor conta que a gravidez foi muito bem aceita. Que participou de tudo, inclusive, saiu do emprego e se dedicou por dois anos a cuidar da filha. Ela confirma que ele acompanhou toda a sua gravidez, a “paparicava” e deu todo apoio, mas foi só até o término do período de amamentação. Depois disso, as brigas reiniciaram e o marido não a deixava realizar os cuidados com a filha. Queria fazer tudo. Levantava à noite para dar mamadeira e, dava banho, tornando-se ao extremo o cuidador principal e único da filha caçula.

Quando a filha mais velha tinha onze e a caçula cinco anos, o genitor sugeriu que fossem morar em outra cidade, no município onde ela estava trabalhando. A genitora conta que alugou uma casa e achou que o marido fosse morar com ela. Porém, ele ficou com a filha caçula em Curitiba e a filha mais velha com ela. Essa situação durou seis meses e foi nessa época que a criança passou a dormir na mesma cama do pai.

Em 2012, a família mudou-se para um município da região metropolitana de Curitiba, onde possuíam um terreno. Ela trabalhava à noite, em escala 12 x 36. Ele trabalhava com construção civil em Curitiba. As filhas foram matriculadas em escolas do município de residência. As meninas, nesse período, tiveram duas babás. Uma delas, que também era inquilina na casa dos fundos, ficou três meses e, segundo o genitor, por não ser atenciosa com a filha caçula, dispensou-a. A segunda babá era uma prima distante dele. O genitor conta que pagava a empregava e, esta deveria não só cuidar, mas fazer todas as vontades da filha caçula.

Dispensou-a, pois dava mais atenção para a filha mais velha do que para a filha menor. A genitora a recontratou, gerando mais conflitos, culminando com o pedido de divórcio do casal. Foi quando, a filha mais velha relatou para a mãe situações de abuso sexual por parte do pai.

b) Entrevista com Profissionais

Foi ouvida a psicóloga, que realizava atendimento psicológico às menores. A psicóloga relata que até o momento haviam sido realizadas 31 sessões de atendimento individual com cada uma. Expõe que acredita nos relatos de abuso citados pela filha adolescente e, que ela é muito genuína e tem um pouco de dificuldade para amadurecer em questões relativas à sexualidade, não vê maldade nas pessoas.

Sobre a filha caçula, relata que nos primeiros atendimentos a criança apresentava comportamentos muito inadequados, antissociais e voltados para a sexualidade. Conta que a menina se masturbava e suas brincadeiras eram sempre erotizadas. Expõe que a criança na presença do pai ou após falar com ele por telefone, apresentava mudança de comportamento, ficava muito desobediente e agressiva.

Foi ouvida também a psicóloga do CREAS do município, onde as meninas foram atendidas. Expôs que a filha adolescente revelou abusos, do pai, como apalpar seus seios, falando que queria achar uma veia, o que a adolescente achava normal, pois o pai era auxiliar de enfermagem. Com relação à criança, quando perguntada sobre os abusos, negava tudo e não relatou nada. Conta que percebeu que a relação da criança com o pai era “esquisita” e conflituosa, pois o pai fazia todas as vontades da menina e a tratava mais como marido-mulher, do que como pai e filha, visto que os dois faziam tudo junto. Relatou ainda, que a criança não aceitou que os pais exercessem autoridade sobre ela, possuindo um conflito entre ser uma criança e precisar ser o que o pai desejava que fosse.

2) SARP (*Sistema de Avaliação do Relacionamento Parental*)

A) Entrevista SARP com os genitores

a) Relacionamento pais-filhos. A mãe expõe que sempre se deu muito bem com a adolescente, mas já com a criança o relacionamento era mais complicado, pois a menina sempre fazia o que queria. Isso a preocupava e também a estressava. O pai colocou que nunca foi “apegado” com a adolescente, porém com a caçula possuía uma ligação muito forte e era extremamente atencioso. “*Sou sincero em dizer, eu sou doente pela minha filha menor.*”

b) Escola. Ambos os genitores expressaram participar ativamente das atividades escolares das filhas, ajudando nas tarefas e trabalhos escolares. Relatam que em relação à filha menor, sempre eram chamados à escola por causa de brigas e agressões com os colegas, bem como por não respeitar regras da escola. Atualmente, a mãe relata que as filhas estão indo bem, inclusive a criança melhorou e está obediente na escola. Achou que era por não haver a presença do pai, pois a filha sabe que pode ficar de castigo e que a mãe tem autoridade. A caçula também respeita muito a autoridade da avó materna. O pai explicou que a adolescente sempre foi muito esforçada, mas tinha problemas de aprendizagem e sempre teve atraso no desenvolvimento. Por outro lado, elogiou a caçula dizendo que aprendeu tudo normalmente.

c) Cuidados. A mãe relatou que sempre precisava estar atenta com a caçula, pois a mesma vivia se colocando em situações de risco, o que a preocupava (a menina já quebrou uma costela ao cair de uma árvore). Disse que o pai sempre “achava tudo o máximo” e nunca chamava a atenção da filha para coisas erradas que a mesma fazia. Dizia que era normal ela poder, por exemplo, invadir a casa do vizinho para pegar fruta na árvore. O pai não se interessava pela adolescente e relatou que apenas chamava sua atenção para alguns hábitos, principalmente da alimentação. “*Ela é gordinha, é baixinha e tem os mesmos hábitos da*

minha ex-esposa, que não se veste bem, não se comporta bem. Infelizmente não quero que ela fique como a mãe, porque ela é gordinha e tem tendência de ser obesa. ” Para o pai, a caçula é muito inteligente e não há nada de ruim ou inadequado na filha.

d) Disciplina. A mãe diz que o pai nunca deu limites à caçula e a deixava fazer tudo o que queria. Quando tentava disciplinar a filha, ele ficava bravo e chamava sua atenção na sua frente, humilhando-a chamando-a de gorda e que não sabia fazer nada. Expõe que quando falava para o genitor de algum comportamento inadequado da caçula, o mesmo questionava a filha sobre o que ocorreu e a mesma mentia e, ele sempre acreditava nela. A mãe conta que a caçula não aceitava regras e nem limites.

e) Rotina. A caçula vai ao Peti (programa do governo para erradicação do trabalho infantil) três vezes por semana, por indicação da psicóloga, para participar de atividades junto às outras crianças. A mãe contou que a filha não gostava muito, pois reclamava que as crianças não gostavam dela, porém em outras vezes, disse que gostavam quando soltavam raia ou iam jogar futebol. A menina também fazia, uma vez na semana, balé. A adolescente estudava pela manhã e à tarde fazia aula de dança e aeróbica, aula particular de matemática, aula de espanhol, fisioterapia e participava do grupo de leitura.

f) Financeiro. A mãe contou que no início o marido pagava algumas contas, porém que depois, contas como, água, luz e o carro ela passou a pagar. Ele pagava o telefone e internet, pois eram os enteados quem mais usavam. Ela pagava plano de saúde para as filhas, inclusive para os enteados e para o marido, sem que houvesse planejamento de gastos pelo casal em função do salário de cada um.

g) Necessidades de ordem de moradia e lazer. O pai disse que sempre foi muito família e caseiro, e mesmo com o divórcio queria dar apoio e suporte para as filhas. Diz que errou por continuar na casa, após a decisão de divórcio, mas que queria estar perto e tinha medo que a sogra levasse as filhas. Quando do divórcio, a sogra disse que a adolescente

poderia morar com ela, e que assumiria todas as despesas. O genitor conta que a sogra lhe deu apoio para ficar com a filha menor. O genitor disse que ele e a sogra sempre se gostaram muito e, por isso, quando houve a conversa de divórcio, cedeu que a filha mais velha fosse morar com a sogra, que inclusive que lhe daria a guarda. A genitora relata que sua mãe sempre foi mais apegada com a adolescente e que nunca aprovou sua relação com o marido. Descreveu diversos desentendimentos entre eles sobre os cuidados prestados às meninas, principalmente de educação escolar. Disse que a mãe lhe avisou sobre o marido e não quer que ele se aproxime das netas.

h) Necessidades de ordem emocional. A mãe relatou não saber o que a caçula pensa ou sente ou até se gosta do pai. Para o pai, a menina disse gostar dele, mas quando perguntada sem a presença dele, ela disse que nem tanto. A mãe conta que quando foram embora para Iria achava que a filha fosse chorar ou demonstrar sentir falta do pai, mas não houve nada disso, nem mesmo chorou. Diz que apenas quando o pai liga e pergunta se está com saudades, a filha diz que sim, “*mas parece que fala para agradar, fala aquilo que sabe que ele quer ouvir, porém com certeza minha filha menor não tem o mesmo sentimento forte que o pai tem por ela. Ele sim ficou desesperado.*

B) Entrevista SARP com a criança e a adolescente

a) Disciplina. A filha menor diz que o pai nunca chama sua atenção e faz tudo o que ela quer. Conta que já se machucou algumas vezes brincando, mas faz tudo de novo porque não tem medo de cair ou se ferir. A adolescente refere que o pai permite tudo para a irmã, não estabelecendo regras e inclusive brigando com quem brigar com a criança, já consigo o pai não é atencioso e às vezes chama sua atenção, mas como é uma adolescente quieta, o pai não fala e nem presta atenção sobre a disciplina com ela.

b) Escola. A filha menor fala que não sabe se gosta da escola, só sabe que não gosta de acordar cedo. A adolescente relata que gosta muito de estudar e gostaria de um dia poder trabalhar com crianças. Relata que recentemente estava saindo da escola e viu o pai na rua, então saiu correndo e ligou para a mãe. Quando olhou para trás, viu que ele estava dando risada.

c) Segurança emocional. A filha menor conta que ganha bastantes presentes do pai. “*Eu fico feliz, ele gosta que eu fale que eu amo ele, ele pediu para eu falar para vocês que eu amo ele. Ele adora que eu fale essas coisas*”. E o que você acha dessas coisas? “*Eu acho que ele é meio obcecado por mim*” Obcecado? “*Quer dizer, meio não, muito obcecado*”. Quem falou isso para você? “*A mãe*”. E o que é obcecado? “*Como vou te explicar, faz de conta que o Carlos é meu pai e você é minha mãe e ele me dá muitos brinquedos, deixa eu falar tudo que quero, me dá tudo que quero, fica bravo quando alguém fala comigo, quer me agradar bastante*”. E você quer agradar o seu pai? “*Para mim tanto faz*”. A adolescente conta que o pai lhe falou que ela não era sua filha, mas sim de um taxista de quem a mãe tem amizade há muitos anos e que até iria pedir DNA. Conta que ficava falando que criou uma filha que não era sua. A adolescente disse que perguntou porque ele achava que ela não era sua filha e ele respondeu que a única filha que tinha certeza que era sua, era a irmã, porque foi quem viu nascer.

C) Protocolo infantil (*Meu Amigo de Papel*)

A caçula cita que gosta de brincar com os amigos e que gosta muito de subir em árvore. Gosta de comprar brinquedos, de ajudar a mãe a lavar louça e gosta que os outros a agradem e comprem coisas que deseja. Sobre o que *não* gosta: apanhar; não gosta de fazer o que lhe pedem quando está cansada; que não gosta que os pais briguem; que maltratem os animais; que os colegas a xinguem, por exemplo, de homem (por ter cabelos na altura dos

ombros) ou que é uma patricinha, que fica se achando). O que mais preocupa a menina é que o pai fique com sua guarda, depois é em ficar com a avó materna e também de ser “roubada”, pois já ouviu o pai falar isso. Relata que quando tinha quatro anos, um dia fugiu de casa (saiu sem avisar) e quando a encontraram o pai lhe bateu muito. O pai confirma a situação e diz que foi na rua buscá-la e bateu nela, por conta da preocupação e angústia, para que não desobedecesse mais. A menina conta que o pai lhe comprou uma égua, o que a deixou feliz “*pai, vamos comprar um cavalo para mim. Eu falei brincando! E ele foi lá e comprou*”.

O instrumento não foi aplicado na adolescente. A mesma apresentou faixa etária acima do indicado no teste.

Escala SARP

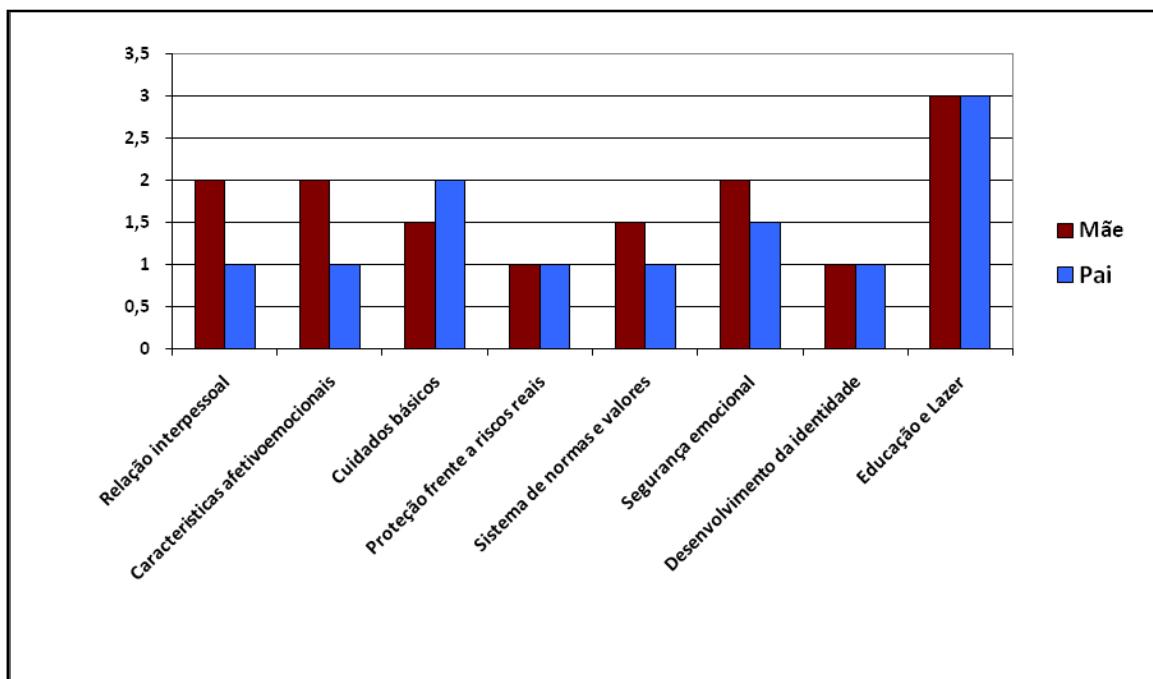


Figura 2

Médias das Pontuações de cada Dimensão da Escala SARP para os genitores da família 03.

A figura 2 mostra o gráfico referente à relação de cada genitor com as duas filhas. A avaliação da Escala SARP demonstra que quanto mais próximo de 3, melhor é a qualidade do

relacionamento pais-filhas, por outro lado, quanto mais próximo de 1, mais prejudicada está essa relação. Assim, é possível identificar pelos resultados, que há dimensões prejudicadas na maioria dos itens analisados. O pai pontuou menos nas dimensões “relação interpessoal”, “características afetivo emocionais”, “segurança emocional”, referindo-se ao fato que com a filha mais velha não demonstrava afeição, enquanto que com a outra possui comportamentos exagerados e inadequados de afetividade. Também, se mostrou negligente com a adolescente e muito permissivo com a criança. A mãe pontuou menos na dimensão “cuidados básicos” e teve pontuação baixa em “proteção frente a riscos reais” e “desenvolvimento da identidade”. Esses itens fazem referência ao fato de ter sido negligente frente aos comportamentos abusivos do marido com as filhas, quando as mesmas lhe faziam relatos de tais situações.

3) IEP (*Inventário de Estilos Parentais*)

A) Versão Pais

Tabela 11
Práticas Educativas Parentais respondido pelos genitores

Família	Monitoria Positiva	Comportamento moral	Punição Inconsistente	Negligência	Disciplina Relaxada	Monitoria negativa	Abuso Físico	IEP
Pai - caçula	11 (2)	12 (1)	2 (2)	3 (3)	2 (2)	7 (4)	1 (3)	+8 (2)
Pai – Adl	8 (3)	12 (1)	5 (4)	2 (2)	4 (4)	7 (4)	1 (3)	+1 (3)
Mãe - caçula	9 (3)	12 (1)	3 (3)	2 (3)	3 (3)	7 (4)	1 (3)	+5 (2)
Mãe – Adl	12 (1)	12 (1)	2 (2)	2 (3)	2 (2)	4 (2)	0 (1)	+14 (1)

B) Versão Filhos

Tabela 12
Práticas Educativas Parentais respondido pelas filhas

Família	Monitoria Positiva	Comportamento moral	Punição Inconsistente	Negligência	Disciplina Relaxada	Monitoria negativa	Abuso Físico	IEP
<i>Caçula</i> Pai	8 (3)	6 (4)	9 (4)	3 (3)	4 (4)	6 (4)	7 (4)	-15 (4)
	8 (3)	4 (4)	8 (4)	3 (3)	8 (4)	8 (4)	3 (4)	-18 (4)
<i>Adolescente</i> Pai	0 (4)	0 (4)	3 (3)	9 (4)	1 (2)	1 (1)	5 (4)	-19 (4)
	12 (1)	12 (1)	6 (4)	7 (4)	3 (3)	8 (4)	0 (1)	+10 (2)

(1) Ótimo (2) Bom (3) Regular (4) de Risco

As Tabelas 11 e 12 mostram as respostas das práticas educativas, respondido pelos próprios genitores sobre a forma que cuidam e educam (versão pais) e foi respondido pelas filhas sobre como percebem a forma como são educadas. O item comportamento moral, mostra que o genitor acredita que transmite sistema de valores e normas (respeito, solidariedade, idoneidade) para a caçula, porém os relatos e comportamentos da mesma evidenciam desrespeito e transgressão a essas normas. Ela deixa claro que o pai sempre a protege e não a pune frente aos seus comportamentos inadequados, ou seja, não lhe apresenta as consequências e nem propicia a ter sentimento de culpa sobre seus atos. A primeira questão a ser destacada é a disparidade entre a avaliação do pai e das filhas. Ele considera que tem ótima prática parental com a caçula (+8) e regular com a adolescente (+1), no entanto, tanto a caçula (-15) como a adolescente (-19) atribuem práticas educativas de risco ao genitor.

Outro dado preocupante encontrado está em a adolescente descrever as práticas parentais do pai como de risco e o mesmo confirmar tais relatos. A adolescente diz que o pai ignora suas necessidades, suas vontades e atividades diárias, não sendo um pai presente. Que

em diversas situações foi humilhada pelo pai, relatando que ele a chamava de burra e de gorda.

Na avaliação das respostas da genitora e das filhas, o item monitoria negativa determinou risco. Desde que a adolescente relatou situações de abuso sexual, a mãe procura prestar cuidados máximos às filhas e, sempre saber sobre suas dificuldades e estar sempre presente.

A caçula percebe tanto o pai (-15) como a mãe (-19) com práticas negativas de risco. A mãe possui dificuldades para ensinar valores e simultaneamente apresenta alta negligência e abuso físico. Já a adolescente vê a mãe com práticas positivas (+10), descrevendo que a mãe ensina comportamento moral e faz monitoria positiva, porém que não consegue ter autoridade para estabelecer regras, perde a paciência muito rápido, grita, chama muito a atenção das filhas e passa a fazer punição inconsistente.

4) Estresse

A) Estresse Adulto e Adolescente – ISSL (*Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp*)

Tabela 13
Nível de estresse dos genitores e da adolescente

Envolvidos	Fase do Stress					Sintomas do Stress %		Presença de Stress
	Sem Estresse	Alerta	Resistência	Quase-Exaustão	Exaustão	Físicos	Psicológicos	-
Pai	-	-	X	-	-	40	80	Sim
Mãe	-	-	-	X	-	70	100	Sim
Adolescente	X	-	-	-	-	-	-	Não

A tabela 13 mostra que o nível de estresse da genitora é de *quase exaustão*, com sintomas predominantemente psicológicos, como: sensibilidade emotiva excessiva; dúvida quanto a si próprio; pensar/falar constantemente em um só assunto e diminuição da libido; impossibilidade de trabalhar; pesadelos; sensação de incompetência em todas as áreas;

vontade de fugir de tudo; apatia, depressão ou raiva prolongada; irritabilidade sem causa aparente; angústia/ansiedade diária; hipersensibilidade emotiva e perda do senso de humor. Apresentou também sintomas físicos experimentados no último mês, como: tensão muscular; insônia; mudança de apetite; hiperventilação; mal-estar generalizado sem causa específica; sensação de desgaste físico constante; cansaço constante; diarreia e tontura frequente. Resultados que indicam uma possível vulnerabilidade ao estresse. A mãe relatou que é muito difícil a convivência com a caçula, demonstrando estar bastante estressada e desanimada em cuidar dela. Descreveu que era preciso muita paciência, pois a criança não a obedecia.

O genitor apresentou sinais de estresse, encontrando-se na fase de *resistência* com sintomas predominantemente psicológicos, como: sensibilidade emotiva excessiva (estar muito nervoso); dúvida quanto a si próprio; pensar constantemente em um só assunto e diminuição da libido; apatia, depressão ou raiva prolongada e angústia/ansiedade diária, no entanto, também possuiu sintomas físicos experimentados no último mês, como: insônia; mal-estar generalizado sem causa específica; sensação de desgaste físico constante; hiperventilação (respiração ofegante); mudança de apetite; taquicardia e tensão muscular. O genitor era extremamente ansioso, telefonou diversas vezes para as psicólogas (do CREAS, que faz acompanhamento terapêutico com as menores), bem como para a parecerista, e insistia em querer conhecer e conversar com as profissionais.

A adolescente apresentou dados na faixa limítrofe. Isto significa que ela estava com probabilidade alta de desenvolver fatores estressantes que ultrapassassem sua capacidade de resistir física e emocionalmente.

B) Estresse Infantil – ESI (Escala de Stress Infantil de Lipp)

Tabela 14
Nível de estresse na criança:

Fatores	
Reações Físicas	8
Reações Psicológicas	19
Reações Psicológicas c/ depressão	12
Reações Psicofisiológicas	12
Total	55
Presença de Stress	Sim

A tabela 14 descreve que há presença de estresse na criança e indica que as reações de estresse mais frequentes são as psicológicas, como: fica preocupada com coisas ruins que possam acontecer; sente-se assustada e tem dificuldade para dormir; está o tempo todo se mexendo e fazendo coisas diferentes; fica com as mãos suadas; pensa que é feia, ruim ou que não consegue aprender as coisas; come demais; tem vontade de sumir da vida.

5) Depressão – BDI (Inventário de Depressão de Beck)

Tabela 15
Presença ou não de depressão

Participante	Pontuação	Intensidade
Pai	33	4
Mãe	13	1
Menor	4	1

(1)Mínimo (2) Leve (3) Moderado (4) Grave

A tabela 15 analisa a presença de indicativos de depressão nos participantes, mostrando também a pontuação de cada um dos envolvidos, bem como a intensidade da depressão. Houve indicativos de presença de depressão no genitor e os resultados encontrados indicam que o mesmo apresenta sinais depressivos de intensidade *grave*, com os seguintes

resultados assinalados: estar triste o tempo todo; sentir-se mais desanimado a respeito do seu futuro do que de costume; sente-se fracassado mais do que deveria; não tem mais prazer nas coisas que costumava gostar; sente-se culpado na maior parte do tempo; sente que está sendo punido; está mais critico consigo mesmo; está mais irritado; dificuldade para concentração; dificuldade em tomar decisões. O genitor possui ideação suicida, apesar de dizer que jamais levaria isso adiante. Afirma que depois dos relatos de abuso sexual, sua vida acabou, pois todas as pessoas a sua volta sabem da acusação, apesar de também afirmar ter sido ele mesmo que contou “*eu queria que soubessem por mim, antes que ficassem sabendo*”. E durante quase toda a entrevista chorou muito, chegando a soluçar quando falava da filha caçula “*eu não vivo sem ela*”.

Na avaliação da genitora, há descrição de comportamentos depressivos, como: estar mais desanimada a respeito do seu futuro; sentir-se culpada a respeito de várias coisas que fez e/ou que deveria ter feito; estar desapontada consigo mesma; estar mais agitada; sentimento de que pode ser punida; ter menos energia e estar mais irritada do que o habitual, porém esse resultado não é suficiente para configurar indicação de depressão. Os resultados da adolescente mostraram que não há sinais ou comportamentos significativos para depressão.

6) EAP (*Escala de Alienação Parental*)

Tabela 16
Indicativo de alienação parental

Família	Impedir	Difamar	Manipulação	Comportamento do alienador	Comportamento da criança	Total
<i>Criança</i>						
Pai	3 (2)	12 (4)	17 (4)	4 (4)	13 (4)	49 (4)
Mãe	5 (3)	4 (2)	5 (3)	1 (2)	13 (4)	28 (3)
<i>Adolescente</i>						
Pai	3 (2)	12 (4)	17 (4)	4 (4)	13 (4)	49 (4)
Mãe	5 (3)	4 (2)	5 (2)	1 (2)	5 (4)	20 (3)

(1)Não há AP (2) Leve (3) Moderado (4) Grave

A tabela 16 apresenta o resultado de indicativos de alienação parental nos genitores avaliados. Como esse é um caso em que há alegações de abuso sexual perpetrados pelo pai, a análise sobre alienação parental requereu maior cuidado. O pai mostrou alienação parental grave (38 p), comportamentos de difamar a mãe, manipulação das filhas e interferência negativa no processo. As crianças estavam severamente perturbadas, fatos estes comprovados pelas aplicações dos testes de estresse, CBCL, YSR e APSD que mostraram distúrbios psicológicos nas crianças. A mãe apenas mostra comportamento de impedir comunicação das filhas com o pai, com justa causa, como mostra a indicação positiva de abuso sexual obtida por meio do NICHD para as duas filhas. Assim, os resultados mostram que o pai é um alienador com práticas que já estão afetando de maneira negativa a relação e convivência da filha caçula com a mãe.

7) Entrevista Investigava de Abuso Sexual – *National Institute of Child Health and Human Development* (NICHD)

Em função da suspeita de abuso sexual das duas filhas praticado pelo pai, fez-se necessário utilizar um sistema específico para esta avaliação. Assim, foi aplicado o NICHD, cujo o uso requer capacitação. A perita convidou um especialista para, juntamente, aplicar a testagem, pois até este dado momento, não havia feito a capacitação para o seu uso. O resultado da entrevista está descrito detalhadamente abaixo.

A mãe relatou que tudo iniciou quando a caçula chegou um dia em casa, chorando muito e ligou para o pai contando que os colegas haviam batido nela. A reação do pai foi mandar a genitora prestar queixa na delegacia. Ela foi encaminhada para o Conselho Tutelar que a orientou primeiro ir à escola saber o que aconteceu. Na escola constatou que a filha caiu durante uma brincadeira. A pedagoga e a professora lhe relataram preocupação com alguns comportamentos da menina, de se envolver em brigas. Além do rebaixamento de suas notas.

A mãe relata que houve uma situação em que a menina após chegar da escola, pegou um facão dizendo que iria matar uma colega.

A escola queria saber se estava acontecendo algo de diferente em casa. Ela disse que o casal estava se separando e que a filha era muito apegada ao pai, tanto que dividia a cama e tomava banho com ele. A escola orientou que a mãe levasse a menina ao CRAS para atendimento psicológico. No CRAS encaminharam para o CREAS, onde as duas meninas foram atendidas por uma psicóloga. A profissional descreveu que quando perguntado para a adolescente como era sua relação com o pai, passou a relatar os abusos descritos nos autos. Já a caçula não relatou nenhum comportamento que configurasse abuso sexual.

Por meio dos relatos dos envolvidos e dos resultados encontrados, achou-se melhor transcrever algumas falas e partes da entrevista. Assim, é possível ter melhor entendimento da entrevista, devido ao caso englobar questões complexas.

A¹) Revelação do abuso sexual pela adolescente

Os relatos da adolescente são de que o pai ficava apertando seus peitos e colocava-a no seu colo e quando queria sair, ele a apertava mais e ficava balançando a perna e sentia que sua parte ficava dura e, às vezes o mesmo falava para “ficar só mais um pouquinho”. *“Eu dava uma desculpa de que queria ir ao banheiro, por exemplo, para que ele me deixasse ir”*. Ela conta que achava normal, *“tem pai que pega a filha no colo para agradar e achei que queria me agradar”*. Disse que só depois que relatou essas situações para a mãe, é que ficou sabendo que não era o que pensava, que eram coisas erradas que o pai fazia.

Ainda relatou situações de abuso como: O pai a chamava de “gostosa, como sua tia”. Pediu para mamar nela e ela respondeu ao pai que não tinha leite, porque não tinha filho e o pai disse que não tinha problema e pedia para ela deixar. Ela teve que empurrá-lo, pois estava forçando. Conta que houve uma vez que o pai começou a abaixar sua calcinha e ela o

mandava parar. Depois o pai lhe disse que ela precisava depilar. “*Ele também me perguntou porque não usava calcinha enfiada na bunda e eu disse que não gostava*”. Outro relato é que a pegava no colo e colocava a mão dentro da sua calcinha e ficava fazendo movimentos de vai e vem na sua vagina. Ela tirava sua mão, pedindo para parar, mas ele colocava novamente.

A adolescente diz que não sabia direito o que eram todas essas coisas, tinha medo de contar para a mãe e o pai ficar bravo e lhe fazer algo ruim. Sobre quando o pai fazia os abusos, diz: “*Minha mãe trabalhava à noite. Então quando ela estava trabalhando e a irmã dormindo ou quando a mãe estava dormindo no sofá, inclusive quando ela se mexia ele parava. Nunca perto de alguém*”.

A²) Relato do pai sobre o abuso sexual da filha adolescente

A perita entrevistou o pai antes de atender as filhas, pois as mesmas encontravam-se residindo em outra cidade, portanto, entrevistou-se o genitor e a investigação da situação de abuso sexual foi feita após leitura dos autos, nos quais havia descrição de alegações de abuso sexual do pai perpetrado contra as filhas. Sabendo dessas informações e confrontado sobre o caso, o genitor disse que tudo isso foi uma situação criada pela sogra, que manipulou a adolescente para fazer esses relatos. Diz que não entende, pois foi o ano que esteve mais próximo da filha, que fazia trabalhos escolares com ela, e isso possa tê-la confundido e provocado esse incidente.

Sobre apalpar a filha, conta que após um atropelamento que teve, a adolescente sempre reclamava muito de dor na perna e num dia, quando colocou um vestido colante, percebeu que o lado direito da filha estava mais inchado que o outro e pediu para erguer o vestido e ver o inchado “*e aí eu a toquei, fiz errado? Fiz, deveria ter comentado com a mãe dela, só que aconteceu*”. Relata que também fazia massagem, porém, que não viu malícia,

nem maldade, que era um comportamento seu que faria com qualquer pessoa, por ter trabalhado anos na área da enfermagem.

O genitor afirma: “*toquei na minha filha, toquei; vi a calcinha dela, vi; corrigi minha filha para não ficar com os peitos aparecendo, corrigi; fiz a massagem com um aparelho de tirar estriás nas costas dela, fiz; mas não apalpei os seios dela, ou que fiz massagem na virilha, ou que queria brincar de médico com ela, não tem nenhum fundamento nesses relatos*”.

B¹) Relato de abuso sexual pela criança

A caçula conta que assistia TV com o pai e com a irmã, em que “*tinha cenas de pessoas fazendo filho*”. Como era esse filme de fazer filho? “*Aparecia que a mulher estava tirando a roupa, daí eles se beijavam e se apaixonavam, depois tinham um filho. A irmã, às vezes, dizia para o pai, “ui pai, que nojo” e daí saia lá para fora para ajudar a mãe, porque o pai só assistia esses filmes quando a mãe estava lavando a roupa, e quando a mãe aparecia ela dizia, porque está vendo isso, as meninas não têm idade para ver isso. A mãe ficava brava e o pai nem ligava*”. E você entendia o que estava acontecendo no filme? “*Eu ficava quieta, mas uma vez quando estávamos assistindo eu perguntei para meu pai como que fazia e ele me explicou*”. Como fazia o que? “*Filho*”. E o que ele falou? “*Ele falou que primeiro o homem e a mulher se conheciam depois se apaixonavam, depois iam para cama e depois tinham filho*”. E você entendeu a explicação do seu pai? “*não, daí perguntei de novo*”. E daí? “*Ele falou que quando uma mulher tinha uma doença, tinha que colocar camisinha*”. O que é camisinha? “*É um “plastiquinho”* E para o que serve? “*Para não ter filho*”. E onde o coloca? [Ela aponta para o psicólogo] *Na mangueira. Mas meu pai falou que a mulher tirava a roupa, aí eles deitavam e daí ele enfiava a mangueira dele na mulher e ficavam balançando e só*”. E tinha isso que você contou no filme? “*Não. No filme, eles ficavam deitados com uma coberta em cima*”... ”*A*

minha mãe acha que sei como mulher, com mulher faz, mas não sei. Só sei com homem e mulher, eu acho que sei. ”

Sobre o banho a menina relata “*O pai gostava de me dar banho, mas eu não gostava muito, porque ele esfregava muito, porque tinha uma esponja muito áspera*”.

Sobre dormir na mesma cama do pai: Onde você dorme? “*Na cama dos meus pais. O pai não gostava de dormir com minha mãe, porque ela roncava e ele não conseguia dormir, porque tem insônia e daí às vezes eu dormia na minha cama e, às vezes, na cama do meu pai*”. Em que lugar você gostava de dormir? “*Junto do meu pai*”. E onde sua mãe dormia? “*No sofá, e a irmã na cama dela*”. Você me contou que às vezes dormia na cama com seu pai e às vezes na sua cama. Quando você dormia na cama do seu pai? “*Quando ele estava em casa e às vezes ele pedia, porque se eu não dormisse lá, ele ia morrer que ia amanhecer morto*”. E como você se sentia? ”*Preocupada*”.

Conta um pouco mais sobre quando você, seu pai e a sua irmã assistiam filmes, em que apareciam duas pessoas se beijando. “*Eu queria que vocês falassem: filme Plantando Flores, porque é o nome que eu e minha prima inventamos*”. E quando você assistia os filmes de “Plantando Flores”, como você se sentia? “*Me sentia um pouco curiosa*”. E no seu corpo, você sentia alguma coisa? Por exemplo, quando vemos algo que nos dá medo, temos arrepios e quando você assistia o que sentia? “*Na primeira que eu assisti não senti nada*”. E depois? “*Depois senti alguma coisa*” Uma coisa boa ou ruim? “*Boa*”. Em que parte do corpo você sentia isso? “*Como que eu posso falar* [apontando para a região do quadril]. E que tipo de sensação era? “*Era uma bateção*” E o que você fazia? “*Na primeira vez não fiz nada e depois a minha prima disse que também sentia isso, e ela usava o travesseiro*”. O que ela fazia com o travesseiro? “*Montava em cima do travesseiro e ficava apertando*”. E o que você fazia? “*Eu tentei o travesseiro, mas não achei bom*”. “*Bem, eu ia para cama e ficava apertando com a mão*”. Isso era bom ou ruim? “*Era bom e só fazia isso para me sentir aliviada, não porque*

queria fazer, porque se eu não fizesse isso, ficava mal o dia inteiro”. Como você aprendeu isso? “*Não aprendi, só senti*”. E você continua fazendo isso? “*Não. Eu não sinto mais nada*”. E quem sabe disso? “*Minha mãe, minha prima*”. E seu pai sabe? “*Ele já viu*” Como foi? “*Eu estava no quarto e ele entrou e ficou bravo comigo, disse “que é isso ” e foi embora*”. A menina diz que tinha vontade de fazer isso, quando via filmes de pessoas de beijando, sem roupa.

B²) Relato do pai sobre os abusos sexuais da filha caçula

Sobre a citação da masturbação da caçula, o genitor disse que a filha sempre teve uma coceira vaginal muito grande, que errou de nunca ter levado ao médico, mas que isso deveria partir da mãe “*a menina estava vendo televisão, estava com a mão lá, se esfregando, ela sumia, ia no quarto, ela estava lá, se esfregando, estava se coçando*”, diz que viu ela fazendo isso com a mão diversas vezes, inclusive que lhe dava uns tapas para parar com aquilo. “*Às vezes pegava ela no flagra, embaixo das cobertas, se coçando.*”

Sobre a acusação de ver filme pornô com as filhas, diz que não tem vídeo e nunca foi de ver filmes pornôs. Que talvez tenham confundido, por ver cenas de novela ou algum filme da TV que tenha aparecido cenas mais fortes “*pode verificar em qualquer locadora, nunca aluguei filme pornô, uma porque não tinha tempo, outra, porque não gosto*”.

Sobre dividir a cama com a caçula, relata que quando a mesma era bebê dormia no berço ao lado da sua cama, depois passou a dormiu ao seu lado na cama “*eu e ela nunca nos separamos*”. Diz que a filha tinha seu quarto, mas que ela preferia dormir com ele. Que nunca viu maldade nisso e nunca fez nada com sua filha.

Ficou sabendo que a filhas estavam fazendo acompanhamento psicológico no CREAS. Atualmente a caçula está indo em uma psicóloga, e ele sabe as perguntas que são feitas, as atividades realizadas, enfim, diz que ela lhe conta tudo.

C) Relato da mãe sobre o abuso sexual das filhas

A genitora relata que o pai assistia com as filhas filmes na TV que possuíam cenas de sexo explícito. Que o mesmo explicou para caçula de forma resumida sobre o que era e como se fazia sexo. Relata que falou ao marido que a filha não tinha idade para ver essas cenas na TV, e o mesmo disse que de qualquer jeito um dia ela iria aprender e era melhor que aprendessem em casa. Relata que sempre dormiu no sofá, porque o marido dizia que ela roncava muito, e que quando comprou uma cama para a caçula, a menina às vezes queria dormir na sua cama, mas ele fazia chantagem emocional com ela “*o pai tem aneurisma e vai morrer, pode morrer a qualquer momento, você precisa dormir comigo*”. A genitora conta que a menina costumava tomar banho com o genitor. Ele ficava de calção ou cueca e dava banho nela. Ele ia ao banheiro de porta aberta e ela o viu várias vezes sem roupa. Chama a atenção para o fato que a filha nunca chamou o genitor por pai, sempre o chamava de outras coisas, como, de “pupi”, “pop”, “poti”.

A mãe diz que achava errado o genitor dormir com a filha, mas nunca passou por sua cabeça que ele fizesse algo a criança. Conta que a família paterna conversou com ele chamando a atenção para o fato de tratar a menina como uma esposa, porém que ele não dava bola e sempre fazia o que queria.

Com relação à adolescente, descreve que após escutar os relatos de abuso perpetrados pelo marido contra a filha, decidiu tomar as providências necessárias, devido a não duvidar da história contada pela garota. Disse que sua mãe estava junto e a aconselhou procurar o CRAS com a menina, onde recebeu as orientações de como proceder. Descreveu que acompanhou todo o relato da filha no CREAS e na delegacia e ficou sentindo-se culpada ao não perceber o que estava acontecendo.

8) ASEBA

Tabela 17
Sistema de Avaliação de Base Empírica

Bateria ASEBA	Respondente	Faixa Limítrofe	Faixa Clínica
CBCL Criança	Pai	Queixas Somáticas Problemas Sociais Problemas de Pensamento Comportamento de Quebra de regras	Comportamento Agressivo Pelo DSM: Queixas somáticas e problemas de conduta
		Pelo DSM: Desafiador Opositor	
	Mãe	Pelo DSM: Problemas Afetivos	Problemas Sociais Problemas com Sono Comportamento de quebra de regras Comportamento Agressivo
			Pelo DSM: TDAH, Problema de Conduta e Desafiador Opositor.
	Psicóloga	Atividades	Problemas Sociais Problemas com Sono Comportamento de Quebra de Regras Comportamento Agressivo
			DSM: TDAH e problema de conduta
	Pai	Problemas Sociais Problema de Pensamento Problemas de Atenção	Ansiedade e Depressão Retraimento/Depressão Queixas Somáticas
			DSM: TDAH, problemas de afetividade e problemas de ansiedade, queixas somáticas, problemas de estresse pós-traumático.
	Mãe	Retraimento/Depressão Problemas Sociais Problema de Atenção	Ansiedade/Depressão Queixas somáticas
		DSM: Problema obsessivo compulsivo, TDAH e problemas de estresse pós-traumático.	DSM: Problemas de afetividade Problemas de ansiedade, Problemas somáticos e estresse pós-traumático
	Psicóloga	Problemas Sociais	Ansiedade/Depressão Queixas somáticas
			DSM: Problema de ansiedade e Problemas somáticos
TRF Professores	Criança	Não houve escore limítrofe	Não houve escore clínico
	Adolescente	Queixas somáticas DSM: Problemas de ansiedade	DSM: Problemas somáticos

YSR	Adolescente	Problemas Sociais	Ansiedade/Depressão Queixas somáticas
		DSM: Problema obsessivo compulsivo	DSM: Problemas de ansiedade Problemas somáticos

A tabela 17 mostra os resultados encontrados na faixa limítrofe e clínica da bateria ASEBA. Foram aplicadas as seguintes avaliações: CBCL nos genitores e na psicóloga que está fazendo acompanhamento terapêutico com as meninas (*inventário dos comportamentos de crianças e de adolescentes entre 6 e 18 anos*), o TRF com os professores (*inventário dos comportamentos de crianças e de adolescentes entre 6 e 18 anos – relatório professores*) e YSR na adolescente (*relatório de auto avaliação para jovens entre 11 e 18 anos*). O escore na faixa *limítrofe* é indicativo de que os comportamentos devem receber atenção diferenciada e escore na faixa *clínica* indica problemas existentes, e que necessitam de intervenção especializada.

É possível perceber que com relação à criança, os principais problemas relacionados aos aspectos comportamentais e sociais são: quebra de regras, problemas sociais, problemas de conduta e problemas de agressividade. Com relação à adolescente, os comportamentos que necessitam de intervenção e atenção são com relação a: problemas de ansiedade e depressão, queixas somáticas e estresse pós-traumático. A adolescente avalia que os aspectos comportamentais e sociais, nos quais possui maior dificuldade são: problemas de ansiedade e queixas somáticas.

O resultado do TRF respondido pela professora sobre a criança não apontou para escores dentro da faixa limítrofe ou clínica. A coordenadora pedagógica da escola da criança informa que não conhece bem a criança, que está há 8 meses na instituição, no 4º ano do fundamental. Descreve que suas notas estão todas acima da média. Relatou que no momento, é uma criança tranquila, extrovertida e não apresenta problemas comportamentais e acadêmicos. É uma aluna que gosta de ajudar os colegas, é prestativa e estudiosa. Um

comportamento que chama atenção é que a mesma possui comportamentos de liderança em relação aos colegas (nas brincadeiras, nas atividades de educação física), nos quais quer sempre “comandar/liderar” e não aceita perder, chegando a trapacear para ganhar. Caso perca, fica com raiva e não quer mais brincar. Entre os dados comportamentais preocupantes, assinalados no teste estão os itens: é convencida, conta vantagem; exige que prestem muita atenção nela; sente ciúmes com facilidade; prefere estar com crianças mais novas; sente-se ofendida quando criticada.

O resultado do TRF respondido pela escola sobre a adolescente apontou para faixa limítrofe em: *problemas internalizantes*: queixas/problemas somáticos e pela *escala orientada pelo DSM*: problemas de ansiedade. Houve faixa clínica para: *escala orientada pelo DSM*: problemas somáticos. Com relação ao contexto escolar, a pedagoga relata que a adolescente está há oito meses no colégio, atualmente no 1º ano do ensino médio. Informa que é uma aluna assídua, responsável e comprometida no processo de ensino aprendizagem. Suas notas estão acima da média, apenas em História está um pouco abaixo. Entre os dados comportamentais dela está o relato de que a adolescente fica apreensiva, ansiosa e com dor de estômago quando precisa ir para Curitiba (insegura). Relatou que nas últimas semanas do mês de agosto voltou a ter dores de estômago e apresentou herpes no rosto na área do nariz e boca (que acreditam ter a causa de fundo emocional) e atualmente demonstra estar mais apreensiva e retraída. Quando fala sobre o pai ou quando sabe que ele está na cidade, fica extremamente ansiosa. Entre os dados comportamentais assinalados no teste estão os itens: prefere estar sozinha ao ficar em companhia de outros; é nervosa, ou tensa; é muito medrosa ou ansiosa, possui dores de estômago ou de barriga, náuseas e enjoos sem causa médica; é reservada, guarda as coisas para si mesma; infeliz, triste ou deprimida e preocupa-se muito.

Ambas as escolas relatam que não conhecem o pai, apenas a mãe. Sobre a participação dela na escola das filhas, respondem que a mesma é interessada, assina os bilhetes e, os comunicados de avaliação e trabalhos, auxilia nas tarefas escolares.

9) APSD (*Antisocial Process Screening Device*)

A utilização do APSD foi devido a relatos de comportamentos de risco da criança, feito por profissionais que a atenderam. O APSD mede três classes de comportamentos: a) *Insensibilidade Emocional*, que se refere a características, como a falta de culpa ou remorso, ausência de empatia e compaixão para com os outros, interferindo na formação de ligações significativas com outras pessoas; b) *Narcisismo*, caracterizada por um exagerado sentido de grandiosidade, superioridade, vaidade e exibicionismo, além de uma necessidade excessiva de admiração; c) *Impulsividade*, que se relaciona a reações desproporcionais ao estímulo provocativo, falta de limites e responsabilidade sobre os seus atos e uma falta de planejamento. É pontuada por meio de entrevista semiestruturada, numa graduação de zero a dois pontos para cada item, em um total de 40 pontos. O resultado acima de 30 pontos, em situações forenses, traduz indicativo grave para comportamento antissocial. O resultado (soma total dos três fatores) acima de 30 pontos, em situações forenses, traduz indicativo grave para comportamentos antissociais. Portanto, T-score acima de 70% (27p) significa comportamento altamente antissocial.

Avaliando a combinação de resultados entre as respostas da genitora e da psicóloga da criança, encontraram-se os seguintes resultados: *Insensibilidade emocional* (9p), em que alguns aspectos descritos foram: não se sente mal quando faz alguma coisa errada, não mantêm os mesmos amigos, não demonstra sentimentos ou emoções. *Narcisismo* (12p) como: suas emoções parecem superficiais ou falsas; usa outras pessoas para conseguir o que quer, provoca, tira sarro de outras pessoas, é encantadora, mas de forma que parece ser falsa ou

superficial. *Impulsividade* (10p), com aspectos: culpar os outros por seus erros, agir sem pensar nas consequências, ficar entediada facilmente, participar de atividades de risco ou perigosas, assim, obtendo um total de 31 pontos, que está correlacionado a um T-score de 81%. As pontuações obtidas indicam que a criança possui comportamentos antissociais graves. Este indicativo aumenta a probabilidade de atividade criminal.

10) Síntese e recomendação da guarda

A genitora demonstrou estar bastante estressada em cuidar da caçula, relatando que é preciso muita paciência, pois a criança não a obedece. Apesar disso, a mãe era dedicada e estava empenhada em fazer as mudanças necessárias para que as duas meninas ficassem bem. A mesma teve apoio e ajuda de sua mãe, uma figura que, pelos relatos, é uma pessoa experiente e coerente, cuja autoridade, a menina respeita e a quem a adolescente relata ter muito carinho e demonstra ter uma relação de bastante afetividade, o que é também recíproca pela avó.

O genitor tem um relacionamento muito diferenciado e discrepante na maneira que cuida e trata as filhas. Com a adolescente não há vínculo afetivo, já com a caçula é extremamente apegado e possui pela filha sentimentos e comportamentos inadequados. É muito permissivo e proíbe qualquer pessoa de exercer autoridade, principalmente a mãe, para disciplinar a criança. A menina é tratada pelo pai como figura de esposa ou companheira e não de filha. O mesmo divide a cama e toma banho com ela. Acata as decisões da filha e faz tudo na vida sempre pensando em agradá-la.

A adolescente tem baixa auto estima, o pai frequentemente a rotula e denegre sua imagem, chamando-a de gorda, burra e fazendo comparações com a irmã, dizendo que é mais inteligente e esperta que ela. Ela tem imagem distorcida de si, se acha feia, tem dificuldade de se relacionar com as pessoas, principalmente com meninos, pois pensa que vão achá-la chata,

feia e gorda. É muito tímida e apresentou constrangimento e medo de falar dos abusos, pois tinha medo que a parecerista não acreditasse em seus relatos e por pensar que deveria encontrar o genitor. Ela tem pavor do pai, diz “*não sei explicar o medo que tenho dele, mas tenho muito medo de ele brigar, fazer alguma coisa ruim comigo*”.

A caçula possui diversos comportamentos antissociais e preocupantes. Por exemplo, não demonstra sentimentos pelos outros, não faz empatia; está o tempo todo desafiando e testando as pessoas; coloca-se com frequência em situações de perigo, como atravessar a rua sem olhar; subir em lugares altos e não demonstra ter medo de ferir-se, mesmo depois de já ter quebrado uma costela, por ter caído após subir numa árvore. Está todo o tempo querendo chamar a atenção; não reconhece regras e limites; não aceita autoridade da mãe; não demonstra afetividade genuína. Esses comportamentos são advindos das práticas parentais negativas do pai e, consequentemente, a parecerista encontrou resultados que indicam que a criança apresenta indícios fortes de transtorno de personalidade, especificamente, de desvio de conduta e, orienta que seja encaminhada de imediato para psiquiatra infantil.

O genitor possui comportamentos inadequados e preocupantes, é extremamente ansioso, tem ideação suicida, apesar de dizer que jamais levaria isso adiante. Foi percebido na entrevista e nos dados colhidos que a adolescente não quer ver o pai; e não por uma alienação da mãe. Outro dado, é que mesmo o genitor desqualificando a mãe para as filhas, ambas, não apresentam fatores emocionais de alienação. As filhas relataram querer morar com a mãe. A adolescente enfatizou não querer encontrar o pai, e que estava gostando de residir com a mãe e a avó materna.

Os resultados obtidos por meio de entrevistas, de testes e de observações feitas por essa perícia indicam que, no momento, o melhor genitor para dar conta das demandas emocionais e afetivas e exercer a guarda primária das filhas, é a mãe.

Discussão

O objetivo deste estudo foi o de aplicar e avaliar um protocolo para avaliação psicológica em casos de disputa de guarda. Dez instrumentos foram selecionados para o estudo, os quais foram aplicados em 11 famílias encaminhadas pelo judiciário.

O primeiro resultado relevante do estudo diz respeito ao tempo despendido para a coleta de dados e elaboração do relatório final, em média 38h. Foram necessárias 12 entrevistas de uma hora, em média, para a avaliação de cada família, levando-se cerca de 2 semanas para completar o laudo. Mesmo não havendo, no Brasil, estudos aprofundados que mostrem o tempo necessário para realizar uma avaliação psicológica em contexto de disputa de guarda, sabe-se que muitos processos de custódia demandam anos para serem concluídos, devido aos procedimentos inócuos causados pelos profissionais envolvidos nos trâmites dos casos.

Informações sobre o tempo necessário despendido para se avaliar adequadamente uma família em disputa de guarda, deve ser justificado junto ao Poder Judiciário e aos técnicos das Varas de Família. Ao haver uma demanda grande de avaliações psicológicas por parte do judiciário, o processo avaliativo exige muitas vezes que o perito realize apenas uma visita com cada um dos envolvidos para avaliação, assim, combina-se resultados precários e decisões equivocadas.

Alguns estudos internacionais descrevem sobre o tempo em média, despendido dos profissionais para a realização das avaliações em casos de disputa de guarda. Keilin e Bloom (1986) investigaram 190 profissionais que atuavam no contexto envolvendo disputa de guarda e concluíram que o tempo necessário para realização de avaliações até entrega de relatório, foi de 18,8 horas, em média. Ackerman e Ackerman (1997) replicaram o estudo com 201 profissionais, concluindo que o tempo aumentou para 26,4 horas em média, mostrando um aumento de 7,6 horas a mais. Esses autores ainda sugeriram até 2 horas de tempo a mais, para

coleta de dados com demais profissionais, como: com professores, para obter informações sobre o comportamento das crianças e necessidades acadêmicas, com assistentes sociais, para averiguar existência de alegações de maus-tratos, com psicólogos e médicos da família, para obter informações sobre a saúde mental e eventos familiares dos envolvidos no caso. A pesquisa de Bow e Quinnel (2001) mostrou que o tempo foi de 24,5 - 28,5 horas, em média.

Bow & Quinnel (2002) também pesquisaram o tempo gasto nas avaliações em casos envolvendo alegações de abuso sexual. O resultado indicou uma média de 32 horas. O aumento do tempo, com relação às demais avaliações de custódia, foi devido ao número de horas estendidas nas entrevistas e testagens com os pais, com a vítima e com o suposto agressor (8,78 horas), além da revisão de registros sobre o caso (5,36 h). Um dado preocupante encontrado, foi que apenas um terço dos participantes utilizaram um instrumento específico de investigação de abuso sexual durante o processo avaliativo.

Um estudo brasileiro realizado por Lago e bandeira (2008) investigou as práticas de 51 psicólogos que trabalham no contexto de custódia. A pesquisa mostrou que a maioria dos participantes (33,3%) gasta em média, mais de 20 horas para realizar uma avaliação completa de disputa de guarda envolvendo um filho. Dentre os demais, 25,5% gasta 12 horas, 25,5% gasta entre 12 e 16 horas e 15,7% gasta entre 16 e 20 horas.

O uso do SARP mostrou ser um instrumento útil de avaliação e contribuiu para clarificar possíveis recomendações sobre a guarda. Ajudou na revelação de dados e informações importantes sobre cada família e auxiliou no seguimento das avaliações, ao contemplar de forma direcionada e organizada cada assunto, uma vez que os principais aspectos do relacionamento parental são levantados no instrumento.

O protocolo infantil “Meu Amigo de Papel” atendeu ao seu objetivo: o de explorar e clarificar para a profissional as necessidades, vontades e desejos dos menores no processo de disputa de guarda. O material além de ser uma forma de comunicação entre a avaliadora e as

crianças estudadas, funcionou como um quebra-gelo, pois contém ilustrações infantis, de fácil compreensão para elas. O fato do material ser diferenciado, para meninas e meninos, fez com que o instrumento tivesse melhor aceitação e interesse. Bem como percebeu-se que elas se identificavam e sentiam-se mais familiarizadas, assim, relatando com mais espontaneidade e com mais facilidade o que lhes era solicitado.

Essa conclusão a respeito do SARP vai de encontro com os resultados das autoras Lago e Bandeira (2013), na averiguação da aplicabilidade do instrumento, que aconteceu em dois estudos, mostrando que o instrumento permite uma exploração minuciosa de fatores essenciais na avaliação de custódia, como: o relacionamento pais-filhos, as necessidades das crianças, dificuldades enfrentadas na família e, ainda, podendo o profissional visualizar diferenças nos estilos parentais dos genitores.

A utilização dos instrumentos de estresse e depressão possibilitaram averiguar se as práticas poderiam prejudicar o desenvolvimento saudável dos filhos, portanto, estes instrumentos podem auxiliar os profissionais a melhor avaliar as relações entre pais e filhos. A literatura relata que há correlação entre estresse e depressão em genitores, para o aparecimento de comportamentos de risco nos filhos, como drogadição e comportamentos antissociais (Gomide, 2006; Gomide & Cols, 2005). Pesquisas apontam que se os pais reagem com alto indicativo de estresse, ansiedade e angústia fente a situações adversas, os filhos aprenderão a seguir esse mesmo modelo para enfrentar momentos difíceis na vida que possam surgir (Lipp, 2000).

Com relação ao IEP, observou-se que as mulheres estudadas possuem *precárias* práticas educativas positivas, ou seja, não orientam e nem se colocam à disposição para resolver os problemas dos filhos, não ensinam valores morais, e simultaneamente têm monitoria negativa e abuso físico. Os pais, embora tenham estilo parental positivo, não apresentam bons índices de monitoria positiva e comportamento moral, simultaneamente são

negligentes. Isto significa que não estão protegendo seus filhos das práticas negativas maternas.

O Inventário de Estilos Parentais ajudou a nortear as decisões judiciais acerca da guarda infantil e as intervenções terapêuticas mais adequadas. A utilização desse instrumento possibilitou fazer uma comparação de como os filhos percebem as práticas educativas dos pais e como os mesmos se percebem. Os resultados encontrados mostraram para a avaliadora, qual genitor possui melhores práticas educativas parentais para cuidar dos filhos. A aplicação, correção e interpretação dos dados achados são também fáceis de entender.

O Inventário de Estilos Parentais revelou em profundidade as práticas parentais utilizadas pelos pais na educação de seus filhos, tanto do ponto de vista dos genitores como dos filhos. Com este teste pode-se identificar práticas educativas negativas, como abuso físico e negligência que tem consequências desastrosas para o desenvolvimento infantil (Gomide, 2006, 2010; Patterson & Cols 1989).

A Escala de Alienação Parental mostrou-se efetiva na verificação da presença de alienação parental, possibilitando avaliar, nos casos em que houve indicação positiva, o grau de prejuízo emocional da criança envolvida e da relação parental. De fato, o instrumento foi de grande ajuda, uma vez que tais alegações foram corriqueiras nesses contextos e o sistema judiciário recorre às avaliações psicológicas para averiguá-las.

A entrevista de investigação de abuso sexual para criança (NICHD) foi uma ferramenta facilitadora para descobrir a veracidade das alegações descritas nos autos. Essencial para que se obtivessem dados consistentes que ajudaram a fundamentar e embasar o laudo. Também foi possível perceber que a utilização desse protocolo, acarretou menos prejuízo emocional às crianças, devido a entrevista possibilitar que as mesmas relatassem livremente o que aconteceu. Importante salientar que a entrevista contribuiu para obter a revelação, sem que houvesse qualquer indução ou interferência do avaliador nas respostas das

crianças. Esses resultados corroboram diversas pesquisas (Barros, 2012; Lamb & Cols 2008; Willians & Cols, no prelo) que concluem que a utilização desse instrumento diminui a probabilidade de influenciar os relatos das crianças e permite que informações importantes sobre o abuso sejam investigadas, levando o avaliador a conhecer a verdade e averiguar se o abuso ocorreu.

A utilização da bateria ASEBA mostrou-se uma ferramenta importante para o levantamento de competências e de problemas psicológicos nas crianças e nos adolescentes envolvidos. Foi possível fazer uma análise comparativa dos dados encontrados com os relatos obtidos e confirmar se de fato houve um cruzamento das informações prestadas ou observadas pela avaliadora com os problemas comportamentais, sociais e emocionais revelados no teste.

A escala ASPD demonstrou ser um instrumento eficaz ao avaliar aspectos importantes do comportamento de risco da criança e permitiu que a parecerista pudesse embasar com mais segurança seu laudo para fazer os encaminhamentos necessários. Esse dado corrobora com a pesquisa de Rocha e Watanabe (2013) que concluíram que a aplicação da escala avalia aspectos importantes do comportamento de risco de crianças e adolescentes, permitindo ser uma ferramenta que auxilia no planejamento de intervenções específicas que se fizerem necessárias.

Considerações Finais

A avaliação de um protocolo especialmente construído para disputa de guarda permite que se esclareçam algumas questões relevantes apontadas na literatura. O primeiro ponto discutido tanto no âmbito forense como no acadêmico refere-se ao tempo necessário para se aplicar um protocolo em disputa de guarda em casos reais, ou seja, pelo perito designado pelo Poder Judiciário. Este estudo demonstrou que o protocolo básico, usado na maioria dos casos, pode ser aplicado em apenas 38 horas em média. Isto significa um tempo razoável para ser usado em processos nas Varas de Família, visto que, grande parte dos processos permanece nos fóruns por mais de dois anos, devido aos laudos muitas vezes serem considerados inconclusivos.

O segundo ponto a se avaliar é a escolha dos testes que compuseram o protocolo. O protocolo básico que mediou as práticas parentais dos genitores (escala SARP e Inventário de Estilos Parentais) forneceu subsídios fundamentais para o perito se posicionar em relação à escolha do melhor genitor para deter a guarda.

Os instrumentos de estresse e depressão permitiram um aprofundamento das questões levantadas nas entrevistas que poderiam comprometer o exercício da função materna ou paterna. A Escala de Alienação Parental ainda em processo de validação indica ao juiz o genitor que está obstaculizando o processo e prejudicando o convívio saudável do filho com seus pais.

Essas informações ajudaram a respaldar e fundamentar o laudo pericial e suas orientações quanto à tomada de decisão do magistrado. O protocolo complementar é indicado para situações em que se precise avaliar indícios de outras formas de abuso ou de distúrbio de comportamento. Se, durante o processo de avaliação, surgir suspeita de distúrbio de personalidade é possível se incluir esta avaliação. Isso significa que o protocolo

complementar é flexível para que cada avaliador utilize-se do teste psicológico que melhor o ajude a obter informações sobre determinado quesito.

O trabalho de auxiliar a justiça no oferecimento de subsídios técnicos contribuiu com o magistrado para que a sentença tenha sido o mais justa, adequada e ética. Espera-se que os esforços empreendidos nessa pesquisa possam abrir caminho para novos estudos e ao aprimoramento da Psicologia no campo judicial. A Psicologia Forense é uma das áreas mais promissoras da Psicologia, que ainda carece de instrumentos psicológicos específicos para esse contexto e de produções científicas sobre métodos e atividades pertinentes à ação desse profissional brasileiro. O tema guarda dos filhos é complexo e desafiador, sendo entre as avaliações forenses, uma das mais difíceis de serem realizadas devido ao conhecimento exigido (Huss, 2011; Lago e Bandeira, 2009; Maciel e Cruz, 2009; Rovinski, 2004).

Avaliações de disputa de guarda tornaram-se mais abrangentes ao longo dos anos. No entanto, melhorias são necessárias em muitas áreas, incluindo, um foco maior nas crianças, uma melhor formação dos avaliadores e o uso padronizado de instrumentos e/ou protocolos para avaliar, principalmente, questões específicas, como abuso sexual e alienação parental. É fundamental que ocorram essas melhorias para poder fornecer ao judiciário evidências mais confiáveis, válidas e úteis, caso contrário os avaliadores não estarão cumprindo com seu dever profissional, sua obrigação ética e com seu dever de servir às famílias (Keilin & Bloom, 1986).

Referências Bibliográficas

Achenbach T.M. (2001). *Manual for the Child Behavior Checklist/ 6 and 18*. Burling, VT: University of Vermont.

Ackerman, M. J., & Ackerman, M. (1997). Custody evaluation practices: A survey of experienced professionals (revisited). *Professional Psychology: Research and Practice*, 28, 137-145.

Amazarra & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia:Reflexão e Crítica*. Vol.11 n.3.

Baerger D. R., Galatzer-Levy R., Gould J. W., Nye S. G. A (2002). Methodology for Reviewing the Reliability and Relevance of Child Custody Evaluations/*Journal of the American Academy of Matrimonial Lawyers, Child Custody Evaluations*. V.18, 35-73.

Bala, N. & Schuman, J. (2000). Allegations of sexual abuse when parents have separated. *Canadian Family Law Quarterly*, 17, 191-241.

Barros, L.M.F (2012). Estudos com a Entrevista Forense do Protocolo do NICHD – Análise da influência do questionamento fechado na informação exata, nos erros e nas confabulações. (Dissertação de Mestrado), Universidade de Coimbra.

Beck, A.T.; & et al.(1961).[Adaptação Brasileira] Gorenstein, C. & Et Al. (2011) Inventário de Depressão de Beck II. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bernardes, D.C.F. (2005). Avaliação psicológica no âmbito das instituições judiciais. In: Cruz, R.M.; Maciel, S.K.; Ramirez, D.C. (Orgs.) *O trabalho do psicólogo no campo jurídico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 71-80.

Bow, J. N., & Quinnell, F. A. (2001a). Psychologists' current practices and procedures in child custody evaluations: Five years after American Psychological Association guidelines. *Professional Psychology: Research and Practice*, 32,261-268.

Bow, J. N., & Quinnell, F. A. (2002). A critical review of child custody evaluation reports. *Family Court Review*, 40, 164–176.

Brandth, B. & Kvande, E. (2002). Reflexive fathers: Negotiating parental leave and working life. *Gender, Work and Organization*, 9(2). 186-203.

Brasil. Ministério da Saúde. (2003). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. (pp.10) Brasília: Ministério da Saúde.

Brito, L.M.T (1999). De Competências e Convivências: Caminhos da Psicologia junto ao Direito de Família. In: L.M.T. Brito. (Ed.) *Temas de Psicologia Jurídica* (pp. 171-186). Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Brito, L. (2004). Guarda conjunta: conceitos, preconceitos e prática no consenso e no litígio. In IBDFAM (Ed.), *Anais do IV Congresso Brasileiro de Família* (pp.355-367). Belo Horizonte: Del Rey/IBDFAM.

Brito, L.; Ayres, L. & Amendola, M. (2006). A escuta de crianças no sistema de justiça. *Psicologia & Sociedade*, 18, (3), 68-73.

Caires, M. A. F (2000). Psicologia Jurídica: implicações conceituais e aplicações práticas. São Paulo: Votor.

Caplan, P. J., & Wilson, J. (1990). Assessing the child custody assessors. *Reports of Family Law*, 27, 121-134.

Castro, L. R. F. (2003). *Disputa de guarda e visitas: no interesse dos pais ou dos filhos?* (Coleção Psicologia Jurídica). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Cavalcante, F.J.S (2009). Guarda Judicial: limite de idade para extinção de pleno direito. Revista Igualdade XXXV.

Conselho Federal de Psicologia (2009). *Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo*. Brasília: DF. Ed. Brasília Rádio Center.

Constituição Federal (1988). *Diário Oficial da União* n. 191-A, 5 de outubro de 1988. Disponível em [www.planalto.gov.br].

Cruz, R. M. & Maciel, S. K. (2005). Dano Psicológico e Diagnóstico. In: R. M. Cruz; S. K. Maciel S. D. C. Ramirez (Orgs.). *O trabalho do psicólogo no campo jurídico*. (pg.55 – 70). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Dallam, S. J., & Silberg, J. L. (2006). The Leadership Council on Child Abuse & Interpersonal Violence. *Sexual Assault Report*, 9 (3), 33-48.

Decreto n. 99.701, de 22 de novembro de 1990. (1990). Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível: (on-line) http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm

Del Prette, A. & Del Prette, Z.A.P. (2001a). *Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo*. Petrópolis: Vozes.

Emery, R.E., Otto, R.K & Donohues, W.T.O (2005). A Critical Assessment of Child Custody Evaluations Limited Science and a Flawed System. *American Psychological Society*, v.6, no1.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal n. 8.069/1990.

Faller, K.C., & DeVoe, E. (1995). Allegations of sexual abuse in divorce, *Journal of Child Sexual Abuse*, 4(4), 1-25.

Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 379-394.

Finkelhor, D. (1994). The international epidemiology of child sexual cases. *Child Abuse and Neglect*, 18, p.409-417.

Fiorelli, J.O. & Mangini, R.C.R. (2011). *Psicologia Jurídica*. São Paulo: Atlas – 3^a.ed.

Fonseca, P. M. P. C. da (2006). Síndrome de Alienação Parental. *Pediatria*, 28(3), 162-168.

Frick, P.J; Hare, R.D (2001) Antisocial Process Screening Device – Technical. Manual.MSH. Toronto, ON.

Friedrich, W. (1998). Behavioral manifestations of child sexual abuse. *Child Abuse and Neglect*, 22(6), 523-531.

Fulero, S. M & Wrightsman, L. S. (2005). Forensic Psychology. Chapter 9: Child Custody and related decisions pg 188-210. 2 ed. U.S. Wadsworth

Gardner, R.A. (1998). *The Parental Alienation Syndrome* (2 ed.). Cresskill, NJ: Creative Therapeutics, Inc.

Gardner, R. A. (1999). Differentiating between parental alienation syndrome and bona fide abuse-neglect. *The American Journal of Family Therapy*, 27, 97-107.

Gava, L.L; Pelisoli, C & Dell'Aglio, D.D (2013). A perícia psicológica em casos de suspeita de abuso sexual infanto-juvenil. *Avaliação Psicológica*, 12(2), pp. 137-145.

Giberti, E. (1985). Los hijos de la pareja divorciada. In E. Giberti, S. De Gore & R. Oppenheim (Eds.), *El divorcio y la familia*(pp. 195-213). Buenos Aires: Sudamericana.

Gomide, P.I.C. (2003). *Estilos parentais e comportamento anti-social*. In A. Del Prette & Z.A.P. Del Prette (Orgs). Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem (pp. 21-60). Campinas: Alínea.

Gomide, P. I. C., C. G. Salvo., D. P. N Pinheiro & G. M. Sabbag (2005). Correlação entre práticas educativas, depressão, estresse e habilidades sociais. *Psico-USF*, v. 10, n. 2, p. 169-178,

Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de Estilos Parentais. Modelo teórico: manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis: Vozes.

Gomide, P. I. C. e Padilha, M.G.S (2009). Destituição do poder familiar e prisão do agressor em um caso de abuso sexual intrafamiliar. In: Williams, L.C.A e Orgs (2009). *Prevenção do Abuso Sexual Infantil: um enfoque interdisciplinar*. Curitiba: Juruá.

Gomide, P. I. C. (2010). Comportamento Moral. Uma Proposta para o desenvolvimento das virtudes. Curitiba: Juruá Editora.

Gomide, Bedin, Fernandes & Lass [em processo de validação]. *Escala de Alienação Parental – EAP*. Desenvolvido pelo grupo de mestrado, na área de concentração de Psicologia Forense da Faculdade Tuiuti do Paraná.

Grisard, F.W. (2009) Guarda Compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parenta. 4ed. São Paulo: *Revista dos Tribunais*.

Guimarães, M. S. & Guimarães, A. C. S. (2002). Guarda – Um olhar interdisciplinar sobre casos judiciais complexos. Em Zimerman, D. & Coltro, A. C. M. (Org). *Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica*. Campinas – SP: Millennium. 2^a edição.

Habigzang, L. F. & Koller, S. H. (2011). Abuso sexual contra crianças e adolescentes: aspectos conceituais e estudos recentes. In L. F. Habigzang & S. H. Koller. (Orgs). *Intervenção psicológica para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: manual de capacitação de profissionais*. São Paulo: Casa do Psicólogo. (pp. 11-34).

Hack, S.M.P.K., & Ramires, V.R.R (2010) Adolescência e divórcio parental: continuidades e rupturas dos relacionamentos. *Psicologia Clínica*. Vol.22 Nº1.

Hall, J & L. L. Kondora (2005). True and False Child Sexual Abuse Memories and Casey's Phenomenological View of Remembering. *American Behavioral Scientist*, Vol. 48 (10), pp. 1339-1359.

Huss, M. T. (2011). *Psicologia Forense: pesquisa, prática clínica e aplicações*. Porto Alegre: Artmed.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2011). Estatística do Registro Civil 2011. Disponível: (on-line) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2011/default_pdf_divorcos.shtml

Keilin, W.G. & Bloom, L.J. (1986). Child custody evaluation practices: a survey of experienced professionals. *Professional Psychology: Research and Practice*, 17, 338-346.

Koener, A. (2002). Justiça concensual e conflitos de família: algumas reflexões. In: Agostinho, M. L.; Sanches, T. M. Família: conflitos, reflexões e intervenções. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lago, V. M., & Bandeira, D. R. (2008). As Práticas em avaliação psicológica envolvendo disputa de guarda no Brasil. *Avaliação Psicológica*, 7 (2), 223-234.

Lago, V. M., & Bandeira, D. R. (2009). A Psicologia e as Demandas Atuais do Direito de Família. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29 (2), 290-305

Lago, V. M., & Bandeira, D. R. (2009). *O uso de instrumentos em avaliação psicológica no contexto do direito de família*. In S. L. R. Rovinski, & R. M. Cruz (Eds), *Psicologia Jurídica: Perspectivas Teóricas e Processos de Intervenção* (pp. 55-66). São Paulo: Votor Editora.

Lago, V.M. (2012). *Construção de um sistema de avaliação do relacionamento parental para situações de disputa de guarda*. (Tese de doutoramento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS [consultada em papel].

Lago, V. M., & Bandeira, D. R. (2013). *Sistema de avaliação do relacionamento parental: SARP*. Manual Técnico. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lamb, M. E; Hershkowitz, I. Y.Orbach, W. Esplin. (2008). *Tell Me What Happened: Structured Investigative Interviews of Child Victims and Witnesses*. Wiley Series in Psychology of Crime, Policing and Law. Chichester, UK and Hoboken, NJ: Wiley Blackwell.

Lamb, M. E., & Larsson, A. S.(2009). Making the most of information gathering interviews with children. *Infant and Child Development*, 18, 1-16. doi: 10.1002/ICD.573.

Lass, R (2013). Avaliação de Transtornos de Personalidade e Padrões Comportamentais da Alienadora Parental. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Tuiuti do Paraná.

Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (2002). Código Civil. Disponível on-line em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm

Lipp, M.E.N. (2000). Manual do Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lipp, M.E.N. & Lucarelli. M.D.M. (1998). Escala de Stress Infantil (ESI). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lôbo, P. (2008). Guarda e convivência dos filhos após a Lei n. 11.698/2008. *Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões*, 6, 23-35.

Maciel, S. K.; Cruz, R. M. (2009). Avaliação psicológica em processos judiciais nos casos de determinação de guarda e regulamentação de visitas. In S. L. R. Rovinski & R. M. Cruz. *Psicologia Jurídica perspectivas teóricas e processos de intervenção* (p. 45-54). São Paulo: Votor.

McGleughlin, J., Meyer, S., & Baker, J. (1999). Assessing sexual abuse allegations in divorce, custody, and visitation disputes. In R. M. Galatzer-Levy & L. Kraus, *The scientific basis of child custody decisions* (pp. 357-388). New York: Wiley.

Milano, A. M. S (2008). *A Lei sobre Guarda Compartilhada*. Leme, São Paulo: J.H.Mizuno.

Nascimento, I & Bianconi, V (2013). Guarda compartilhada. Um modelo que deu certo? Anais do Simpósio Sustentabilidade e Contemporaneidade nas Ciências Sociais.

Negrão, T. (1997). *Código de Processo Civil*. (27.ª ed.). São Paulo, Saraiva.

Oliveira, S. C. S (2008). Guarda compartilhada. *Revista IOB de direito de família*. 49, 12-34. Porto Alegre, RS.

Ortiz, M. C. M. (1986). A perícia psicológica. *Psicologia, Ciência e Profissão*. Brasília. Conselho federal de Psicologia, ano 6, n.1.

Patterson, G.R., DeBaryshe, D. & Ramsey, E. (1989) A developmental perspective on antisocial behavior. *American Psychologist*, 44, 329-335.

Pizzol, A.D. Perícia Psicológica e social na esfera judicial: aspectos legais e processuais. In Cruz, R.M.; Maciel, S.K.; Ramirez, D.C. (Orgs.) *O trabalho do psicólogo no campo jurídico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 23 -44.

Quintas, M. M. R. A (2009) *Guarda Compartilhada. De acordo com a Lei n^a 11.698/08*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Forense.

Riveira, F. F., Martínez, D. S., Fernández, R.A., Pérez, M. N. (2002). *Psicología Jurídica de La Familia – intervención de casos de separación y divorcio*. Barcelona: Cedecs.

Rocha, G.P; Julio, A.C & Cabral, F.L (2012). *Da Guarda Compartilhada no código civil brasileiro*. Revista Jurídica Judicare, v. 3, n. 3.

Rocha, G M. V., Watanabe, A. L. V. (2013). Adaptação e Parâmetros Psicométricos do APSD – Antisocial Process Screening Device para População Infantojuvenil de Curitiba. [Trabalho de Mestrado, área de concentração de Psicologia Forense da Universidade Tuiuti do Paraná].
Disponível on-line em: http://tede.utp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=53

Rovinski, S. L. (2004). *Fundamentos da perícia psicológica forense*. São Paulo: Vetor.

Rovinski, S.L.R. Psicología Jurídica no Brasil e na América Latina dados históricos e suas repercussões quanto à avaliação psicológica. In: Cruz, R.M.; Maciel, S.K.; Ramirez, D.C. (Orgs.) *O trabalho do psicólogo no campo jurídico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 11-22.

Schneebeli, F. C. F., & Menandro, M. C. S (2014). Com quem as crianças ficarão?: Representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal. *Psicología & Sociedad*, 26(1), 175-184.

Schaefer, L. S; Rossetto, S. & Kristensen, C. H. (2012) Perícia psicológica no abuso sexual de crianças e adolescentes. *Psicología: Teoria. e Pesquisa*, 28 (2), pp. 227-234.

Scheider, C (1991). Discretion rules, and Law: Child custody and the UMDA Best interest standard. *Michigan Law Review*, 89, 215-246.

Shine, S. (2010). *A Espada de Salomão: A Psicologia e a Disputa de Guarda de Filhos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2 ed.

Silva, E. L. (2005). Guarda de filhos: aspectos psicológicos. In W. Grisard Filho, A. Calçada, E. L. Silva, L. M. T. Brito, P. P. O Ramos, E. R., Nazareth, & R. B. C. Simão, *Guarda compartilhada: aspectos psicológicos e jurídicos* (pp. 13-31). Porto Alegre: Equilíbrio.

Silva, D. M. P., (2009). *Psicología Jurídica no Proceso Civil Brasileiro: a Interface da Psicología com o Direito nas Questões de Família e Infância*. Rio de Janeiro: Forense.

Silva, D. Z. C. (2011). *Com quem devo ficar? Danos psicológicos da disputa de guarda em crianças* (artigo produzido após a realização da Monografia de Conclusão de Curso. Universidade de Caxias do Sul. Petrópolis - Caxias do Sul.

Silveira, R.M. (2001). Perícias Psicológicas. *Revista de Psicología*, n.º 4. São Paulo, Vetor.

Silverstein, L. B. (1996). Fathering is a feminist issue. *Psychology of Women Quarterly*, 20, 3-37.

Souza, R.P. (1989) *Os filhos no contexto familiar e social*. Porto alegre: Mercado Aberto.

Strenger, G.G (2006). *Guarda de Filhos*: Direito de família. 2 ed. São Paulo: DPJ Editora.

Symons, D.K (2010). A review of the practice and science of child custody and access assessment in the United States and Canada. *Professional Psychology: Research and Practice*, Vol 41(3), 267-273.

Thoennes, N, & Tjaden, PG. (1990). The extent, nature, and validity of sexual abuse allegations in custody and visitation disputes. *Child Sexual Abuse & Neglect* , 14(2), 151-63.

Trindade, J. (2010). *Manual de Psicologia Jurídica para Operadores do Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 4^a edição.

Warren, J.A. & Johnson, E.J. (1995). The impact of workplace support on work-family role strain. *Family Relations*, 44, 163-169.

Williams, Padilha, Hackbarth, Blefari e Peixoto (no prelo). *Investigação de suspeita de abuso sexual juvenil: o protocolo NICHD*. Desenvolvido pelo grupo de mestrado, na área de concentração de Psicologia Forense da Faculdade Tuiuti do Paraná e Universidade Federal de São Carlos. *Guia de Entrevista Forense do NICHD* (Tradução e Adaptação para o português feita por Williams, Hackbarth, Blefari e Padilha (2012). Disponível: on-line em: <http://nichdprotocol.com/nichdportuguese.pdf>

Anexos

Anexo I – Carta para Solicitar Permissão para Realização de Pesquisa

Responsável pela Instituição: _____

Assunto: _____

Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito da Vara de Família da Comarca de Fazenda Rio Grande– PR.

Vimos por meio desta solicitar permissão para realizar a pesquisa intitulada **“Avaliação em Casos de Disputa de Guarda”**, que tem por objetivo “avaliar a eficácia de um protocolo de investigação sobre qual dos genitores é mais recomendado em disputa de guarda.” As responsáveis pela pesquisa são a Professora Doutora em Psicologia Paula Inez Cunha Gomide e a mestrandona em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná, Simone Maiorki que pode ser encontrada no telefone (41) 8803-1633.

Para a realização da pesquisa será necessário entrevistar e aplicar instrumentos psicológicos com dez famílias que entraram com pedido de guarda na vara de família: sendo ambos os pais e as crianças envolvidas.

Após a conclusão da pesquisa nos comprometemos a informar para a Instituição os resultados obtidos e garantimos o total sigilo no que se refere a manter em anonimato os nomes e identidades dos participantes.

Agradecemos sua valiosa colaboração, sem a qual não seria possível a realização da pesquisa.

"Declaro ter lido e concordar com o parecer ético emitido pelo CEP da instituição proponente, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de sua co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar".

Assinatura do responsável pela instituição (RG)

**Anexo II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Estudo Empírico sobre
Relacionamento Parental
Universidade Tuiuti do Paraná
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Mestrado de Psicologia Forense.**

Você está sendo convidado a participar de um Projeto de Pesquisa intitulada **“Avaliação em Casos de Disputa de Guarda”**, que tem por objetivo avaliar um protocolo de avaliação do relacionamento parental.

Minha participação/ A participação de meu filho consistirá em entrevista e aplicação de instrumentos com a pesquisadora, que terá 6 sessões com duração de cerca de 50 minutos cada.

Sua participação propiciará um melhor conhecimento sobre o que será necessário para garantir, cuidar e proteger o interesse da criança, o que no futuro poderá beneficiar outras famílias, facilitando que a psicologia forense forneça ao juiz subsídio técnico-científico que ajude a respaldar e fundamentar sua decisão e, assim também diminuindo os riscos de impor a(s) criança(s) a mais uma situação traumática.

Informo que o Sr (a) tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Também é garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isto lhe cause qualquer tipo de prejuízo.

Essa avaliação não oferece riscos, a não ser aqueles decorrentes de responder a inventários e entrevistas, que podem, eventualmente, produzir cansaço e desconforto.

Não existirão despesas ou compensações pessoais ou financeiras para o participante em qualquer fase do estudo.

As entrevistas serão gravadas em áudio e serão usadas somente para coleta e análise de dados. A gravação será guardada pela pesquisadora responsável em local seguro e por um período de cinco anos. Os dados da pesquisa serão divulgados em congressos ou publicações científicas, não havendo veiculação de nenhum dado que possa identificá-lo (a).

Estou ciente que poderei interromper a minha participação na pesquisa a qualquer momento, sem que isto me acarrete qualquer tipo de prejuízo. A aplicação da entrevista ocorrerá em dia e horário que melhor convenha ao participante e à pesquisadora. Garantimos o total sigilo aos dados aqui obtidos assegurando que o tratamento dos mesmos será realizado dentro dos princípios éticos que regem os procedimentos em pesquisa. Tais dados serão utilizados apenas para atividades científicas.

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa. As pesquisadoras responsáveis são a Professora Doutora em Psicologia Paula Inez Cunha Gomide e a mestrandona Simone Maiorki, que pode ser encontrada no telefone (41) 8803-1633 ou pelo email smaiorki@hotmail.com

Antecipadamente agradecemos a sua valorosa colaboração que contribuirá para o desenvolvimento do conhecimento nesta área e sem a qual este estudo não poderia ser realizado.

Eu, _____, fui suficientemente informado a respeito das informações que li e concordo em participar deste estudo, bem como autorizo para fins de pesquisa e de divulgação científica, a gravação em áudio da entrevista e a utilização dos dados obtidos.

Data: _____ / _____ / _____

Assinatura do Participante: _____

Assinatura da pesquisadora responsável: _____

Anexo III – Entrevista SARP

VML.09.10

Sistema de Avaliação do Relacionamento Parental – SARP Roteiro de Entrevista

Vivian de Medeiros Lago
Denise Ruschel Bandeira

Dados do informante:

Nome: _____
 Idade: _____ Data de nascimento _____ / _____ / _____
 Escolaridade: _____
 Profissão: _____
 Grau de parentesco com a criança: _____

Dados da criança:

Nome: _____
 Idade: _____ Data de nascimento _____ / _____ / _____
 Escolaridade: _____
 Sexo: () M () F



© 2013 Casapsi Livraria e Editora Ltda
 É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para
 qualquer finalidade. Todos os direitos reservados.
 Rua Simão Álvares, 1020 - Vila Madalena - São Paulo/SP - Brasil
 CEP 05417-020 - Tel.: (11) 3034 3600 - www.casadopsicólogo.com.br

O presente Caderno é impresso
 em cores. Caso desconfie de sua
 autenticidade, ligue para
 (11) 3034-3600.

Rotina da criança

Obs.: No caso de genitor não guardião, perguntar sobre o antes e o depois da separação nas questões 1 e 2.

1. Descreva um dia de semana que você passa com seu filho.

2. Que atividades você costuma realizar com seu filho aos finais de semana?

3. Fale o que você sabe sobre as refeições de seu filho: quantas são feitas, horários, quem participa das mesmas.

4. Qual é a comida que seu filho mais gosta? E a que menos gosta?

5. Quem se responsabiliza pelo cuidado com atividades de higiene, como tomar banho e escovar os dentes?



© 2013 Casapsi Livraria e Editora Ltda

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para

qualquer finalidade. Todos os direitos reservados.

Rua Simão Alvarés, 1020 - Vila Madalena - São Paulo/SP - Brasil

CEP 05417-020 - Tel.: (11) 3034 3600 - www.casadopsicologo.com.br

O presente Caderno é impresso em cores. Caso desconfie da autenticidade, ligue para (11) 3034-3600.

6. Quando seu filho fica doente, que cuidados são tomados? Por quem?

Escola e amigos

7. Quem leva e busca seu filho na escola?

8. No caso da escola de seu filho marcar uma reunião em horário de trabalho, o que você faz?

9. Como tem sido o desempenho do seu filho na escola? Como você tomou conhecimento dessas informações?



© 2013 Casaspi Livraria e Editora Ltda
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para
qualquer finalidade. Todos os direitos reservados.
Rua Simão Alves, 1020 - Vila Madalena - São Paulo/SP - Brasil
CEP 05417-020 - Tel.: (11) 3034 3600 - www.casadopsicologo.com.br

O presente Caderno é impresso em cores. Caso desconfie de sua autenticidade, ligue para (11) 3034-3600.

10. Quais as combinações com seu filho em relação aos deveres de casa/provas? É preciso ajudá-lo? De que forma?

11. Fale-me sobre os amigos de seu filho. (Quem são? Você os conhece? Com que frequência os vê? Algum amigo o preocupa?)

Comunicação

12. Com que frequência, atualmente, você vê/fala com seu filho?

13. Como é para você conversar com seu filho? (Explorar situações agradáveis e desagradáveis.)



© 2013 Casapsi Livraria e Editora Ltda
 É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para
 quaisquer finalidade. Todos os direitos reservados.
 Rua Simão Alves, 1020 - Vila Madalena - São Paulo/SP - Brasil
 CEP 06417-020 - Tel.: (11) 3034 3600 - www.casadopsicologo.com.br

O presente Caderno é impresso
 em cores. Caso desconfie de sua
 autenticidade, ligue para
 (11) 3034-3600.

Rede de apoio

14. Você trabalha? Enquanto você trabalha, com quem fica/ficaria seu filho?

15. Quando seu filho precisa faltar à escola, com quem ele fica? (Buscar informações sobre essa pessoa.)

16. Você pode contar com alguém próximo para atender seu filho num momento de necessidade? (Solicitar informações sobre convívio e a relação entre a criança e as pessoas.)

Estabelecimento de limites

17. Existem combinações em relação à rotina da criança (horários, tarefas, obrigações)? Quais? Como são monitoradas?

18. O que você faz quando seu filho cumpre o combinado?



© 2013 Casapsi Livraria e Editora Ltda
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para
qualquer finalidade. Todos os direitos reservados.
Rua Simão Alves, 1020 - Vila Madalena - São Paulo/SP - Brasil
CEP 05417-020 - Tel.: (11) 3034-3600 - www.casadopsicologo.com.br

O presente Caderno é impresso
em cores. Caso desconfie de sua
autenticidade, ligue para
(11) 3034-3600.

19. O que você costuma fazer quando seu filho desobedece alguma ordem sua?

20. Dê um exemplo de castigo que você costuma aplicar em seu filho. Quando esse castigo não funciona, o que você faz? E se a criança segue lhe desobedecendo?

Flexibilidade e comunicação entre os genitores

21. De forma geral, como você diria que é seu relacionamento com o pai/mãe de seu filho, para tratar de assuntos de seu filho?

22. Atualmente, como você e o pai/mãe de seu filho dividem as despesas de seu filho?



© 2013 Casapsi Livraria e Editora Ltda
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para
qualquer finalidade. Todos os direitos reservados.
Rua Simão Álvares, 1020 - Vila Madalena - São Paulo/SP - Brasil
CEP 05417-020 - Tel.: (11) 3034-3600 - www.casadopsicologo.com.br

O presente Caderno é impresso
em cores. Caso desconfie de sua
autenticidade, ligue para
(11) 3034-3600.

23. Caso você não venha a ficar com a guarda, como pretende colaborar com as despesas de seu filho?

24. Se você ficar com a guarda, como você espera que o pai/mãe de seu filho colabore com as despesas de seu filho?

25. Caso você venha a ficar com a guarda de seu filho, como você pensa em combinar os dias e horários de visitação do outro genitor? E se surgirem imprevistos como aniversários, viagens ou doenças nos dias de visita do pai/mãe de seu filho?

26. Imagine que você está com a guarda de seu filho e surge a necessidade de mudança de escola. Que atitude você tomaria?

Ajustes pós-separação

27. Caso você venha a ficar com a guarda de seu filho, qual será o espaço físico destinado a ele em sua casa?

28. E caso você não fique com a guarda de seu filho? Qual o espaço físico destinado a ele em sua casa?

29. Você tem um novo parceiro(a)? (Explorar a partir da resposta: seu filho já o/a conhece? Como foi feita a aproximação? Como ele/ela se relaciona com seu filho?). Caso não tenha, questionar: "E se tivesse, como seria?".

30. Por que você quer a guarda de seu filho?

31. Por que você é a pessoa mais indicada para ficar com a guarda de seu filho?

32. Caso a guarda de seu filho não pudesse ficar com você, com quem você gostaria que ficasse?



© 2013 Casapsi Livraria e Editora Ltda
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para
qualquer finalidade. Todos os direitos reservados.
Rua Simão Alves, 1020 - Vila Madalena - São Paulo/SP - Brasil
CEP 05417-020 - Tel.: (11) 3034 3600 - www.casadopsicologo.com.br

O presente Caderno é impresso em cores. Caso desconfie de sua autenticidade, ligue para (11) 3034-3600..

VML.08.10

Sistema de Avaliação do Relacionamento Parental – SARP

Roteiro de Anamnese

Vivian de Medeiros Lago
Denise Ruschel Bandeira

Dados do informante:

Nome: _____ Idade: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____ Escolaridade: _____

Profissão: _____ Grau de parentesco com a criança: _____

Genograma: (família de origem)

Dados da criança:

Nome: _____ Idade: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____ Escolaridade: _____

Sexo: () M () F

Genograma:



© 2013 Casapsi Livraria e Editora Ltda
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para
qualquer finalidade. Todos os direitos reservados.
Rua Simeão Alves, 1020 - Vila Madalena - São Paulo/SP - Brasil
CEP 05417-020 - Tel.: (11) 3034 3600 - www.casadopsicologo.com.br

O presente Caderno é impresso
em cores. Caso desconfie de sua
autenticidade, ligue para
(11) 3034-3600.

Histórico do Casal

Como começou o relacionamento? (Como se conheceram, namoraram, casaram?)

Como era a convivência enquanto casados? (Brigas eram frequentes?)

Como eram divididas as despesas da casa?

Como eram divididos os cuidados com o filho?

Por que houve a separação?

Como foi comunicada a separação ao seu filho?

Como ele se sentiu?

De que seu filho mais sente falta em relação ao seu pai/mãe?

Nascimento dos filhos

Histórico da gravidez (Desejada? Planejada? Houve complicações? Abortos? Foi feito pré-natal?)

Parto (Normal? Cesariana?)

Quais foram as mudanças na vida do casal?



© 2013 Casapéi Livraria e Editora Ltda
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para
quaisquer finalidades. Todos os direitos reservados.
Rua Simão Álvares, 1020 - Vila Madalena - São Paulo/SP - Brasil
CEP 05417-020 - Tel: (11) 3034 3600 - www.casadopsicologo.com.br

O presente Caderno é impresso
em cores. Caso desconfie de sua
autenticidade, ligue para
(11) 3034-3600.

Desenvolvimento da criança

Amamentação:

Engatinhar/caminhar:

Controle esfíncteriano:

Linguagem:

Necessidades especiais? (Fraldas, alergias, doenças, etc.):



© 2013 Casapsi Livraria e Editora Ltda
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para
qualquer finalidade. Todos os direitos reservados.
Rua Simão Álvares, 1020 - Vila Madalena - São Paulo/SP - Brasil
CEP 05417-020 - Tel.: (11) 3034 3600 - www.casadopsicologo.com.br

O presente Caderno é impresso
em cores. Caso desconfie de sua
autenticidade, ligue para
(11) 3034-3600.

Hospitalizações/ Cirurgias:

Independência (O que faz sozinho/ O que precisa de ajuda para fazer):

Como é o sono? Onde dorme?

Impacto com nascimento de irmãos:

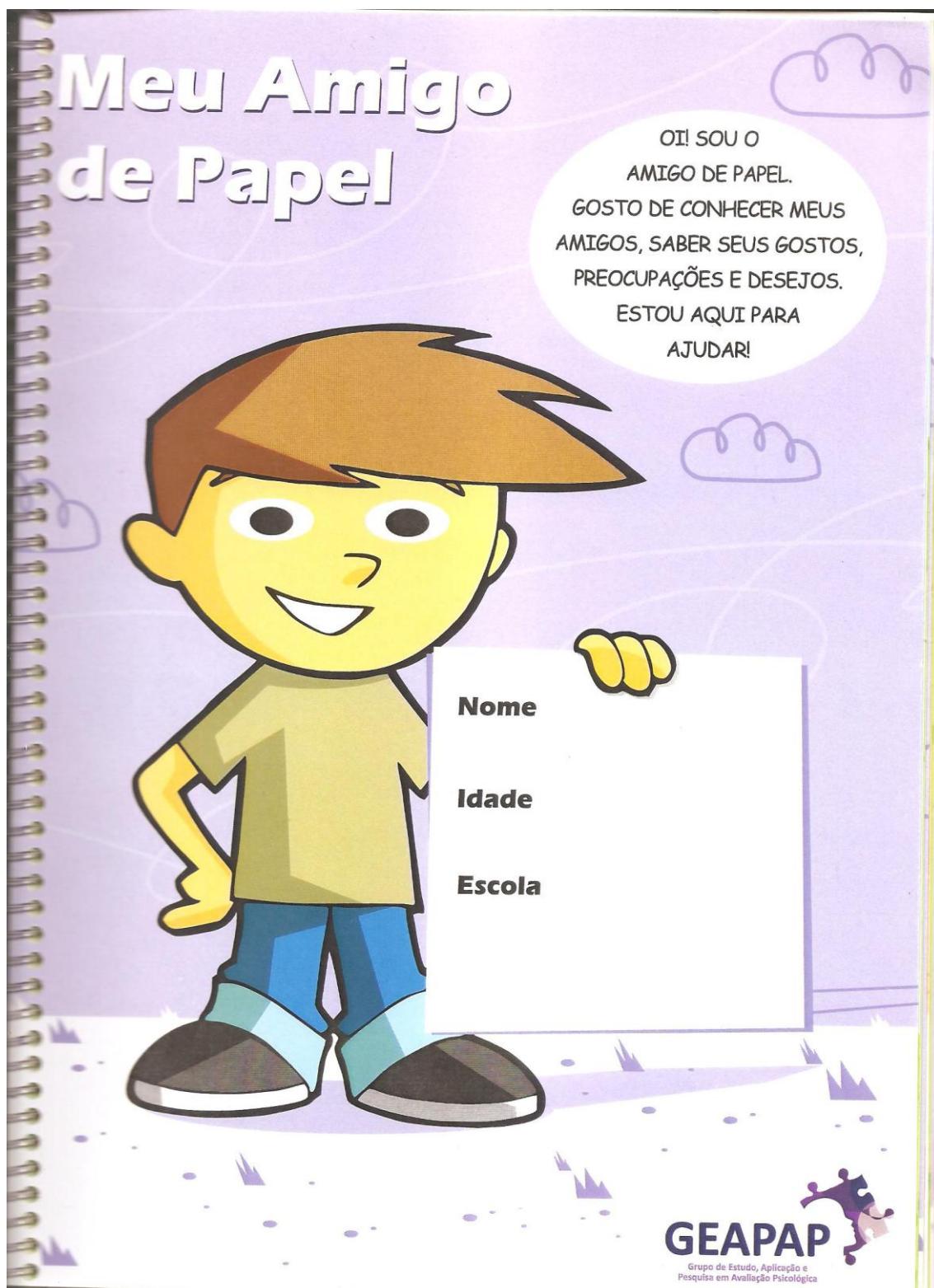
Entrada na escola:



© 2013 Casapsi Livraria e Editora Ltda
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para
qualquer finalidade. Todos os direitos reservados.
Rua Sílvio Alves, 1020 - Vila Madalena - São Paulo/SP - Brasil
CEP 05417-020 - Tel.: (11) 3034-3600 - www.casadopsicologo.com.br

O presente Caderno é impresso
em cores. Caso desconfie da sua
autenticidade, ligue para
(11) 3034-3600.

Anexo IV – Meu Amigo de Papel (versão para meninos)



Vamos brincar de contar histórias?

Que tal imaginar essas cenas acontecendo com você?



Papai, mamãe e o filho estão almoçando. De repente o filho derrama suco no chão, sem querer.

O que acontece a seguir?

Agora, nessa historinha, papai, mamãe e o filho estão passeando em um parque. O filho está correndo e não vê uma pedra, tropeça e cai. Seu joelho começa a sangrar.

O que acontece depois?

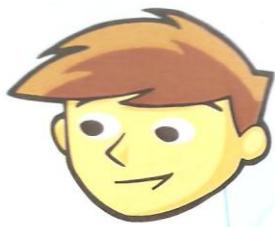


Nessa cena, papai e mamãe veem que o quarto do filho está todo bagunçado e pedem para ele arrumar. O filho não obedece e fica jogando videogame ao invés de arrumar o quarto.

O que acontece depois?

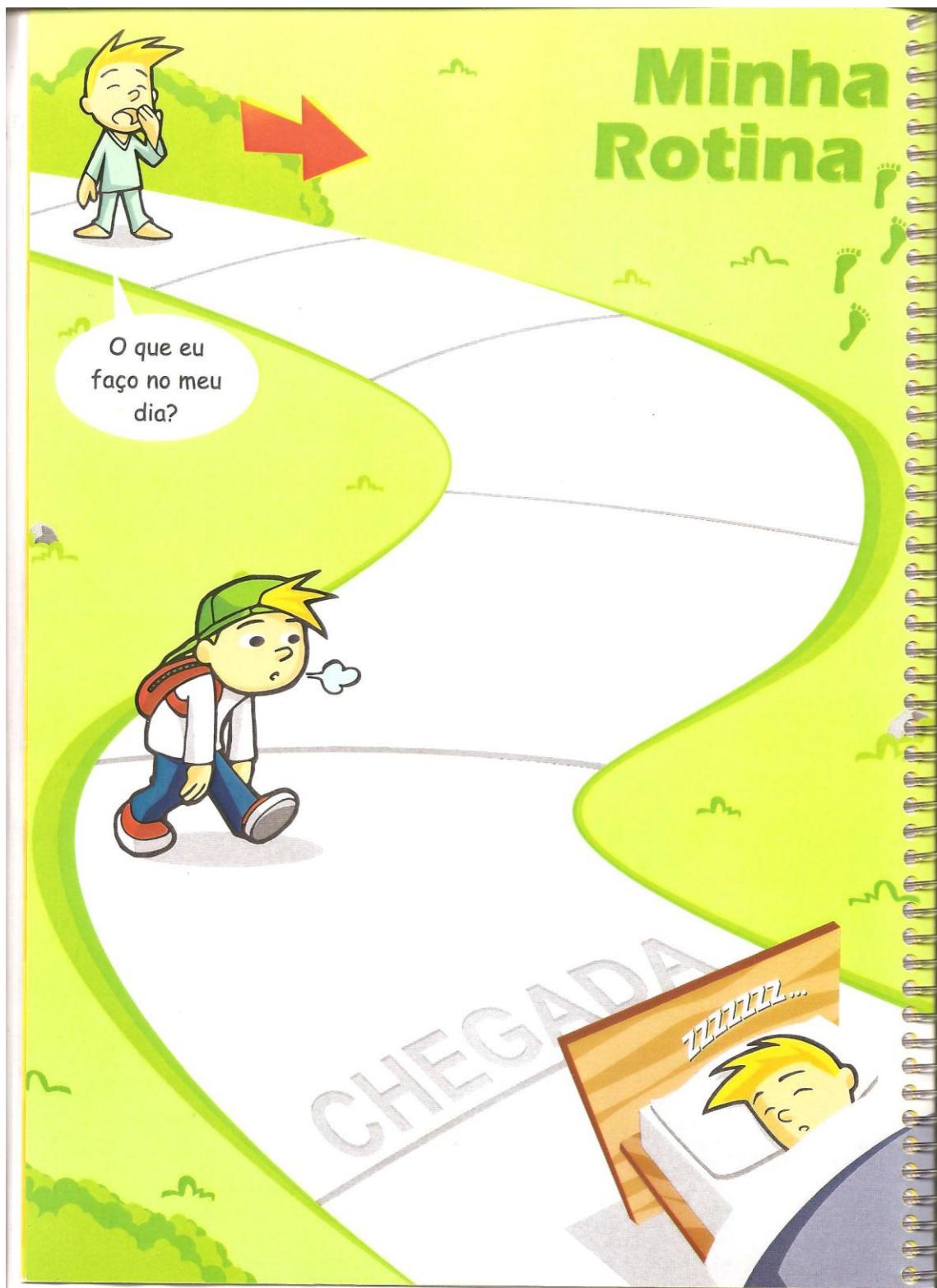
Sobre mim!

Coisas que eu GOSTO



Coisas que eu NÃO GOSTO



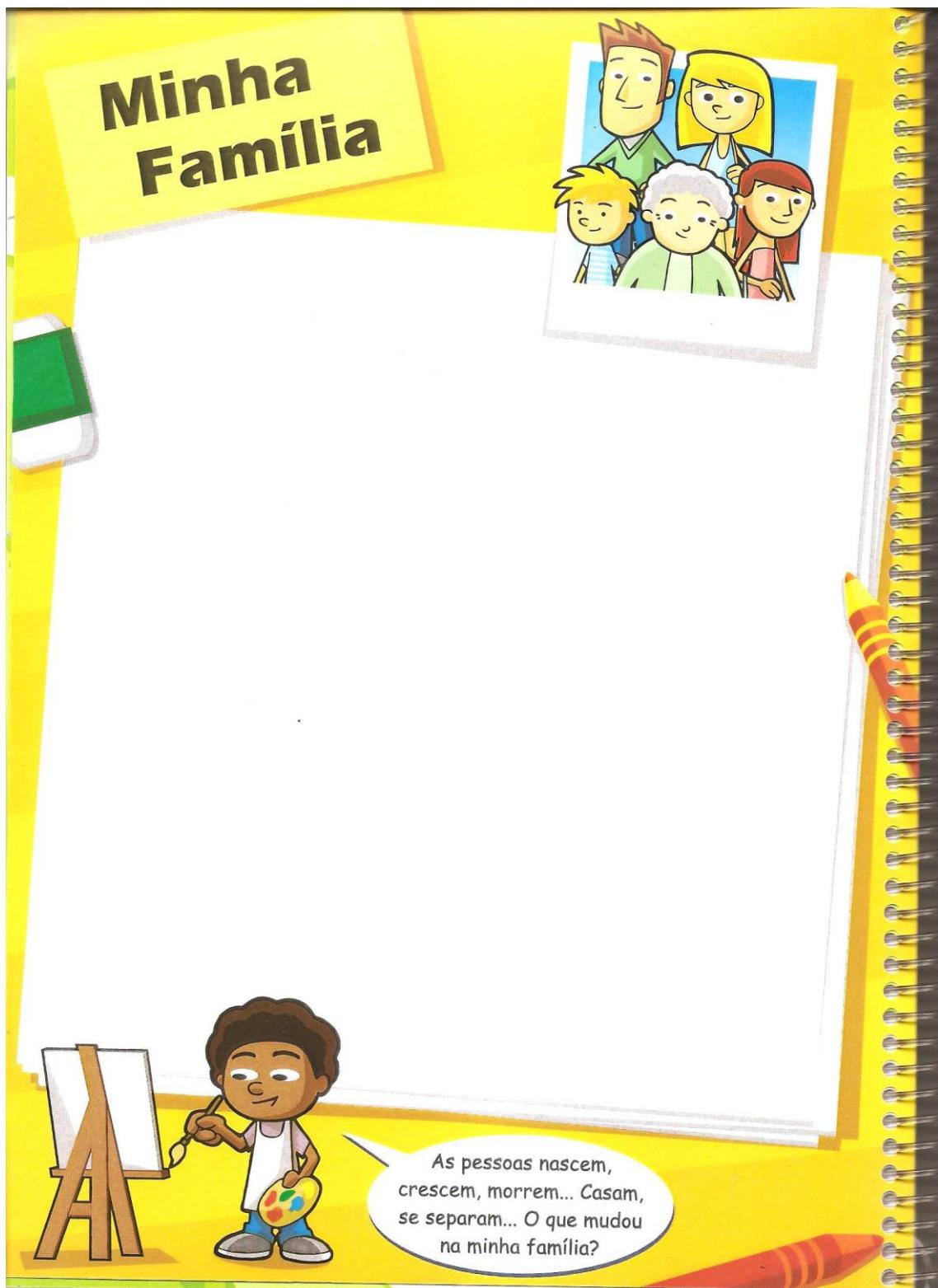


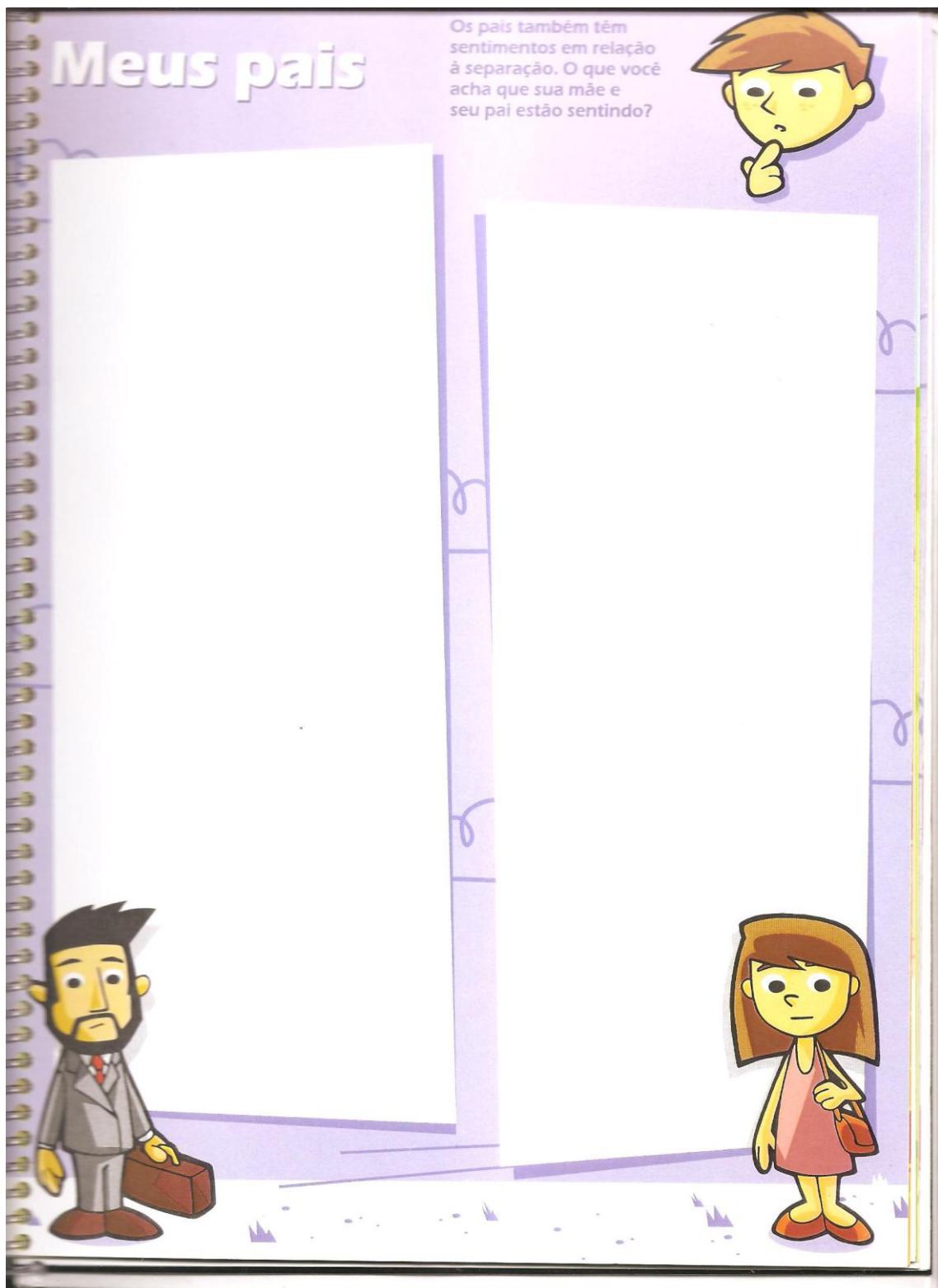
Minha jornada

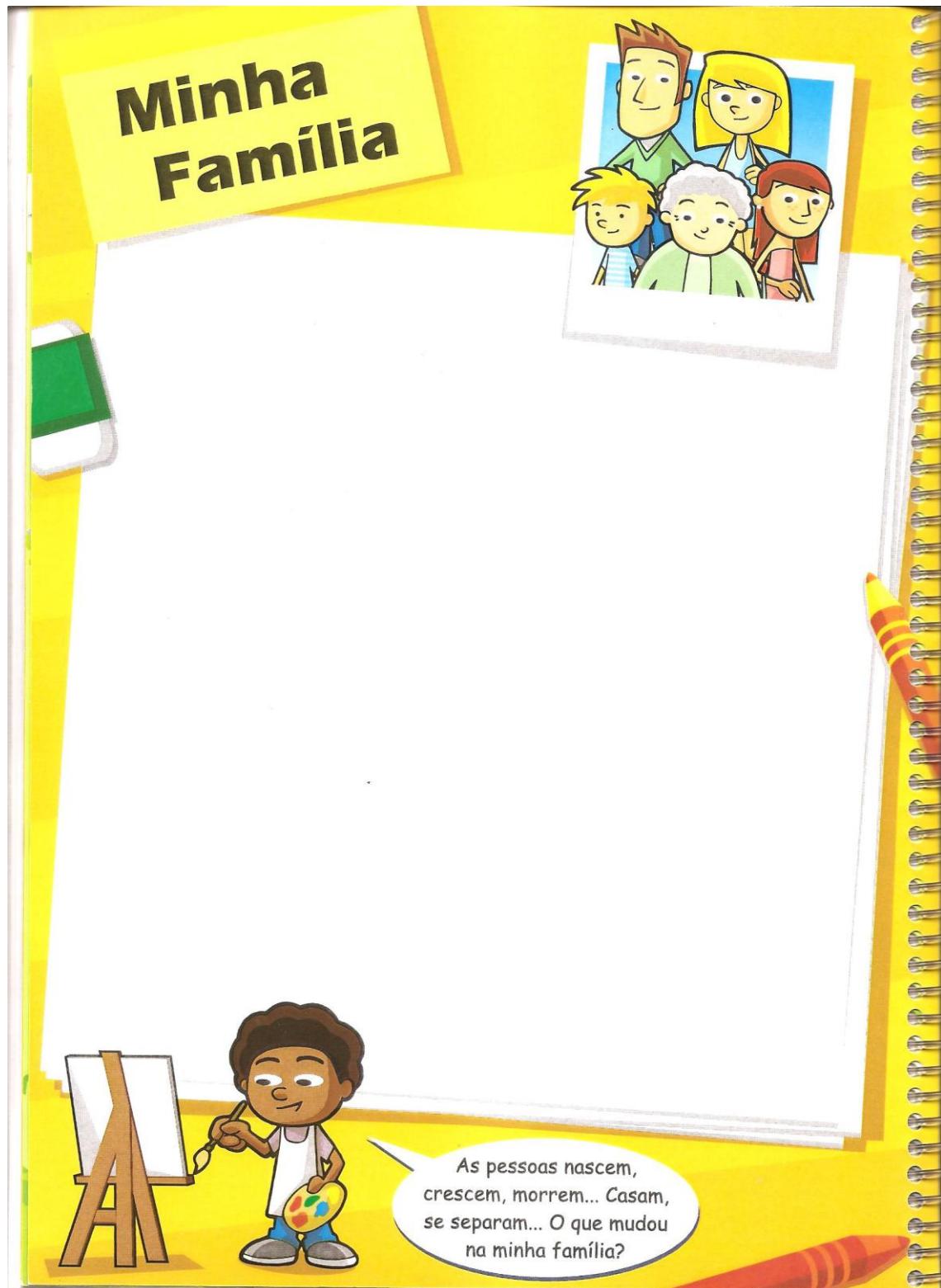
A vida é cheia de coisas importantes.
Conte algumas que aconteceram com você.



Conte o que
já aconteceu
na sua vida.







Minhas preocupações

Vamos usar esse espaço e o preocupômetro para ver o que preocupa você?
Pode escrever ou desenhar, você que sabe.



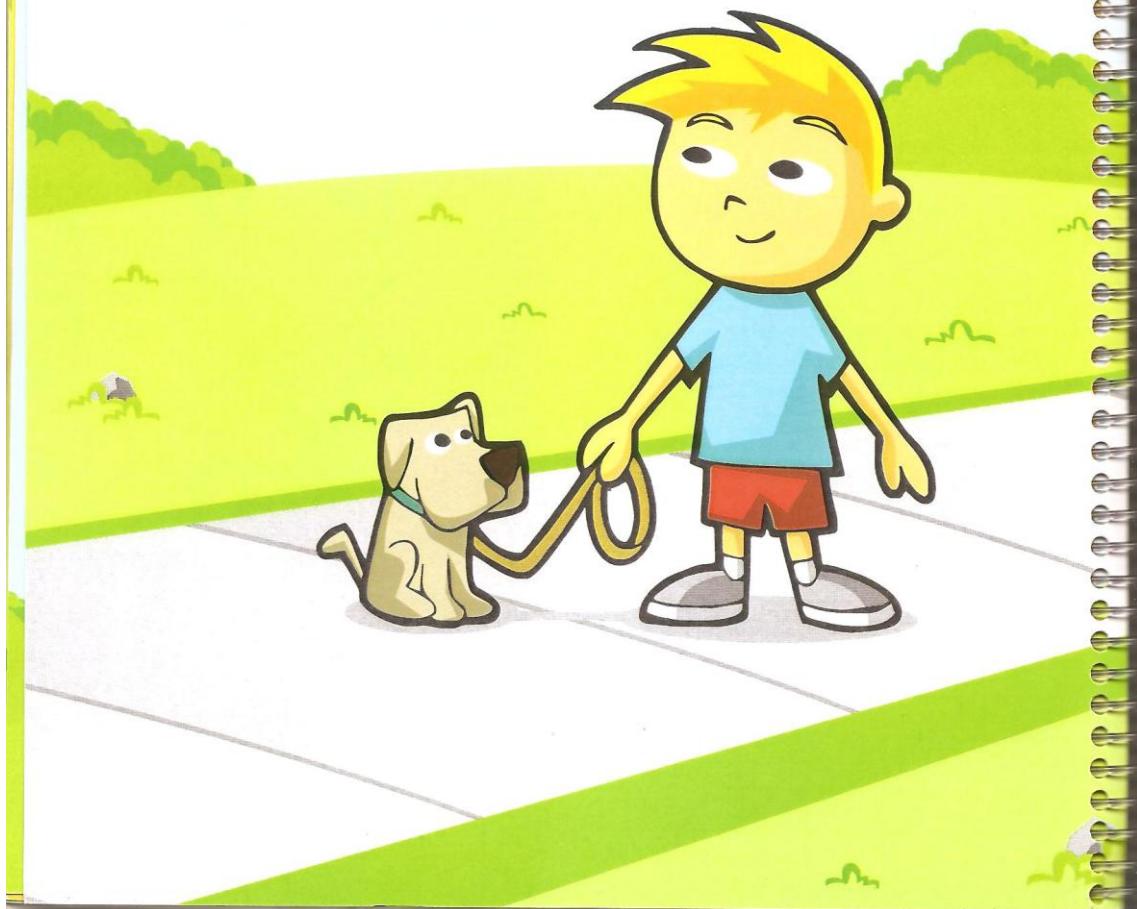


A separação é um problema dos adultos, e os filhos não devem resolver os problemas dos pais.

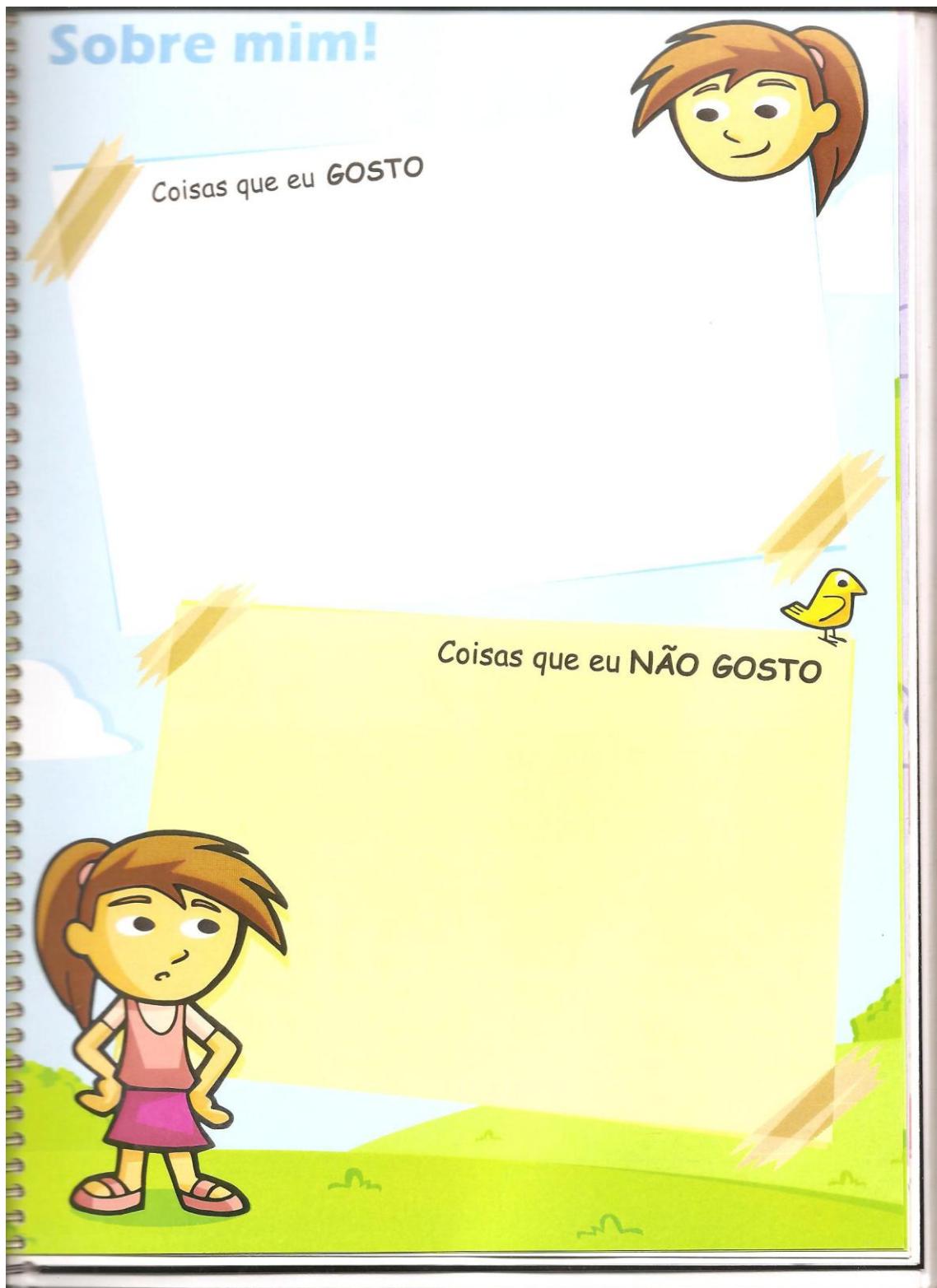


Às vezes os pais podem brigar por algumas coisas quando estão se separando. Mas as crianças não devem fazer parte dessas brigas, e não há nada errado em gostar tanto da mãe quanto do pai. Os filhos não precisam ouvir coisas que não são legais sobre qualquer um dos pais.

Se você estiver triste ou preocupado com o que está acontecendo com você ou com sua família, peça para conversar com um profissional, que poderá lhe ajudar a lidar com os problemas.



Versão para meninas



Vamos brincar de contar histórias?

Que tal imaginar essas cenas acontecendo com você?



Papai, mamãe e a filha estão almoçando. De repente a filha derrama suco no chão, sem querer.

O que acontece a seguir?

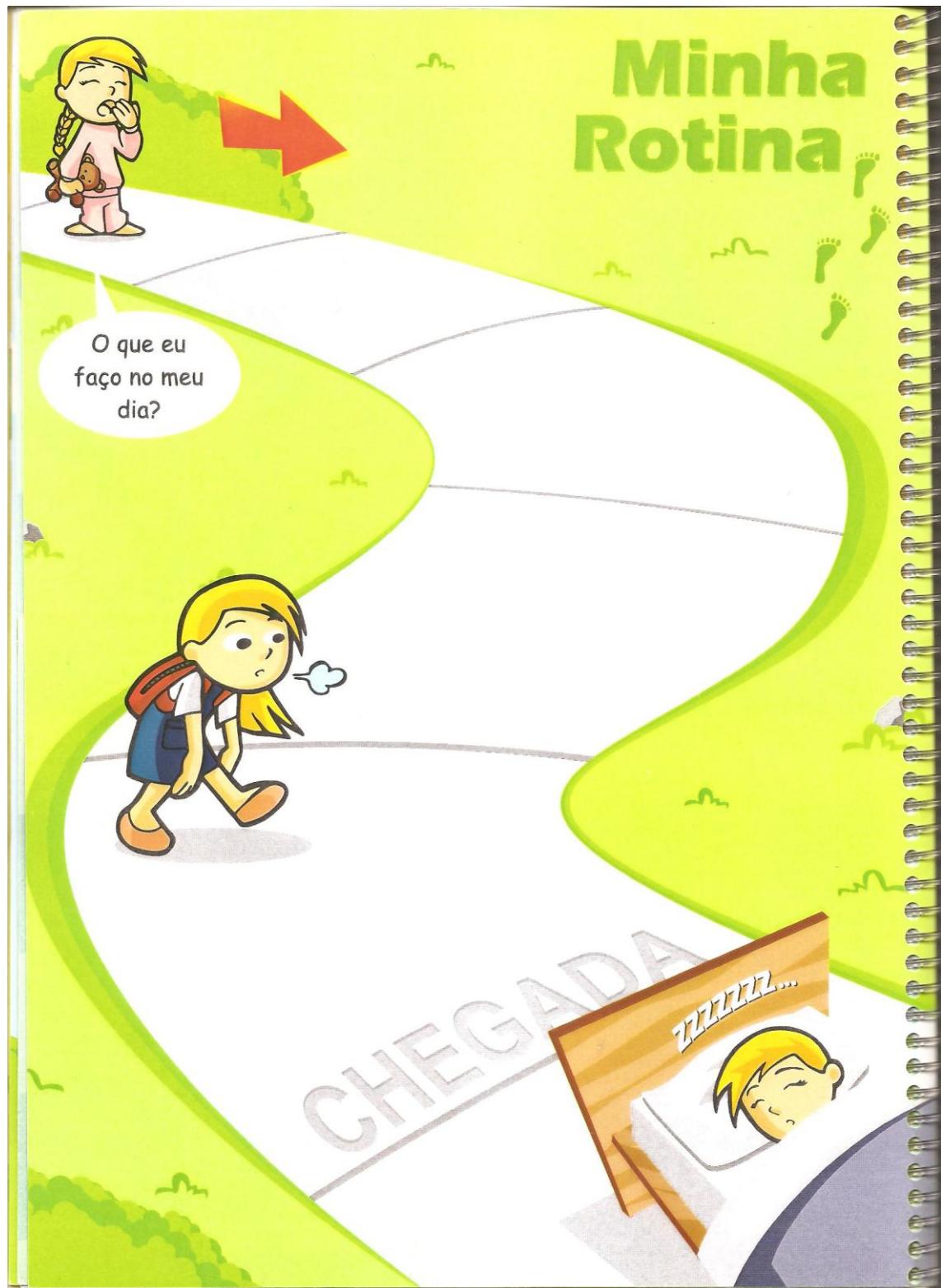
Agora, nessa historinha, papai, mamãe e a filha estão passeando em um parque. A filha está correndo e não vê uma pedra, tropeça e cai. Seu joelho começa a sangrar.

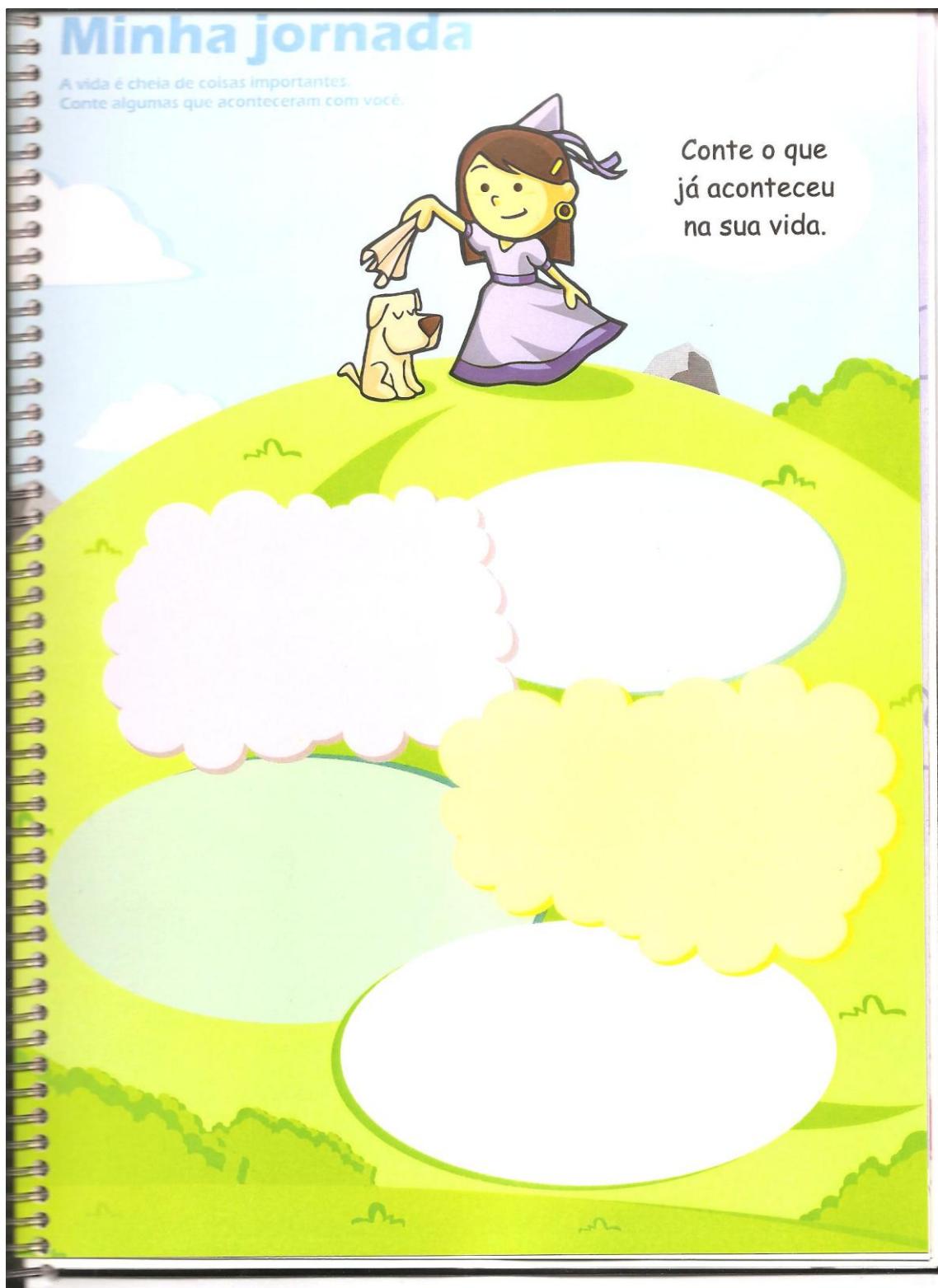
O que acontece depois?



Nessa cena, papai e mamãe veem que o quarto da filha está todo bagunçado e pedem para ele arrumar. A filha não obedece e fica brincando ao invés de arrumar o quarto.

O que acontece depois?







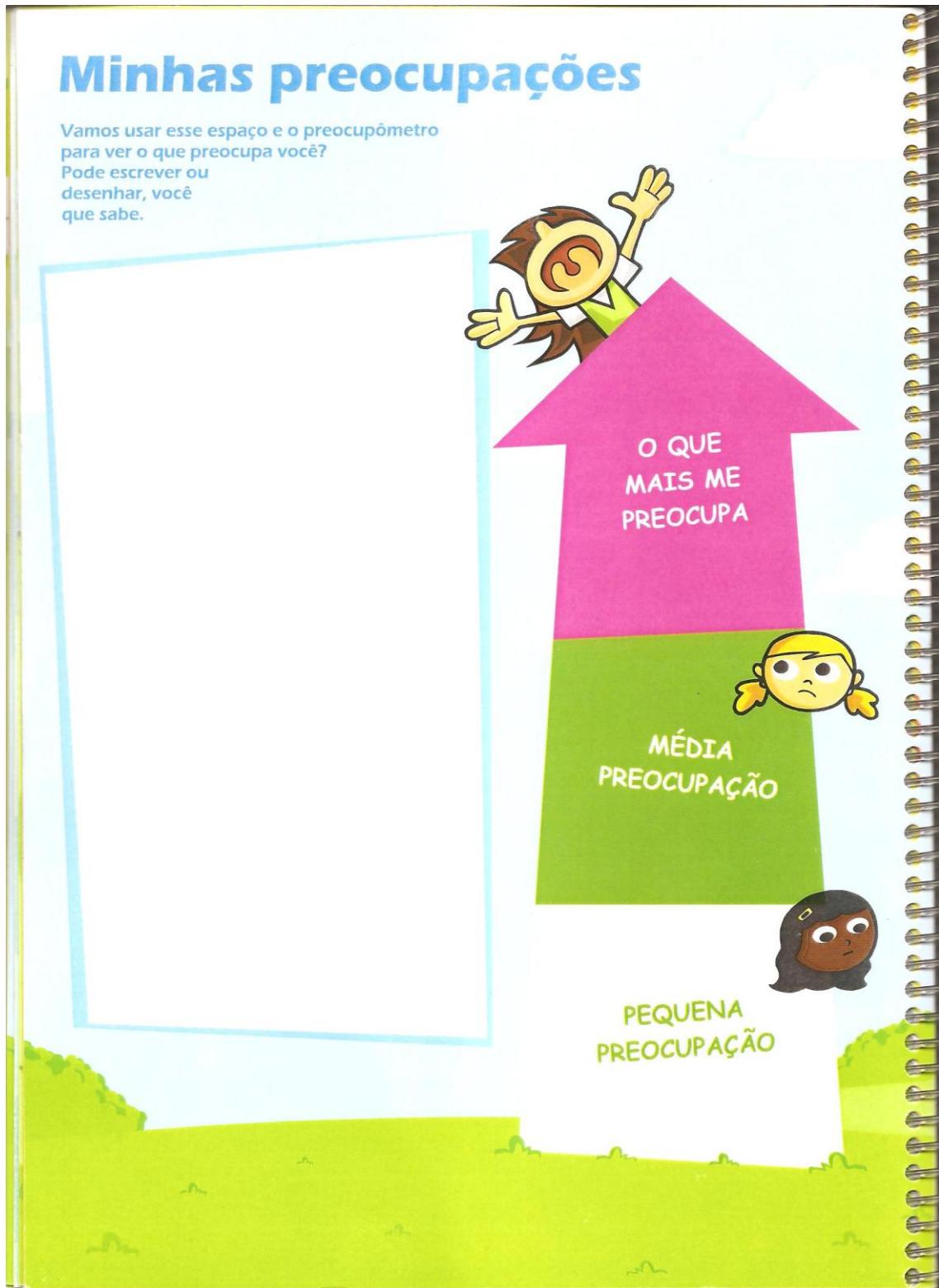
Meus pais

Os pais também têm sentimentos em relação à separação. O que você acha que sua mãe e seu pai estão sentindo?



Minhas preocupações

Vamos usar esse espaço e o preocupômetro para ver o que preocupa você?
Pode escrever ou desenhar, você que sabe.



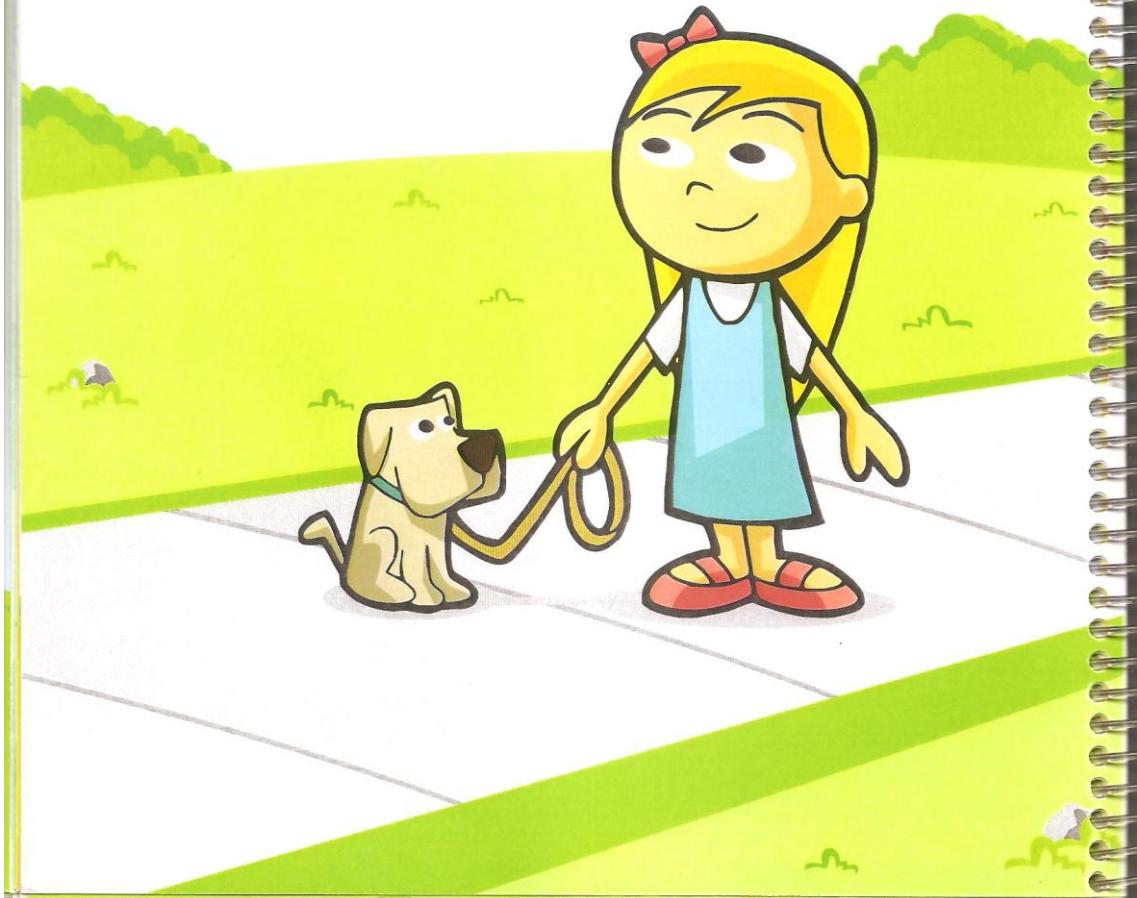


A separação é um problema dos adultos, e os filhos não devem resolver os problemas dos pais.



Às vezes os pais podem brigar por algumas coisas quando estão se separando. Mas as crianças não devem fazer parte dessas brigas, e não há nada errado em gostar tanto da mãe quanto do pai. Os filhos não precisam ouvir coisas que não são legais sobre qualquer um dos pais.

Se você estiver triste ou preocupada com o que está acontecendo com você ou com sua família, peça para conversar com um profissional, que poderá lhe ajudar a lidar com os problemas.



Anexo V – Escala SARP

VML.10.10

Sistema de Avaliação do Relacionamento Parental – SARP Escala SARP

Vivian de Medeiros Lago
Denise Ruschel Bandeira

Dados de identificação:

Nome da Criança: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____ Idade: _____ Sexo: _____

Escolaridade: _____

Nome do Responsável 1 [R1]: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____ Idade: _____ Profissão: _____

Escolaridade: _____

Nome do Responsável 2 [R2]: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____ Idade: _____ Profissão: _____

Escolaridade: _____

Tipo de ação processual: () Disputa de Guarda

() Regulamentação de visitas

() Declaratória de Alieniação Parental

() Adoção

() Outro: _____



© 2013 Casapsi Livraria e Editora Ltda
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para
qualquer finalidade. Todos os direitos reservados.
Rua Simão Álvares, 1020 - Vila Madalena - São Paulo/SP - Brasil
CEP 05417-020 - Tel.: (11) 3034 3600 - www.casadopsicologo.com.br

O presente Caderno é impresso
em cores. Caso desconfie de sua
autenticidade, ligue para
(11) 3034-3600.

Orientações para pontuação:

1. Cada item deverá ser pontuado para ambos os responsáveis pela criança (Para o Responsável 1, deve-se usar a coluna R1. Para o Responsável 2, deve-se usar a coluna R2).
2. Em se tratando de casos em que não houve separação conjugal, desconsidere o termo “no período pré-separação” e considere os verbos no presente.
3. Em não havendo a separação conjugal, o item 10 obrigatoriamente receberá “NA”.
4. A pontuação da escala SARP é feita de acordo com o grau de adequação dos aspectos descritos nos itens, considerando:

NA	=	não foi possível avaliar ou não se aplica – 0 ponto
B	=	baixo – 1 ponto
M	=	médio – 2 pontos
A	=	alto – 3 pontos
5. Para determinar a pontuação, considere inicialmente o seguinte critério:
 - O aspecto descrito no item está acarretando prejuízos à relação parental?

NAO \Leftrightarrow marcar “A” (grau de adequação ALTO)
 SIM \Leftrightarrow marcar “B” ou “M” (grau de adequação BAIXO ou MÉDIO)

 - Se houver dúvida com relação à marcação de “B” ou “M”, o seguinte critério comparativo pode ser considerado:

O responsável com relação MAIS adequada pontuará “M”.
 O responsável com relação MENOS adequada pontuará “B”.

Por exemplo, se um dos responsáveis pontuou “A” no primeiro critério, a pontuação para o outro responsável deverá levar em consideração o quanto seu grau de adequação se aproxima (“M”) ou se afasta (“B”) da pontuação do outro. Se ambos apresentarem adequação no mesmo grau, receberão a mesma pontuação (válido para ambos os critérios).



© 2013 Casapsi Livraria e Editora Ltda
 É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para
 qualquer finalidade. Todos os direitos reservados.
 Rua Simão Álvares, 1020 - Vila Madalena - São Paulo/SP - Brasil
 CEP 06417-020 - Tel.: (11) 3034 3600 - www.casadopsicologo.com.br

O presente Caderno é impresso
 em cores. Caso desconfie de sua
 autenticidade, ligue para
 (11) 3034-3600.

		R1	R2
1.	Apoio material do genitor ao parceiro no período pré-separação Qualidade do apoio oferecido pelo genitor ao parceiro, no que diz respeito ao sustento financeiro da casa e à divisão das despesas do filho. Avaliar esse apoio proporcionalmente aos rendimentos recebidos. Em se tratando de genitores que não exerçam atividade remunerada, mas colaborem com as tarefas domésticas e cuidados com o filho, pontue NA.	NA B M A	0 0 1 1 2 2 3 3
2.	Apoio emocional do genitor ao parceiro no período pré-separação Qualidade do apoio emocional (preocupação com a saúde e bem-estar do parceiro) oferecido pelo genitor na participação conjunta com as tarefas domésticas e criação do filho, de forma a não sobre-carregar o companheiro.	NA B M A	0 0 1 1 2 2 3 3
3.	Conflito conjugal pré-separação Existência de discussões entre o casal (podendo incluir violência doméstica), e o envolvimento dos filhos com as mesmas. A pontuação deste item deverá ser igual para ambos os genitores, considerando-se que a conflitiva é da relação. Quanto maior o nível de conflito, menor o grau de adequação.	NA B M A	0 0 1 1 2 2 3 3
4.	Comunicação com o outro genitor Qualidade da comunicação com o outro genitor para tratar de assuntos importantes em relação à vida do filho (atividades escolares, extracurriculares, consultas médicas).	NA B M A	0 0 1 1 2 2 3 3
5.	Flexibilidade em relação aos contatos do filho com o outro genitor Flexibilidade em relação aos contatos com o outro genitor e sua família extensa. Considerar se as determinações judiciais são rigidamente seguidas ou se há flexibilidade em, por exemplo, eventuais necessidades de novos arranjos de visitação (Ex.: é aniversário do outro genitor em um final de semana que a criança ficaria com ele).	NA B M A	0 0 1 1 2 2 3 3
6.	Comportamentos de desqualificação parental Atitudes que evidenciem intenção de denegrir a imagem do outro genitor para o filho (informações inapropriadas para o filho, incluindo ressentimentos, dificuldades financeiras, chantagens emocionais). Quanto mais existirem comportamentos de desqualificação parental, menor o grau de adequação.	NA B M A	0 0 1 1 2 2 3 3
Relacionamento Interparental		Somatório das pontuações Total de itens válidos (Excluir NA) Média da dimensão (Σ / T)	Σ T \bar{X}
7.	Interferência do estado emocional do genitor na relação parental Interferência do estado emocional atual do genitor na relação com a criança (presença de sintomas de depressão, ansiedade, alto grau de estresse e/ou sentimentos de mágoa e rancores). Quanto maior a interferência, menor o grau de adequação.	NA B M A	0 0 1 1 2 2 3 3
8.	Manifestações de afeto do genitor O genitor demonstra uma relação de proximidade com o filho, revelando-se afetuoso com o mesmo, expressando carinho e zelo para com ele.	NA B M A	0 0 1 1 2 2 3 3
Características afetivoemocionais		Somatório das pontuações Total de itens válidos (Excluir NA) Média da dimensão (Σ / T)	Σ T \bar{X}
9.	Envolvimento nas atividades diárias do filho antes da separação Grau e qualidade da participação do genitor nas principais atividades do dia-a-dia do filho (despertar, hora do banho, escovar os dentes, refeições, transporte para a escola, auxílio com as tarefas escolares, atividades recreativas). Considerar o envolvimento proporcionalmente ao tempo disponível. Genitores que trabalham não devem ser prejudicados na pontuação deste item em razão de sua atividade laborativa.	NA B M A	0 0 1 1 2 2 3 3



10.	Envolvimento nas atividades diárias do filho após a separação Idem ao item anterior. Na avaliação do genitor não-guardião, considerar o envolvimento proporcionalmente ao tempo que passa com a criança, isto é, o grau e a qualidade do envolvimento durante o tempo de convívio/visitas.	NA	0	0	
		B	1	1	
		M	2	2	
		A	3	3	
11.	Conhecimento acerca dos cuidados básicos do filho Conhecimento do genitor acerca dos hábitos de seu filho em relação a sono, alimentação, higiene e saúde (ainda que não participe efetivamente dos mesmos).	NA	0	0	
		B	1	1	
		M	2	2	
		A	3	3	
12.	Sustento financeiro Preocupação e comprometimento do genitor em atender às necessidades básicas do filho (moradia, alimentação, saúde, educação). Não se trata de um item que visa avaliar valores de pensões alimentícias. Para genitores que não exerçam atividades remuneradas, mas envolvam-se com os cuidados dos filhos, pontue NA.	NA	0	0	
		B	1	1	
		M	2	2	
		A	3	3	
Cuidados Básicos		Somatório das pontuações	Σ		
		Total de itens válidos (Excluir NA)	T		
		Média da dimensão (Σ / T)	\bar{X}		
13.	Proteção frente a riscos reais na rede de apoio Preocupação concreta em proteger o filho frente a situações de risco à integridade física e emocional da criança. Estão incluídos riscos de abuso físico, emocional e sexual. É importante considerar a rede de apoio de que o genitor se utiliza e o grau de confiança que tem nessas pessoas. Avaliar, por exemplo, se o filho traz/já trouxe alguma queixa de abuso físico/maus-tratos em relação a essas pessoas, e a atitude do genitor em relação a essas queixas.	NA	0	0	
		B	1	1	
		M	2	2	
		A	3	3	
14.	Proteção frente a riscos reais com o outro genitor e familiares Preocupação do genitor em relação ao filho estar protegido frente a situações de risco à integridade física e emocional quando o mesmo está na companhia do outro genitor e/ou a família deste.	NA	0	0	
		B	1	1	
		M	2	2	
		A	3	3	
15.	Monitoramento das relações sociais O monitoramento do genitor às atividades de contato social de seu filho (saber onde o filho está, conhecer seus amigos/colegas, buscar/levar a festas, encontros, passeios, controlar o uso do computador/internet).	NA	0	0	
		B	1	1	
		M	2	2	
		A	3	3	
Proteção frente a riscos reais		Somatório das pontuações	Σ		
		Total de itens válidos (Excluir NA)	T		
		Média da dimensão (Σ / T)	\bar{X}		
16.	Estabelecimento de limites Existência e adequação das regras/combinações estipuladas em relação a horários, rotina, limites. Importante explorar o quanto os genitores buscam estabelecer limites, mesmo apenas nos períodos de visita. Os que fazem das visitas um momento apenas de recreação, sem estabelecimento de limites, devem pontuar menos neste item.	NA	0	0	
		B	1	1	
		M	2	2	
		A	3	3	
17.	Monitoramento de limites Monitoramento das combinações/regras estabelecidas, a fim de garantir (buscar garantir) que as mesmas sejam cumpridas. Analisar se existem sanções e/ou recompensas, e se as mesmas são mantidas, quando estipuladas.	NA	0	0	
		B	1	1	
		M	2	2	
		A	3	3	
18.	Transmissão de valores Preocupação do genitor em transmitir um sistema de valores e normas (respeito, solidariedade, determinação, idoneidade) para seu filho. Considerar as atitudes do genitor em relação às normas sociais. Comportamentos que evidenciem desrespeito ou transgressão a estas normas justificam um prejuízo neste item.	NA	0	0	
		B	1	1	
		M	2	2	
		A	3	3	
Sistema de normas e valores		Somatório das pontuações	Σ		
		Total de itens válidos (Excluir NA)	T		
		Média da dimensão (Σ / T)	\bar{X}		

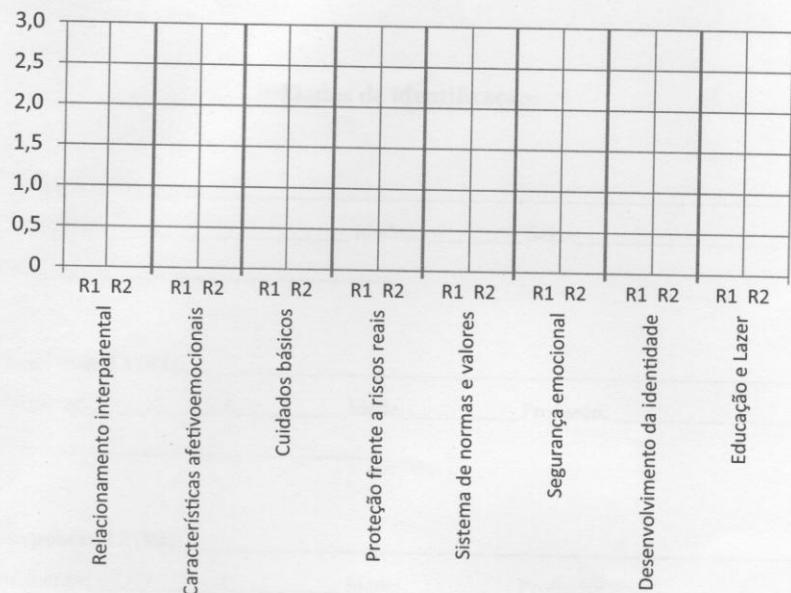


19.	Consistência parental Continência oferecida pelo pai/mãe: apoio oferecido ao filho, cumprimento de promessas, coerência de verbalizações e comportamentos, segurança emocional.	NA	0	0		
		B	1	1		
		M	2	2		
		A	3	3		
		NA	0	0		
20.	Manifestações de afeto do filho para com o genitor Expressão de afeto do filho em relação ao genitor. A criança sente no(a) pai/mãe alguém companheiro, parceiro, que se faz presente em sua vida.	B	1	1		
		M	2	2		
		A	3	3		
		NA	0	0		
		B	1	1		
21.	Comunicação com o filho Qualidade da comunicação entre genitor e filho, considerando se o genitor é uma pessoa a quem o filho costuma recorrer quando está com problemas/ dificuldades, e quando deseja compartilhar coisas boas.	M	2	2		
		A	3	3		
		NA	0	0		
		B	1	1		
		M	2	2		
Segurança Emocional		Somatório das pontuações	Σ			
		Total de itens válidos (Excluir NA)	T			
		Média da dimensão (Σ / T)	\bar{X}			
22.	Identidade pessoal Sentimento do filho de aceitação pelo genitor, e o quanto este sentimento se reflete em sua autoestima e identidade pessoal.	NA	0	0		
		B	1	1		
		M	2	2		
		A	3	3		
		NA	0	0		
23.	Desenvolvimento da autonomia e independência Desenvolvimento apropriado da independência e autonomia (considerando a idade e o estágio de desenvolvimento da criança).	B	1	1		
		M	2	2		
		A	3	3		
		Desenvolvimento da identidade		Somatório das pontuações	Σ	
				Total de itens válidos (Excluir NA)	T	
		Média da dimensão (Σ / T)	\bar{X}			
24.	Educação formal Oferecimento de condições de estudo adequadas à criança, pelo genitor, estando ela matriculada em uma escola, e frequentando-a regularmente.	NA	0	0		
		B	1	1		
		M	2	2		
		A	3	3		
		NA	0	0		
25.	Participação nas atividades escolares Envolvimento do genitor nas tarefas decorrentes da atividade escolar (auxílio nas tarefas, participação de reuniões e eventos promovidos, conhecimento sobre o desempenho escolar do filho).	B	1	1		
		M	2	2		
		A	3	3		
		NA	0	0		
		B	1	1		
26.	Atividades recreativas Oferecimento à criança de oportunidades de lazer e diversão (videogame, brinquedos, jogos educativos, praças, shoppings, parques, esportes), e a satisfação demonstrada pela criança em relação à área recreativa.	M	2	2		
		A	3	3		
		Educação e Lazer		Somatório das pontuações	Σ	
				Total de itens válidos (Excluir NA)	T	
				Média da dimensão (Σ / T)	\bar{X}	

Gráfico da Relação Parental

Nome do Responsável 1 (R1):

Nome do Responsável 2 (R2):



© 2013 Casapsi Livraria e Editora Ltda
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para
qualquer finalidade. Todos os direitos reservados.
Rua Simão Álvares, 1020 - Vila Madalena - São Paulo/SP - Brasil
CEP 05417-020 - Tel.: (11) 3034 3600 - www.casadopsicologo.com.br

O presente Caderno é impresso
em cores. Caso desconfie de sua
autenticidade, ligue para
(11) 3034-3600.

Anexo VI – IEP

Inventário de Estilos Parentais (IEP) Práticas educativas maternas e paternas Auto-aplicação

Paula Inez Cunha Gomide

O objetivo deste instrumento é estudar a maneira utilizada pelos pais na educação de seus filhos. Não existem respostas certas ou erradas. Responda cada questão com sinceridade e tranquilidade. Suas informações serão sigilosas. Escolha, entre as alternativas a seguir, aquelas que mais refletem a forma como **você** educa seu/sua filho(a).

Identificação

Nome: _____	Idade: _____
Escolaridade: _____	Sexo: ()m ()f
Nome do filho(a): _____	

Responda a tabela a seguir fazendo um X no quadrinho que melhor indicar a freqüência com que **você** age nas situações relacionadas; mesmo que a situação descrita nunca tenha ocorrido, responda considerando o seu possível comportamento naquelas circunstâncias.

Utilize a legenda de acordo com o seguinte critério:

NUNCA: se, considerando 10 episódios, você agiu daquela forma entre 0 a 2 vezes.

ÀS VEZES: se, considerando 10 episódios, você agiu daquela forma entre 3 a 7 vezes.

SEMPRE: se, considerando 10 episódios, você agiu daquela forma entre 8 a 10 vezes.

Entre 10 episódios

	8 a 10	3 a 7	0 a 2
	Sempre	Às vezes	Nunca
1. Quando meu filho(a) sai, ele(a) conta espontaneamente onde vai.			
2. Ensino meu filho(a) a devolver objetos ou dinheiro que não pertencem a ele(a).			
3. Quando meu filho(a) faz algo errado, a punição que aplico é mais severa dependendo de meu humor.			
4. Meu trabalho atrapalha na atenção que dou a meu filho(a).			
5. Ameaço que vou bater ou castigar e depois não faço nada.			
6. Critico qualquer coisa que meu filho(a) faça, como o quarto estar desarrumado ou estar com os cabelos despenteados.			
7. Bato com cinta ou outros objetos nele(a).			
8. Pergunto como foi seu dia na escola e o ouço atentamente.			
9. Se meu filho(a) colar na prova, explico que é melhor tirar nota baixa do que enganar a professora ou a si mesmo(a).			
10. Quando estou alegre, não me importo com as coisas erradas que meu filho(a) faça.			

Entre 10 episódios

	8 a 10	3 a 7	0 a 2
	Sempre	Às vezes	Nunca
11. Meu filho(a) sente dificuldades em contar seus problemas para mim, pois vivo ocupado(a).			
12. Quando castigo meu filho(a) e ele pede para sair do castigo, após um pouco de insistência, permito que saia do castigo.			
13. Quando meu filho(a) sai, telefono procurando por ele(a) muitas vezes.			
14. Meu filho(a) tem muito medo de apanhar de mim.			
15. Quando meu filho(a) está triste ou aborrecido(a), interesso-me em ajudá-lo a resolver o problema.			
16. Se meu filho(a) estragar alguma coisa de alguém, ensino a contar o que fez e pedir desculpas.			
17. Castigo-o(a) quando estou nervoso(a); assim que passa a raiva, peço desculpas.			
18. Meu filho(a) fica sozinho em casa a maior parte do tempo.			
19. Durante uma briga, meu filho(a) xinga ou grita comigo e, então, eu o(a) deixo em paz.			
20. Controlo com quem meu filho(a) fala ou sai.			
21. Meu filho(a) fica machucado fisicamente quando bato nele(a).			
22. Mesmo quando estou ocupado(a) ou viajando, telefono para saber como meu filho(a) está.			
23. Aconselho meu filho(a) a ler livros, revistas ou ver programas de TV que mostrem os efeitos negativos do uso de drogas.			
24. Quando estou nervoso(a), acabo descontando em meu filho(a).			
25. Percebo que meu filho(a) sente que não dou atenção a ele(a).			
26. Quando mando meu filho(a) estudar, arrumar o quarto ou voltar para casa, e ele não obedece, eu "deixo pra lá".			
27. Especialmente nas horas das refeições, fico dando as "broncas".			
28. Meu filho(a) sente ódio de mim quando bato nele(a).			
29. Após uma festa, quero saber se meu filho(a) se divertiu.			
30. Converso com meu filho(a) sobre o que é certo ou errado no comportamento dos personagens dos filmes e dos programas de TV.			
31. Sou mal-humorado(a) com meu filho.			
32. Não sei dizer do que meu filho(a) gosta.			
33. Aviso que não vou dar um presente para meu filho(a) caso não estude, mas, na hora "H", fico com pena e dou o presente.			
34. Se meu filho(a) vai a uma festa, somente quero saber se bebeu, se fumou ou se estava com aquele grupo de maus elementos.			
35. Sou agressivo (a) com meu filho(a).			
36. Estabeleço regras (o que pode e o que não pode ser feito) e explico as razões sem brigar.			
37. Converso sobre o futuro trabalho ou profissão de meu filho, mostrando os pontos positivos ou negativos de sua escolha.			
38. Quando estou mal-humorado(a), não deixo meu filho(a) sair com os amigos.			
39. Ignoro os problemas de meu filho(a).			
40. Quando meu filho fica muito nervoso(a) em uma discussão ou briga, ele(a) percebe que isto me amedronta.			
41. Se meu filho(a) estiver aborrecido(a), fico insistindo para ele contar o que aconteceu, mesmo que ele(a) não queira contar.			
42. Sou violento(a) com meu filho(a).			

Este inventário é referente à obra *Inventário de Estilos Parentais*.

Anexo VII – EAP – Escala de Alienação Parental

*Instrumento em processo de validação

A Escala de Alienação Parental é um instrumento que tem por objetivo avaliar comportamentos apresentados pelos genitores que possam caracterizar a Alienação Parental. A EAP deve ser respondida pelo profissional responsável pela avaliação familiar em caso de disputa de guarda. O instrumento deve ser preenchido para cada um dos genitores ou responsáveis envolvidos na disputa da guarda.

I. Identificação

Profissional responsável pela avaliação: _____

() psicólogo () assistente social () pedagogo () psiquiatra () outro _____

Data ____/____/____

Genitor ou responsável: _____

() mãe; () pai; () avô (a); () companheiro (a); () tio (a) outro: _____

Tipo de guarda:

Responda a Escala abaixo assinalando com um X a alternativa que melhor corresponder ao item avaliado, colocando SEMPRE se o comportamento ocorreu mais de 80% das vezes, ÀS VEZES, se o comportamento ocorreu entre 30 a 70% das vezes e NUNCA, se ocorreu menos de 20% das vezes.

I. Impedir/dificultar

Esta categoria refere-se a comportamentos de obstrução de contatos de um genitor em relação ao outro, que resultem em dificultar ou impedir o contato do filho (a) com o outro genitor (a).

	Sempre	Às vezes	Nunca
1. Impede ou dificulta as visitas do filho(a) ao outro genitor (a)			
2. Impede, dificulta ou monitora telefonemas, contatos pela internet do filho (a) com o outro genitor (a)			
3. Impede ou dificulta que o filho (a) permaneça com brinquedos, fotografias ou presentes dados pelo outro genitor (a)			
4. Impede ou dificulta visitas do filho (a) a familiares ou amigos do ao outro genitor (a)			
5. Impede ou dificulta que o ao outro genitor (a) participe das atividades escolares, esportivas, sociais do filho(a)			

6. Impede ou dificulta que o filho(a) passe datas festivas importantes (Natal, dia dos pais, das mães, aniversários) com ao outro genitor (a).			
7. Sonega informações ou impede que o outro genitor (a) participe de atividades escolares ou sobre a saúde do filho (a)			
8. Reduz ou interfere no tempo de visitação do filho com o outro genitor (a)			
9. Muda de endereço (casa ou escola) sem avisar o ao outro genitor (a)			
10. Agenda atividades(atividades de lazer)que coincidem com o horário de visitação do outro genitor (a)			
11. Viaja ou se ausenta e deixa o filho (a) aos cuidados de terceiros em detrimento do outro genitor (a)			
12. Interroga detalhadamente o filho (a) após visitação com o outro genitor (a)			
13. Solicita à escola que limite ou impeça o contato do outro genitor (a)			
Total			
Máximo de pontos	26	13	0

Este fator recebe pontuação máxima caso o filho não tenha mais qualquer tipo de contato com o pai (mãe).

II. Difamar/desqualificar

Esta categoria refere-se a comportamentos em que um dos genitores denigre, desqualifica o outro por meio de mensagens difamatórias, sem apresentar evidências.

	Sempre	Às vezes	Nunca
14. Refere-se ao outro genitor (a) com palavras depreciativas na frente do filho (a)			
15. Refere-se aos familiares do outro genitor (a) de forma depreciativa			
16. Refere-se à profissão, atividade do outro genitor (a) de forma negativa.			
17. Denigre a nova família constituída do outro genitor (a)			
18. Denigre a imagem do outro genitor (a) exaltando falhas de caráter e de comportamento para autoridades e/ou equipe escolar			
19. Alega ou insinua periculosidade ou transtorno mental do outro genitor (a) sem apresentar laudos			
20. Atribui ao outro genitor (a) os problemas que o filho (a)apresenta			
21. Envolve pessoas próximas (novo cônjuge, familiares) no processo de difamação do outro genitor (a)			
22. Alega abuso físico praticado pelo outro genitor (a) sem apresentar provas ou laudos			
23. Alega abuso sexual praticado pelo outro genitor (a)			

sem apresentar provas ou laudos			
24. Alega negligência praticada pelo outro genitor (a) sem apresentar provas ou testemunhas			
25. Alega que o outro genitor (a) utiliza álcool ou drogas, sem apresentar provas ou testemunhas.			
Total			
Máximo de pontos	26	12	0

III. Manipulação Emocional

Esta categoria refere-se a comportamentos do genitor no sentido de exigir cumplicidade ou lealdade absoluta do filho (a) em relação às suas ideias ou sentimentos, de punir ou retirar afeto diante de expressões de apreço ou de interesse de relacionamento do filho em relação ao outro genitor (a) e/ou de exigir expressão de sentimentos negativos em relação ao outro genitor (a).

	Sempre	Às vezes	Nunca
26. Exige que o filho (a) se posicione a seu favor			
27. Afirma que o outro genitor (a) abandonou a família e o filho (a)			
28. Afirma que o outro genitor (a) não ama mais a família (mãe/pai e filhos)			
29. Exige que o filho(a) demonstre sentimentos negativos pelo outro genitor (a)			
30. Presenteia e elogia o filho(a) quando este(a) se recusa a visitar ou critica o outro genitor (a)			
31. Relata ao filho (a) problemas conjugais vivenciados pelo casal			
32. Obriga ou induz o filho (a) a chamar seu novo (a) companheiro (a) de pai ou mãe			
33. Retira ou tenta retirar o sobrenome do pai (mãe) do nome do filho(a)			
34. Obriga o filho(a) a manter segredo ou mentir para o outro genitor (a)			
35. Demonstra fragilidade física (dores, doenças) de modo a obrigar o filho (a) a cuidar dele (a) não comparecendo às visitas do outro genitor (a)			
36. Retira carinho, afeto do filho (a) quando este (a) demonstra sentimento positivo pelo outro genitor (a)			
37. Retira carinho, afeto do filho (a) quando este(a) demonstra desejo de visitar o outro genitor (a)			
38. Retira carinho, afeto do filho (a) quando é contrariada (o) pelo filho(a)			
39. Ameaça abandonar o filho (a) ou o castiga caso este (a) faça vínculo com o outro genitor (a)			
40. Diz que roupas ou outros itens comprados pelo outro genitor (a) são feios ou de baixa qualidade, proibindo de usá-los ou destruindo-os.			

41. Faz o filho (a) sentir-se culpado (a)sobre a relação com o outro genitor			
42. Alega que a criança não deseja a visita e deixa a critério do filho (a) a decisão de ir ou não com o outro genitor (a)			
Total			
Máximo de pontos	36	17	0

IV. Comportamentos do Genitor (a) na Avaliação

Esta categoria refere-se a comportamentos do genitor durante o processo avaliativo, demonstrando maior preocupação com o processo do que com os efeitos que este possa vir a causar no desenvolvimento do filho (a).

	Sempre	Às vezes	Nunca
43. Mostra-se arrogante, prepotente.			
44. Dificulta o agendamento de horários para entrevistas e/ou visitação			
45. Recusa-se a fornecer documentos e informações			
46. Fornece laudos ou comprovantes não solicitados.			
47. Tenta passar uma imagem de si mesmo(a) demasiadamente correta, sem falhas.			
48. Questiona o tipo de avaliação e a competência do avaliador			
49. Faz ameaças explícitas ou veladas ao avaliador			
50. Impede ou dificulta que o filho (a) venha para avaliação com o outro genitor (a)			
51. Recusa-se ou esquia-se em discutir os efeitos que o divórcio tem para o filho (a)			
52. Recusa-se ou esquia-se em discutir os estágios de desenvolvimento infantil diante de fatos que mostrem que o filho (a) não tem preparo para viver aquela situação.			
53. Peticiona com frequência a regulamentação de visitas junto ao judiciário.			
54. Critica o perito junto aos órgãos de representação			
Total			
Máximo de pontos	22	12	0

V. Comportamento da Criança na Avaliação/Visitação

Esta categoria refere-se a comportamentos do filho (a) durante o processo avaliativo, nas entrevistas ou visitas, programadas pela equipe técnica, ao genitor (a) que não tem a guarda.

A criança	Sempre	Às vezes	Nunca
55. Agride fisicamente o genitor(a) genitor (a) não guardião.			
56. Recusa-se a ficar no mesmo ambiente que o (a) genitor (a) não guardião (ã).			
57. Agride verbalmente o genitor(a) genitor (a) não guardião (ã).			
58. Apresenta choro compulsivo.			
59. Apresenta sintomas de ansiedade (sudorese, tremor, ânsia, respiração ofegante).			
60. Verbaliza que o genitor (a) genitor (a) não guardião (ã) é mau (má), que o(a) machuca, desqualificando-o.			
61. Verbaliza que não deseja estar na presença do genitor (a) genitor (a) não guardião (ã).			
62. Verbaliza que o genitor (a) guardião ficará brava(o) se ele(a) aceitar presentes ou ficar próximo do (a) genitor (a) não guardião (ã).			
63. Tenta revelar segredos entre ele e o genitor (a) guardião (ã).			
64. Demonstra rapidamente cumplicidade e lealdade aos sentimentos ou ideias do genitor (a) guardião (ã).			
65. Apresenta animosidade e hostilidade em relação aos familiares do genitor (a) não guardião (ã).			
66. Apresenta ausência de culpa ou arrependimento por estar afastado ou ter sentimentos negativos em relação ao genitor (a) não guardião (ã).			
67. Afirma que é sua a decisão de não visitar o (a) genitor (a) não guardião (ã).			
68. Alega motivos negativos, absurdos e fúteis para evitar o convívio com o (a) genitor (a) não guardião (ã).			
Total			
Máximo de Pontos	26	14	0

Pontuação geral

Categorias	Sempre	Às vezes	Nunca
I. Impedir/dificultar (13 itens)			
II. Desqualificar/ difamar (12 itens)			
III. Manipular Emocionalmente (17 itens)			
IV. Comportamentos do Genitor na Avaliação (12 itens)			
V. Comportamento da Criança na Avaliação/Visitação (14 itens)			
Total			
Máximo de Pontos	136	68	0

Anexo VIII - Protocolo de Entrevista Forense de Abuso Sexual

Guia de Entrevista Forense NICHD

Versão português – Brasil

I. Introdução

1. **“Olá, meu nome é _____ e sou_____** (identificar profissão). (Apresentar todas as outras pessoas presentes na sala; idealmente mais ninguém estará presente).
Hoje é ____ (data) e agora são ____ (horas). Estou entrevistando ____ (nome do entrevistado/a) no/a _____ (local).”

“Como você pode ver, temos aqui uma câmera de vídeo e um microfone para gravar a nossa conversa. Assim, é mais fácil me lembrar de tudo o que você vai me contar. Às vezes, esqueço de algumas coisas e a gravação me ajuda a ouvir com toda a atenção sem ter que escrever tudo o que você disser”.

“Parte do meu trabalho envolve falar com crianças (jovens) sobre as coisas que aconteceram com elas. Eu me encontro com muitas crianças (jovens) e assim elas podem me contar a verdade sobre coisas que lhes aconteceram. Por isso, antes de começarmos, quero ter certeza de que você compreendeu que é muito importante contar a verdade” (com crianças pequenas explicar: “Aquilo que é verdade e aquilo que é mentira”).

“Se eu disser que os meus sapatos são vermelhos (ou verdes), isso é verdade ou é mentira?”

(Esperar pela resposta, e depois dizer:)

2. “Não pode ser verdade, pois os meus sapatos são (pretos, azuis, etc.). E se eu disser que agora estou sentado(a), isso é verdade ou é mentira (certo ou errado)?”

(Esperar pela resposta).

3. “Isso é verdade porque você pode ver que estou de fato sentada”.

“Já vi que você compreende o que significa contar a verdade. É muito importante que hoje você me diga só a verdade. Você deve me falar só das coisas que realmente aconteceram com você”.

(Pausa)

4. “Se eu fizer uma pergunta que você não entendeu, diga “eu não entendi”. Está bem?”

(Pausa)

“Se eu não entender o que você está me contando, vou pedir para você me explicar melhor”.

(Pausa)

5. “Se eu fizer uma pergunta e você não souber a resposta diga apenas “eu não sei”.

“Então se eu perguntar qual o nome do meu cachorro? (Ou o nome do meu filho), o que você vai responder?”

(Esperar pela resposta).

(Se a criança responder, “Não sei”, dizer:)

6. “Certo. Você não sabe mesmo”.

(se a criança tentar ADIVINHAR, dizer:)

“Não, você não sabe a resposta porque você não me conhece. Quando não sabe a resposta, não precisa responder – pode dizer que não sabe”.

(Pausa)

7.“E se eu disser coisas erradas, você deve me avisar. Está bem?”

(Espere por uma resposta).

8.“Então se eu disser que você é uma menina de dois anos (quando estou entrevistando um menino de 5 anos, etc.), o que é que você deve dizer?”

(Se a criança não o corrigir, dizer:)

“O que você deve dizer se eu errar e disser que você é uma menina de 2 anos (quando estou entrevistando um menino de 5 anos, etc.)?”

(Espere por uma resposta).

9.“Correto. Agora você já sabe o que fazer quando eu errar ou disser alguma coisa que não está certa”.

(Pausa)

10.“Então se eu disser que você está de pé, o que você diz?”

(Espere por uma resposta)

“Correto”

II. Estabelecimento de Rapport:

“Agora quero te conhecer melhor”.

1.“Me conta coisas que você gosta de fazer”.

(Espere que a criança responda).

(Se a criança der uma resposta detalhada, passe para a questão 3).

(Se a criança não responder, se der uma resposta curta, ou ficar empacada, pode perguntar:)

2.“Eu queria mesmo te conhecer melhor. Preciso que você me conta coisas que gosta de fazer”.

(Espere por uma resposta).

3.“Me conta mais sobre (atividade que a criança mencionou no seu relato. Evitar abordar temáticas como programas de televisão, filmes e fantasia”).

(Espere por uma resposta).

III. Treino da Memória Episódica

Evento Especial

(Nota: esta seção é alterada dependendo do acontecimento).

(antes da entrevista, identifique um acontecimento recente que a criança tenha vivido - primeiro dia na escola, aniversário, celebração de um feriado, etc. - coloque questões sobre este evento. Se possível, escolher um acontecimento que terá sucedido no mesmo momento que o abuso alegado ou suspeito. Se o abuso alegado aconteceu durante um dia ou evento particular questione sobre outro acontecimento).

“Eu quero saber mais sobre você e sobre as coisas que você faz”.

1.“Há uns (dias/semanas) **foi** (Férias/festa de aniversário/o primeiro dia na escola/outro evento). **Me conta tudo o que aconteceu** (no teu aniversário, Páscoa, etc.)” (Espere por uma resposta).

1a. “Pensa bem sobre (atividade ou evento) e me conta tudo o que aconteceu nesse dia, desde que você se levantou de manhã até (parte do evento mencionado pela criança na resposta à questão anterior)”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

1b. “E então o que é que aconteceu?”

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

1c. “Me conta tudo o que aconteceu depois (parte do evento mencionado pela criança) até você ir para a cama naquela noite”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

1d. “Me conta mais sobre (atividade mencionada pela criança)”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

1e. “Há pouco você me contou que (atividade mencionada pela criança). Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

(Se a criança fizer uma descrição pobre do acontecimento continue com as questões 2 e 2e).

(Nota: se a criança fizer uma descrição detalhada do acontecimento, diga:)

“É muito importante que você me conta tudo o que lembrar sobre as coisas que aconteceram com você. Você pode me contar coisas boas e coisas ruins”.

Ontem

2. “Eu quero ficar sabendo das coisas que acontecem com você. Me conta tudo o que aconteceu ontem, desde a hora que você acordou até ir para a cama”.

(Espere por uma resposta).

2a. “Eu não gostaria que você deixasse alguma coisa de fora. Me conta tudo o que aconteceu desde que você acordou até (alguma atividade ou parte do acontecimento mencionado pela criança na resposta à questão anterior)”.

(Espere por uma resposta).

2b. “E daí o que é que aconteceu?”

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

2c. “Me conta tudo o que aconteceu depois (alguma atividade ou parte do evento mencionado pela criança) até você ir para a cama”.

(Espere por uma resposta)

2d. “Me conta mais sobre (atividade mencionada pela criança)”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo da seção).

2e. “Há pouco você me contou que (atividade mencionada pela criança). Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: use esta questão quantas vezes forem necessárias ao longo desta seção).

Hoje

SE A CRIANÇA NÃO FORNECER UMA DESCRIÇÃO DETALHADA SOBRE ONTEM, REPITA AS QUESTÕES 2 A 2e SOBRE HOJE, USANDO “A HORA QUE VOCÊ CHEGOU AQUI” COMO EVENTO FINAL.

“É mesmo muito importante que você me conta tudo o que aconteceu realmente com você”.

IV. Transição para as questões primordiais:

“Agora que conheço você um pouco mais, queria falar sobre porque você veio aqui hoje”.

(Se a criança começa a falar, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação - Exemplo: “o David mexeu no meu pipi” ou “o papai me bateu”) - prossiga para a questão 10.

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não fizer uma alegação, prossiga para a questão 1).

1.“Eu entendo que pode ter acontecido alguma coisa com você. Me conta tudo o que aconteceu desde o início até ao fim”.

(Se a criança começar a responder, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10).

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não fizer uma alegação, prossiga para a questão 2).

2.“Como eu já te contei, o meu trabalho consiste em falar às crianças sobre as coisas que podem ter acontecido com elas. É muito importante que você me conta por que (você está aqui/veio aqui/eu estou aqui). Me conta por que você acha que (a sua mãe, o seu pai, a sua avó) te trouxe aqui hoje (ou “porque você acha que eu estou conversando com você hoje”).

(Se a criança começar a responder, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10).

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não fizer qualquer alegação e o entrevistador não sabe se existiu algum contato prévio com outras instituições, prossiga para as questão 4 e 5).

(Se a criança não fizer qualquer alegação e o entrevistador sabe que existiu algum contato prévio com a rede de proteção, prossiga para a questão 3).

3.“Ouvi falar que você conversou com (Médico/Professor/Assistente Social/outro profissional) no (data e local). Me conta sobre o que falaram.

(Se a criança começar a responder, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10).

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não fizer uma alegação e não existam marcas físicas visíveis, prossiga para a questão 5).

(Quando as marcas físicas forem visíveis, o entrevistador viu fotografias delas ou lhe contaram sobre elas, ou ainda quando a entrevista ocorreu em um hospital ou logo a seguir ao exame médico, diga:)

4.“Posso ver (eu ouvi) que você tem (marcas/feridas/hematoma) no/na (localização no corpo da criança). Me conta tudo sobre isso.

(Se a criança começar a responder, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10).

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não fizer qualquer alegação, prossiga com a questão 5).

5.“Alguém anda te incomodando?”

(Se a criança começar a responder, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10).

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não confirmar e não fizer qualquer alegação, prossiga com a questão 6).

6. “Aconteceu alguma coisa com você no/em (local/data do alegado incidente)?”

(Nota: não mencione o nome do alegado suspeito ou qualquer pormenor da alegação).

(Se a criança começar a responder, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10).

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não confirmar ou não fizer qualquer alegação, prossiga com a questão 7).

7. “Alguém fez alguma coisa com você que você achou que não era certo?”

(Se a criança começar a responder, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10).

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não confirmar ou não fizer qualquer alegação, prossiga com a questão 8).

PAUSA – Você está preparado para continuar? Será melhor fazer um intervalo antes de continuar?

SE DECIDIR CONTINUAR, VOCÊ DEVERÁ FORMULAR VERSÕES

ESPECÍFICAS DAS QUESTÕES 8 E 9 COM OS FATOS DISPONÍVEIS ANTES DA ENTREVISTA. ASSEGURE-SE QUE AS QUESTÕES SUGIRAM O MENOR NÚMERO DE DETALHES POSSÍVEL. SE VOCÊ AINDA NÃO FORMULOU TAIS QUESTÕES, FAÇA UM INTERVALO E FORMULE-AS CUIDADOSAMENTE ANTES DE PROSSEGUIR.

8. “Alguém (fazer breve sumário das alegações ou suspeita sem adiantar nomes para o alegado ofensor ou providenciar pormenores demasiados)” (Por exemplo: “Alguém te bateu?” ou “alguém mexeu no seu pipi? “ou outras partes privadas do seu corpo?”)

(Se a criança começar a responder, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10).

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não confirmar ou não fizer qualquer alegação, continue com a questão 8).

9.O/A teu/tua professor/a (médico(a)/psicólogo(a)/vizinho(a)) **me contou/ me**

mostrou (“que você mexeu no pipi de outras crianças/ ”um desenho que você fez”) **e eu queria saber se alguma coisa aconteceu com você. Alguém** (fazer breve sumário das alegações ou suspeitas sem adiantar nomes do suposto ofensor ou sem dar muitos detalhes”). Por exemplo: (“Alguém na tua família te bateu?” ou “alguém mexeu no teu pipi? “ou outras partes privadas do seu corpo?”).

8

(Se a criança começar a responder, espere).

(Se a criança fizer uma descrição sumária da alegação, prossiga para a questão 10).

(Se a criança fizer uma descrição detalhada, prossiga para a questão 10a).

(Se a criança não confirmar ou não fizer qualquer alegação, continue com a seção XI).

V. Investigação do(s) incidente(s)

Questões Abertas

10. (SE A CRIANÇA TIVER MENOS DE 6 ANOS DE IDADE, REPITA A ALEGAÇÃO USANDO AS PRÓPRIAS PALAVRAS DA CRIANÇA SEM DAR DETALHES OU NOMES QUE A CRIANÇA NÃO TENHA MENCIONADO).

(Então diga:)

“Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

(se a criança tiver mais de 6 anos de idade diga simplesmente:)

“Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

10a. “E depois o que é que aconteceu?” ou “Me conta mais sobre isso”.

(Espere pela resposta).

(Use esta questão quantas vezes forem necessárias até obter uma descrição completa do suposto incidente).

(NOTA: SE A DESCRIÇÃO DA CRIANÇA FOR GENÉRICA, IR PARA A QUESTÃO 12 (DIFERENCIADA DOS INCIDENTES). SE A CRIANÇA DESCREVER UM INCIDENTE ESPECÍFICO, PROSSIGA PARA A QUESTÃO 10b).

10b. “Lembra daquele (a) (dia/noite) e me conta tudo o que aconteceu desde

(acontecimento precedente já mencionado pela criança) **até** (alegado evento abusivo conforme descrito pela criança)”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: utilize esta questão quantas vezes for necessário para assegurar que todos os detalhes do incidente foram descritos).

10c. “Me conta mais sobre (pessoa/objeto/atividade mencionados pela criança)”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: utilize esta questão quantas vezes for necessário ao longo da seção).

10d. “Você me contou que (pessoa/objeto/atividade mencionada pela criança), **me conta tudo sobre isso”.**

9

(Espere por uma resposta).

(Nota: utilize esta questão quantas vezes for necessário durante a seção).

[Se você ficar confuso sobre determinados detalhes (por exemplo, sobre a sequência dos incidentes), pode ser útil dizer:]

“Você já me contou muita coisa, e isso foi muito útil, mas estou um pouco confuso(a). Para ter certeza de que entendi, comece pelo princípio e me conta (como é que tudo começou/ o que aconteceu exatamente/ como é que tudo acabou/etc.)”.

Questões específicas relacionadas com a informação relatada pela criança:

(Se ainda faltam alguns pormenores centrais da alegação ou se esses são pouco claros após a utilização exaustiva de questões abertas, utilize questões diretas. É importante salientar a importância de realizar questões abertas com questões diretas, sempre que apropriado).

(Nota: primeiro foque a atenção da criança no detalhe mencionado, e depois faça a pergunta direta).

Formato geral das questões diretas:

11. Você contou (pessoa/objeto/atividade), (completar a questão direta).

Exemplos:

1. “Você contou que estava numas lojas. Onde você estava exatamente?” (pausa para a resposta). **“Me conta mais sobre essa loja”.**

2. “Há pouco você me disse que a tua mãe ‘te bateu com essa coisa comprida’. Me conta mais sobre aquela coisa.”.

3. “Você falou de um(a) vizinho(a). Você sabe o nome dele(a)?” (pausa para a resposta) **“Me fala sobre esse teu vizinho”** (Não pedir uma descrição).

4. “Você disse que um dos teus colegas viu isso. Como ele/ela se chama? (pausa para a resposta) **“Me conta o que ele estava fazendo lá”.**

Separação de Incidentes

12. “Isso aconteceu uma vez ou mais do que uma vez?”

(Se o incidente aconteceu uma vez, prossiga para o Intervalo). (Na página 11).

(Se o incidente aconteceu mais do que uma vez prossiga para a questão 13. LEMBRESE DE EXPLORAR OS INCIDENTES INDIVIDUAIS DESCRITOS EM DETALHES CONFORME ESTÁ DESCRITO A SEGUIR).

Explorando Incidentes Específicos quando há vários

Questões Abertas

13. “Me conta tudo sobre a última vez (a primeira vez/no momento em que no (localização)/a hora que (alguma atividade específica/outra vez que você se lembre bem) **em que aconteceu alguma coisa.”**

(Espere por uma resposta).

13a. “E daí o que aconteceu?” ou **“Me conta mais sobre isso”.**

(Espere por uma resposta).

(Nota: utilize esta questão quantas vezes for necessário durante a seção).

13b. “Lembre-se daquele (dia/noite) **e me conta tudo o que aconteceu, desde** (incidentes previos mencionados pela criança) **até** (suposto incidente abusivo conforme descrito pela criança”).

(Espere por uma resposta).

(Nota: utilize variantes dessa questão quantas vezes for necessário até que todas os detalhes do incidente sejam descritos pela criança).

13c. “Me conta mais sobre (Pessoa/objeto/ atividade referida pela criança)”.

(Espere por uma resposta).

(Nota: Utilize esta questão quantas vezes for necessário durante a seção).

13d. Você disse que (pessoa/objeto/ atividade mencionada pela criança). **Me conta tudo sobre isso”.**

(Espere por uma resposta).

(Nota: utilize esta questão quantas vezes for necessário na seção).

Questões específicas relacionadas com as informações dadas pela criança (Se ainda faltaram alguns pormenores centrais da alegação ou se esses são pouco claros após a utilização exaustiva de questões abertas, utilize questões diretas. É importante salientar que deve utilizar questões abertas emparelhadas com questões diretas à elaboração, sempre que apropriado).

(Nota: Primeiro focalize a atenção da criança no detalhe mencionado, e só depois faça questão direta).

Formato geral das questões diretas

14. “Você contou que (pessoa/ objeto/ atividade mencionada pela criança), (Como/Quando/ Onde/ Quem/ Qual/ O quê) (completar a questão direta)”.

Exemplos:

1. Você contou que estava vendo televisão. Onde é que você estava exatamente?

(Espere por uma resposta).

“Me conta tudo sobre isso”.

2. “Há pouco você contou que seu pai “te deu um safanão”. Me conta exatamente o que ele te fez”.

3. “Você contou que um(a) amigo(a) estava presente. Como é que ele/ela se chama?

(Espere por uma resposta).

“Me conta o que ele/ela estava fazendo”.

4. “Há pouco você me contou que o teu tio te “meteu o dedo” (te deu um beijo na boca/ fez sexo com você/ etc.). **Me conta exatamente o que ele te fez.”**

REPITA TODA A SEÇÃO PARA TANTOS INCIDENTES MENCIONADOS PELA CRIANÇA QUE VOCÊ QUEIRA DESCREVER. A NÃO SER QUE A

CRIANÇA TENHA ESPECIFICADO APENAS DOIS INCIDENTES, PERGUNTE SOBRE “O ÚLTIMO” E DEPOIS “O PRIMEIRO”, E DEPOIS “OUTRA VEZ QUE VOCÊ SE LEMBRA BEM”.

VI. Intervalo

(Diga à criança:)

“Agora quero ter a certeza que eu entendi tudo e ver se há mais alguma coisa que eu preciso te perguntar. Eu vou só (pensar sobre o que você me disse/ rever as minhas anotações/ conferir com NOME).

(Durante o Intervalo, reveja as informações que você recolheu, compare com as exigências de sua instituição forense, veja se faltam algumas informações e planeje o resto da entrevista. CERTIFIQUE-SE DE FORMULAR AS QUESTÕES ESPECÍFICAS POR ESCRITO).

Depois do Intervalo

(De forma a obter mais informações importantes que ainda não foram descritas pela criança, faça questões adicionais diretas e abertas, conforme foi descrito anteriormente).

Retome as questões abertas (“Me conta mais sobre isso”) depois de fazer uma questão direta. Depois de finalizar estas questões, proceda para a seção VII.

VII. Obtendo informações que ainda não foram mencionadas pelas crianças

(Você deve fazer essas questões apenas se já tentou utilizar outras estratégias e ainda sente que faltam informações de relevância forense. É muito importante emparelhar questões abertas (“Me conta tudo sobre isso”) sempre que possível).

(Nota: No caso de múltiplos incidentes, você deve direcionar a criança para os incidentes relevantes utilizando as próprias palavras da criança, fazendo questões específicas apenas depois de dar oportunidade à criança de elaborar sobre os detalhes centrais do incidente).

(ANTES DE PROSSEGUIR PARA O PRÓXIMO INCIDENTE, CERTIFIQUE-SE DE QUE VOCÊ OBTEVE TODOS OS DETALHES QUE FALTAVAM SOBRE CADA INCIDENTE ESPECÍFICO).

Formato geral das questões específicas baseadas em informação que ainda NÃO foram mencionadas pela criança

“Quando você me contou sobre (incidente específico identificado no tempo ou espaço) você disse que (Pessoa/Objeto/Ação). (Fez/era questão específica)?”

(Espere por uma resposta).

(Quando apropriado, continue com uma questão aberta; diga:)

“Me conta tudo sobre isso”.

Exemplos:

1. “Quando você me contou sobre a hora do porão, você disse que ele tirou a calça dele. Aconteceu alguma coisa com as suas roupas?”

(Espere por uma resposta).

(Depois que a criança responder, diga:)

“Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

2. “Quando você me contou sobre a última vez, contou que ele te tocou. Ele te tocou por cima da tua roupa?”

(Espere por uma resposta).

(Depois que a criança responder, diga:)

“Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

3. “Ele te tocou por baixo da tua roupa?”

(Espere por uma resposta).

(Depois que a criança responder, diga:)

“Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

4. “Você me contou que alguma coisa aconteceu no parquinho. Alguém viu o que aconteceu?”

(Espere por uma resposta).

(Depois que a criança responder, diga:)

“Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

5. “Você sabe se aconteceu alguma coisa parecida com outras crianças?”

(Espere por uma resposta).

(Depois que a criança responder, diga:) “Me conta tudo sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

VIII. Se a criança não mencionar as informações esperadas

Utilize apenas as dicas que forem relevantes.

Se tiver conhecimento de conversas em que a informação foi mencionada diga:

1. “Me contaram que você falou com (...) no (data/local). Me conta sobre o que falaram”.

(Se a criança não fornecer mais informações, faça a questão 2; Se a criança fornece mais informações, diga:)

“Me conta tudo sobre isso”.

(Prossiga com outras dicas abertas, como: **“Me conta mais sobre isso”**, se necessário).

Se tem conhecimento de anteriores revelações e a informação ainda não lhe foi revelada diga:

2. Me contaram (ele/ ela me disse) que você disse (resuma a alegação, especificando sem mencionar, se possível, detalhes incriminatórios).

“Me conta tudo sobre isso.”

(Prossiga com outras dicas abertas, como: **“Me conta mais sobre isso”**, se necessário).

3. Se alguma coisa foi observada, diga:**a. “Me contaram que alguém viu (...). Me conta tudo sobre isso”.**

(Prossiga com outras dicas abertas, como: **“Me conta mais sobre isso”**, se necessário).

Se a criança negar, vá para a 3b.

b. Aconteceu alguma coisa com você em/no (tempo/espaço)? Me conta tudo sobre isso.”

(Prossiga com outros estímulos abertos, como: **“Me conta mais sobre isso”**, se necessário).

Se a criança apresentar/apresentou lesões ou marcas físicas, diga:

4. “Vejo (me disseram) que você tem (marcas/se machucou/tem um dodói) no (...). Me conta tudo sobre isso”.

(Prossiga com outras dicas abertas, como? **“Me conta mais sobre isso”**, se necessário).

5. “Alguém te (sumário da alegação sem mencionar o nome do possível ofensor, a não ser que a criança já tenha referido o nome ou fornecido informações incriminatórias).

Se a criança negar prossiga para a próxima seção.

Se a criança responder afirmativamente diga:

“Me conta tudo sobre isso”.

(Prossiga com outras dicas abertas, como: **“Me conta mais sobre isso”**, se necessário).

IX. Informações sobre a revelação

“Você disse porque veio falar comigo hoje. Me contou muita coisa e isso me ajudou a entender o que aconteceu”.

(Se a criança mencionou ter contado a outra pessoa sobre o(s) incidente(s), prossiga para a questão 6. Se a criança não mencionou ter contado a outra pessoa, averigue a possibilidade de revelação imediata dizendo:)

1. “Me conta o que é que aconteceu depois (do último incidente)”.

(Espere por uma resposta).

2. “E daí o que aconteceu?”

(Nota: Utilize esta questão quantas vezes for necessário na seção).

(Se a criança fizer uma revelação, prossiga para a questão 6. Se não fizer, faça as questões seguintes).

3. “Alguém mais sabe o que aconteceu?”

(Espere por uma resposta. Se a criança identificar alguém, prossiga para a questão 6).

(Se a criança confirmar, mas não a identificar o nome, pergunte:)

“Quem?”

(Espere por uma resposta. Se a criança identificar alguém, prossiga para a questão 6).

4. “Agora quero saber como é que as outras pessoas descobriram o que aconteceu (último incidente)”.

(Espere por uma resposta. Se a criança identificar alguém, prossiga para a questão 6).

(Se faltar informação, faça as seguintes questões).

5. “Quem foi a primeira pessoa, além de você e do (suposto ofensor) a descobrir que (suposto abuso descrito pela criança)?”

(Espere por uma resposta).

6. “Me conta tudo o que conseguir sobre como (“a primeira pessoa mencionada pela criança”) descobriu”.

(Espere por uma resposta).

(Depois diga:)

“Me conta mais sobre isso”.

(Espere por uma resposta).

(Se a criança descrever uma conversa, diga:)

“Me conta tudo o que vocês falaram”.

(Espere por uma resposta).

7. “Alguém mais sabe sobre (suposto abuso descrito pela criança)?”

(Espere por uma resposta).

(Depois diga:) “Me conta mais sobre isso”.

(Se a criança descrever uma conversa, diga:)

“Me conta tudo sobre o que falaram”

(Espere por uma resposta).

(Se a criança não disser que contou a alguém, pergunte:)

REPITA TODA A SEÇÃO SE NECESSÁRIO PARA CADA INCIDENTE DESCRITO PELA CRIANÇA

X. Encerramento

(Diga:)

“Hoje você me contou muitas coisas e eu quero te agradecer por ter me ajudado”.

1. “Há mais alguma coisa que você acha que eu deveria saber?”

(Espere por uma resposta).

2. “Há alguma coisa que você quer me contar?”

(Espere por uma resposta).

3. “Há alguma pergunta que você queira fazer?”

(Espere por uma resposta).

4. “Se quiser falar comigo outra vez, pode me ligar para este número de telefone
(forneça à criança um cartão com o seu nome e o número de telefone)”.

XI. Tópico Neutro

“O que você vai fazer hoje depois de sair daqui?”

(Converse com a criança durante alguns minutos sobre um tópico neutro).

“São (especifique as horas) e esta entrevista acabou”.

Anexo IX – O Inventário de Sintomas de Stress para Adultos (ISSL)

**INVENTÁRIO DE SINTOMAS DE STRESS
PARA ADULTOS DE LIPP (ISSL)**

MEL.003.9

Marilda Emmanuel Novaes Lipp

Nome: _____

Data de Nascimento: _____ / _____ / _____ Local de Nascimento _____ / _____ / _____
dia mês ano Cidade Estado País

Idade: _____ Sexo: M() F() Escolaridade: _____

RG: _____ CPF: _____

Curso/Série: _____ Escola/Instituição: _____ Públ. () Priv. ()

Lateralidade: Destro () Sinistro () Ambidestro () Profissão: _____

Função: _____ Data da Aplicação: _____ / _____ / _____
Aplicador: _____ dia mês ano

Início: _____ Término: _____

Autorizo uso sigiloso em pesquisa: _____
assinatura _____

**CADERNO
DE APLICAÇÃO**

INSTRUÇÕES

Quadro 1 - Assinalar com F1 ou P1, como indicado para sintomas que tenha experimentado nas últimas 24 horas.
Quadro 2 - Assinalar com F2 ou P2, como indicado para sintomas que tenha experimentado na última semana.
Quadro 3 - Assinalar com F3 ou P3, como indicado para sintomas que tenha experimentado no último mês.

**Casa do
Psicólogo®**

© 2000 Casapsi Livraria e Editora Ltda
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para
qualquer finalidade. Todos os direitos reservados.
Rua Santo Antônio, 1010 – Jd. México – Itatiba/SP – Brasil
CEP 13253-400 – Tel.: (11) 4524.6997 – www.casadopsicologo.com.br

O presente Caderno de Aplicação
é impresso em cores.
Caso desconfie de sua autenticidade,
ligue para (11) 3034-3600.

QUADRO 15
a) Marque com um F1 os sintomas que tem experimentado nas últimas 24 horas.

() 1. MÃOS E PÉS FRIOS
 () 2. BOCA SECA
 () 3. NÓ NO ESTÔMAGO
 () 4. AUMENTO DE SUDORESE
 (Muito suor, suadeira)
 () 5. TENSÃO MUSCULAR
 () 6. APERTO DA MANDÍBULA/
 RANGER OS DENTES
 () 7. DIARRÉIA PASSAGEIRA
 () 8. INSÔNIA
 (Dificuldade para dormir)
 () 9. TAQUICARDIA
 (Batedeira no peito)
 () 10. HIPERVENTILAÇÃO
 (Respirar ofegante, rápido)
 () 11. HIPERTENSÃO ARTERIAL
 SÚBITA E PASSAGEIRA
 (Pressão alta)
 () 12. MUDANÇA DE APETITE

QUADRO 16
b) Marque com um P1 os sintomas que tem experimentado nas últimas 24 horas.

() 13. AUMENTO SÚBITO DE MOTIVAÇÃO
 () 14. ENTUSIASMO SÚBITO
 () 15. VONTADE SÚBITA DE INICIAR NOVOS PROJETOS

QUADRO 2a

a) Marque com um F2 os sintomas que tem experimentado na última semana.

() 1. PROBLEMAS COM A MEMÓRIA

() 2. MAL-ESTAR GENERALIZADO, SEM CAUSA ESPECÍFICA

() 3. FORMIGAMENTO DAS EXTREMIDADES

() 4. SENSAÇÃO DE DESGASTE FÍSICO CONSTANTE

() 5. MUDANÇA DE APETITE

() 6. APARECIMENTO DE PROBLEMAS DERMATOLÓGICOS (Problemas de pele)

() 7. HIPERTENSÃO ARTERIAL (Pressão alta)

() 8. CANSAÇO CONSTANTE

() 9. APARECIMENTO DE ÚLCERA

() 10. TONTURA/SENSAÇÃO DE ESTAR FLUTUANDO

QUADRO 2b

b) Marque com um P2 os sintomas que tem experimentado na última semana.

() 11. SENSIBILIDADE EMOTIVA EXCESSIVA
(Estar muito nervoso)

() 12. DÚVIDA QUANTO A SI PRÓPRIO

() 13. PENSAR CONSTANTEMENTE EM UM SÓ ASSUNTO

() 14. IRRITABILIDADE EXCESSIVA

() 15. DIMINUIÇÃO DA LIBIDO
(Sem vontade de sexo)

QUADRO 3a

a) Marque com um F3 os sintomas que tem experimentado no último mês.

() 1. DIARRÉIA FREQUENTE
 () 2. DIFICULDADES SEXUAIS
 () 3. INSÔNIA
 (Dificuldade para dormir)
 () 4. NÁUSEA
 () 5. TIQUES
 () 6. HIPERTENSÃO ARTERIAL
 CONTINUADA
 (Pressão alta)
 () 7. PROBLEMAS
 DERMATOLÓGICOS
 PROLONGADOS
 (Problemas de pele)
 () 8. MUDANÇA EXTREMA DE
 APETITE
 () 9. EXCESSO DE GASES
 () 10. TONTURA FREQUENTE
 () 11. ÚLCERA
 () 12. ENFARTE

QUADRO 3b

b) Marque com um P3 os sintomas que tem experimentado no último mês.

() 13. IMPOSSIBILIDADE DE
 TRABALHAR
 () 14. PESADELOS
 () 15. SENSAÇÃO DE
 INCOMPETÊNCIA EM
 TODAS AS ÁREAS
 () 16. VONTADE DE FUGIR DE
 TUDO
 () 17. APATIA, DEPRESSÃO OU
 RAIVA PROLONGADA
 () 18. CANSADO EXCESSIVO
 () 19. PENSAR/FALAR
 CONSTANTEMENTE EM
 UM SÓ ASSUNTO
 () 20. IRRITABILIDADE SEM
 CAUSA APARENTE
 () 21. ANGÚSTIA/ANSIEDADE
 DIÁRIA
 () 22. HIPERSENSIBILIDADE
 EMOTIVA
 () 23. PERDA DO SENSO DE HUMOR

Anexo X – Escala de Sintomas de Stress Infantil (ESI)

Escala de Stress Infantil - ESI

CADERNO DE APLICAÇÃO

Marilda E. Novaes Lipp / Maria Diva Monteiro Lucarelli



© 1998, Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltda.

Nome:.....
 Sexo:..... Idade:..... Escolaridade:.....
 Escola:.....

INSTRUÇÕES:

Você encontrará nas questões abaixo algumas coisas que as crianças podem ter ou sentir. Você deverá mostrar o quanto acontece com você o que está descrito em cada questão, pintando os desenhos assim:

- Se NUNCA acontece, deixe em BRANCO
- Se acontece UM POUCO, pinte UMA PARTE
- Se acontece ÀS VEZES, pinte DUAS PARTES
- Se acontece QUASE SEMPRE, pinte TRÊS PARTES
- Se SEMPRE acontece, pinte TODAS AS PARTES

- 1) Estou o tempo todo me mexendo e fazendo coisas diferentes.
- 2) Demoro para conseguir usar o banheiro.
- 3) Tenho dificuldade de prestar atenção.
- 4) Eu me sinto assustado na hora de dormir.
- 5) Fico preocupado com coisas ruins que podem acontecer.

- Se NUNCA acontece, deixe em **BRANCO** 
- Se acontece **UM POUCO**, pinte **UMA PARTE** 
- Se acontece **ÀS VEZES**, pinte **DUAS PARTES** 
- Se acontece **QUASE SEMPRE**, pinte **TRÊS PARTES** 
- Se **SEMPRE** acontece, pinte **TODAS AS PARTES** 

- 6) Raspo um dente no outro fazendo barulho. 
- 7) Fico nervoso com tudo. 
- 8) Sinto aflição por dentro. 
- 9) Tenho ficado tímido, envergonhado. 
- 10) Eu me sinto triste. 
- 11) Minhas mãos ficam suadas. 
- 12) Tenho diarréia. 
- 13) Sinto que tenho pouca energia para fazer as coisas. 
- 14) De repente, passei a não gostar mais de estudar. 
- 15) Tenho vontade de chorar. 
- 16) Quando fico nervoso, gaguejo. 
- 17) Quando fico nervoso, fico com vontade de vomitar. 
- 18) Meu coração bate depressa, mesmo quando não corro ou pulo. 
- 19) Minhas pernas e braços doem. 
- 20) Tenho vontade de bater nos colegas, sem razão. 

- Se **NUNCA** acontece, deixe em **BRANCO**
- Se acontece **UM POUCO**, pinte **UMA PARTE**
- Se acontece **ÀS VEZES**, pinte **DUAS PARTES**
- Se acontece **QUASE SEMPRE**, pinte **TRÊS PARTES**
- Se **SEMPRE** acontece, pinte **TODAS AS PARTES**

- 21) Quando fico nervoso durante o dia, molho a cama à noite.
- 22) Tenho vontade de sumir da vida.
- 23) Tenho dificuldade para respirar.
- 24) Tenho dor de barriga.
- 25) Penso que sou feio, ruim, que não consigo aprender as coisas.
- 26) Tenho medo.
- 27) Tenho comido demais.
- 28) Não tenho vontade de fazer as coisas.
- 29) Tenho andado muito esquecido.
- 30) Tenho dificuldade para dormir.
- 31) Não tenho fome.
- 32) Brigo com minha família em casa.
- 33) Estou sempre resfriado, com dor de garganta.
- 34) Sinto muito sono.
- 35) Não tenho vontade nenhuma de me arrumar.

Anexo XI – O Inventário de Depressão de Beck (BDI)

BDI-II

ARG.04.11

Inventário de Depressão de Beck **Folha de Aplicação/Respostas**

Nome: _____

RG: _____ CPF: _____

Data de Nascimento: _____ / _____ / _____ Local de Nascimento: _____ / _____ / _____
dia mês ano Cidade Estado País

Idade: _____ Sexo: M () F () Escolaridade: _____

Curso/Série: _____ Escola/Instituição: _____ Públ. () Priv. ()

Ocupação: _____ Data da Aplicação: _____ / _____ / _____
dia mês ano

Aplicador: _____

Autorizo uso sigiloso em pesquisa: _____

assinatura

Instruções:

Este questionário consiste em 21 grupos de afirmações. Por favor, leia cada uma delas cuidadosamente. Depois, escolha uma frase de cada grupo, que melhor descreve o modo como você tem se sentido nas **duas últimas semanas, incluindo o dia de hoje**. Faça um círculo em volta do número (0, 1, 2 ou 3), correspondente à afirmação escolhida em cada grupo. Se mais de uma afirmação em um grupo lhe parecer igualmente apropriada, escolha a de número mais alto neste grupo. Verifique se não marcou mais de uma afirmação por grupo, incluindo o item 16 (alterações no padrão de sono) e o item 18 (alterações de apetite).

PEARSON

BDI-II. Copyright © 1996 NCS Pearson, Inc.
Brazilian adaptation. Copyright © 2011 NCS Pearson, Inc. All rights reserved. No part
of this publication may be reproduced or transmitted in any form or by any means,
electronic or mechanical, including photocopy, recording, or any information storage
and retrieval system, without permission in writing from NCS Pearson, Inc.



© 2011 Casapal Livraria e Editora Ltda
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para
qualquer finalidade. Todos os direitos reservados.
Rua Simão Álvares, 1020 - Pinheiros - São Paulo/SP - Brasil
CEP 05417-020 - Tel: (11) 3034-3600 - www.casadopsicologo.com.br

A presente Folha de Aplicação/ Respostas
é impressa em cores.
Caso desconfie de sua autenticidade,
ligue para (11) 3034-3600.

<p>1. Tristeza</p> <p>0 Não me sinto triste. 1 Eu me sinto triste grande parte do tempo. 2 Estou triste o tempo todo. 3 Estou tão triste ou tão infeliz que não consigo suportar.</p>	<p>7. Auto-estima</p> <p>0 Eu me sinto como sempre me senti em relação a mim mesmo(a). 1 Perdi a confiança em mim mesmo(a). 2 Estou desapontado(a) comigo mesmo(a). 3 Não gosto de mim.</p>
<p>2. Pessimismo</p> <p>0 Não estou desanimado(a) a respeito do meu futuro. 1 Eu me sinto mais desanimado(a) a respeito do meu futuro do que de costume. 2 Não espero que as coisas dêem certo para mim. 3 Sinto que não há esperança quanto ao meu futuro. Acho que só vai piorar.</p>	<p>8. Autocrítica</p> <p>0 Não me critico nem me culpo mais do que o habitual. 1 Estou sendo mais crítico(a) comigo mesmo(a) do que costumava ser. 2 Eu me critico por todos os meus erros. 3 Eu me culpo por tudo de ruim que acontece.</p>
<p>3. Fracasso passado</p> <p>0 Não me sinto um(a) fracassado(a). 1 Tenho fracassado mais do que deveria. 2 Quando penso no passado vejo muitos fracassos. 3 Sinto que como pessoa sou um fracasso total.</p>	<p>9. Pensamentos ou desejos suicidas</p> <p>0 Não tenho nenhum pensamento de me matar. 1 Tenho pensamentos de me matar, mas não levaria isso adiante. 2 Gostaria de me matar. 3 Eu me mataria se tivesse oportunidade.</p>
<p>4. Perda de prazer</p> <p>0 Continuo sentindo o mesmo prazer que sentia com as coisas de que eu gosto. 1 Não sinto tanto prazer com as coisas como costumava sentir. 2 Tenho muito pouco prazer nas coisas que eu costumava gostar. 3 Não tenho mais nenhum prazer nas coisas que costumava gostar.</p>	<p>10. Choro</p> <p>0 Não choro mais do que chorava antes. 1 Choro mais agora do que costumava chorar. 2 Choro por qualquer coisinha. 3 Sinto vontade de chorar, mas não consigo.</p>
<p>5. Sentimentos de culpa</p> <p>0 Não me sinto particularmente culpado(a). 1 Eu me sinto culpado(a) a respeito de várias coisas que fiz e/ou que deveria ter feito. 2 Eu me sinto culpado(a) a maior parte do tempo. 3 Eu me sinto culpado(a) o tempo todo.</p>	<p>11. Agitação</p> <p>0 Não me sinto mais inquieto(a) ou agitado(a) do que me sentia antes. 1 Eu me sinto mais inquieto(a) ou agitado(a) do que me sentia antes. 2 Eu me sinto tão inquieto(a) ou agitado(a) que é difícil ficar parado(a). 3 Estou tão inquieto(a) ou agitado(a) que tenho que estar sempre me mexendo ou fazendo alguma coisa.</p>
<p>6. Sentimentos de punição</p> <p>0 Não sinto que estou sendo punido(a). 1 Sinto que posso ser punido(a). 2 Eu acho que serei punido(a). 3 Sinto que estou sendo punido(a).</p>	<p>12. Perda de interesse</p> <p>0 Não perdi o interesse por outras pessoas ou por minhas atividades. 1 Estou menos interessado pelas outras pessoas ou coisas do que costumava estar. 2 Perdi quase todo o interesse por outras pessoas ou coisas. 3 É difícil me interessar por alguma coisa.</p>

Subtotal da página 1 [REDACTED]

<p>13. Indecisão</p> <p>0 Tomo minhas decisões tão bem quanto antes. 1 Acho mais difícil tomar decisões agora do que antes. 2 Tenho muito mais dificuldade em tomar decisões agora do que antes. 3 Tenho dificuldade para tomar qualquer decisão.</p>	<p>18. Alterações de apetite</p> <p>0 Não percebi nenhuma mudança no meu apetite. 1a Meu apetite está um pouco menor do que o habitual. 1b Meu apetite está um pouco maior do que o habitual. 2a Meu apetite está muito menor do que antes. 2b Meu apetite está muito maior do que antes. 3a Não tenho nenhum apetite. 3b Quero comer o tempo todo.</p>
<p>14. Desvalorização</p> <p>0 Não me sinto sem valor. 1 Não me considero hoje tão útil ou não me valorizo como antes. 2 Eu me sinto com menos valor quando me comparo com outras pessoas. 3 Eu me sinto completamente sem valor.</p>	<p>19. Dificuldade de concentração</p> <p>0 Posso me concentrar tão bem quanto antes. 1 Não posso me concentrar tão bem como habitualmente. 2 É muito difícil manter a concentração em alguma coisa por muito tempo. 3 Eu acho que não consigo me concentrar em nada.</p>
<p>15. Falta de energia</p> <p>0 Tenho tanta energia hoje como sempre tive. 1 Tenho menos energia do que costumava ter. 2 Não tenho energia suficiente para fazer muita coisa. 3 Não tenho energia suficiente para nada.</p>	<p>20. Cansaço ou fadiga</p> <p>0 Não estou mais cansado(a) ou fatigado(a) do que o habitual. 1 Fico cansado(a) ou fatigado(a) mais facilmente do que o habitual. 2 Eu me sinto muito cansado(a) ou fatigado(a) para fazer muitas das coisas que costumava fazer. 3 Eu me sinto muito cansado(a) ou fatigado(a) para fazer a maioria das coisas que costumava fazer.</p>
<p>16. Alterações no padrão de sono</p> <p>0 Não percebi nenhuma mudança no meu sono. 1a Durmo um pouco mais do que o habitual. 1b Durmo um pouco menos do que o habitual. 2a Durmo muito mais do que o habitual. 2b Durmo muito menos do que o habitual. 3a Durmo a maior parte do dia. 3b Acordo 1 ou 2 horas mais cedo e não consigo voltar a dormir.</p>	<p>21. Perda de interesse por sexo</p> <p>0 Não notei qualquer mudança recente no meu interesse por sexo. 1 Estou menos interessado(a) em sexo do que costumava estar. 2 Estou muito menos interessado(a) em sexo agora. 3 Perdi completamente o interesse por sexo.</p>
<p>17. Irritabilidade</p> <p>0 Não estou mais irritado(a) do que o habitual. 1 Estou mais irritado(a) do que o habitual. 2 Estou muito mais irritado(a) do que o habitual. 3 Fico irritado(a) o tempo todo.</p>	

Subtotal da página 2 Subtotal da página 1 Subtotal da página 2 Pontuação total 

Anexo XII – ASEBA – Sistema de Avaliação de Base Empírica de Achenbach

INVENTÁRIO DOS COMPORTAMENTOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTRE 6 E 18 ANOS (CBCL)										
ID (para uso exclusivo do aplicador): _____										
NOME COMPLETO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE: _____										
IDADE ____ ANOS	SEXO <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	RAÇA OU ETNIA	TIPO DE TRABALHO DOS PAIS, mesmo que não estejam trabalhando no momento. (Por favor, seja específico - por exemplo: mecânico de automóveis, professor(a) de ensino médio, dona de casa, operário, vendedor de sapato, sargento do exército).							
DATA DE HOJE:		DATA DE NASCIMENTO:		TIPO DE TRABALHO DO PAI: _____						
Dia ____ Mês ____ Ano ____		Dia ____ Mês ____ Ano ____		TIPO DE TRABALHO DA MÃE: _____						
SÉRIE ESCOLAR: _____ SÉRIE: _____		Por favor, responda todos os itens de acordo com o modo como você vê o comportamento de seu/sua filho(a), mesmo que outras pessoas possam não concordar. Esteja a vontade para escrever quaisquer comentários adicionais abaixo de cada questão e no espaço livre da página 2.								
<input type="checkbox"/> Não frequenta a escola		CERTIFIQUE-SE DE RESPONDER TODOS OS ITENS.								
I. Por favor, cite os esportes que seu/sua filho(a) mais gosta de praticar. Por exemplo: natação, futebol, andar de patins ou skate, andar de bicicleta etc.		Em comparação com outras crianças/adolescentes da mesma idade, quanto tempo é dedicado a cada um?				Em comparação com outras crianças/adolescentes da mesma idade, o desempenho dele(a) em cada um desses esportes é:				
<input type="checkbox"/> nenhum		Menos	Igual	Mais	Não sei	Pior	Igual	Melhor	Não sei	
a) _____		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
b) _____		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
c) _____		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
II. Por favor, cite os hobbies, atividades e jogos favoritos do seu/sua filho(a) que não sejam esportes. Por exemplo: colecionar figurinhas, tocar violão, desenhar, soltar pipa, pular corda, brincar de boneca, brincar de carrinho, ler, cantar, usar o computador, jogar video-game. (Não incluir ouvir rádio ou ver televisão)		Em comparação com outras crianças/adolescentes da mesma idade, quanto tempo é dedicado a cada um?				Em comparação com outras crianças/adolescentes da mesma idade, o desempenho dele(a) em cada um desses passatempos é:				
<input type="checkbox"/> nenhum		Menos	Igual	Mais	Não sei	Pior	Igual	Melhor	Não sei	
a) _____		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
b) _____		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
c) _____		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
III. Por favor, cite quaisquer organizações, clubes, times ou grupos aos quais seu/sua filho(a) pertence. Por exemplo: turma de amigos fora da escola, grupo de igreja, teatro, música etc.		Em comparação com outras crianças/adolescentes da mesma idade, como é a participação dele(a) em cada um?				Em comparação com outras crianças/adolescentes da mesma idade, como é o desempenho dele(a) em cada um?				
<input type="checkbox"/> nenhum		Menor	Igual	Maior	Não sei	Menor	Igual	Melhor	Não sei	
a) _____		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
b) _____		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
c) _____		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
IV. Por favor, cite quaisquer trabalhos ou tarefas que seu/sua filho(a) tenha. Por exemplo: office-boy; ajudante de feira; trabalho em loja; lavar a louça; tomar conta das crianças; fazer a cama etc. (incluir tanto trabalhos pagos como não pagos).		Em comparação com outras crianças/adolescentes da mesma idade, como é o desempenho dele(a) em cada um?				CERTIFIQUE-SE DE QUE RESPONDEU TODOS OS ITENS. ENTÃO, VÁ PARA A PRÓXIMA PÁGINA.				
<input type="checkbox"/> nenhum		Menor	Igual	Melhor	Não sei					
a) _____		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>					
b) _____		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>					
c) _____		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>					
COPYRIGHT 2001 T. ACHENBACH & RESCORLA. REPRODUCED UNDER LICENSE #201-12-04-06. PROIBIDA A REPRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA.										
Tradução: Silvares, E. F. M.; Rocha, M. M. & Equipe Projeto Enurese (2007). Versão brasileira não publicada do inventário "Child Behavior Checklist for ages 6-18" (Achenbach & Rescorla, 2001).										
Profª Dra. Edwiges Ferreira de Mattos Silvares Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo Av. Prof. Melo Moraes, 1721 / São Paulo – SP efdmSilv@usp.br										

POR FAVOR, CERTIFIQUE-SE DE RESPONDER TODOS OS ITENS.

V.

1. O seu filho(a) tem aproximadamente quantos amigos próximos? (Não incluir irmãos e irmãs)

 Nenhum 1 2 ou 3 4 ou mais

2. Quantas vezes por semana seu/sua filho(a) encontra amigos ou colegas fora do horário da escola? (Não incluir irmãos e irmãs)

 Menos que 1 1 ou 2 3 ou mais

VI. Em comparação com outras crianças/adolescentes da mesma idade, até que ponto seu/sua filho(a):

Pior Igual Melhor

 Não tem irmãos

a) Consegue se relacionar adequadamente com seus/suas irmãos/irmãs?

b) Consegue se relacionar adequadamente com outras crianças/adolescentes?

c) Consegue se comportar adequadamente em relação aos seus pais?

d) Consegue fazer coisas sozinho(a)?

VII. Desempenho nas disciplinas escolares:

 Não freqüenta a escola porque _____

	Avalie cada uma das disciplinas	Abaixo da média exigida pela escola	Pior que a média	Igual a média	Melhor que a média
a)	Português	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b)	História ou Estudos Sociais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c)	Matemática	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d)	Ciências	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e)	_____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f)	_____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
g)	_____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. O seu filho(a) freqüenta alguma escola, aula de reforço ou estabelecimento de ensino especial? Não Sim - que tipo?3. O seu filho(a) repetiu algum ano? Não Sim - Cite as séries que repetiu e as razões.4. O seu filho(a) teve algum problema no desempenho escolar ou outro tipo de problema na escola? Não Sim - Descreva-o, por favor:

Quando esses problemas começaram? _____

Os problemas mencionados já foram resolvidos? Não Sim - quando?O seu filho(a) tem alguma doença ou deficiência (física ou mental)? Não Sim - Descreva-a, por favor:

Qual é a sua maior preocupação em relação ao seu filho(a)?

Por favor, descreva os aspectos mais positivos do seu filho(a).

POR FAVOR, CERTIFIQUE-SE DE QUE RESPONDEU TODOS OS ITENS.

Página 2

POR FAVOR, CERTIFIQUE-SE DE RESPONDER TODOS OS ITENS

Logo abaixo, você encontrará uma lista de afirmações que descrevem crianças/adolescentes. Para cada afirmação que descreva seu/sua filho(a) *neste momento ou nos últimos seis meses*, trace um círculo à volta do 2 se a afirmação é *muito verdadeira* ou *frequentemente verdadeira* em relação ao seu filho(a). Trace um círculo à volta do 1 se a afirmação é *um pouco verdadeira* ou *algumas vezes verdadeira* em relação ao seu filho(a). Se a afirmação *não é verdadeira* em relação ao seu filho(a), trace um círculo à volta do 0. Por favor, responda a todas as afirmações o melhor que possa, mesmo que algumas não pareçam aplicáveis ao seu filho(a).

0 = NÃO É VERDADEIRA (TANTO QUANTO SABE)	1 = UM POCO VERDADEIRA OU ALGUMAS VEZES VERDADEIRA	2 = MUITO VERDADEIRA OU FREQUENTEMENTE VERDADEIRA
0 1 2 1. Comporta-se de maneira muito infantil para a sua idade	0 1 2 32. Acha que deve ser perfeito(a)	0 1 2 33. Acha ou reclama que ninguém gosta dele(a)
0 1 2 2. Toma bebida alcoólica sem a aprovação dos pais (descreva) _____	0 1 2 34. Acha que os outros o(a) perseguem	0 1 2 35. Sente-se sem valor ou inferior
0 1 2 3. Discute muito	0 1 2 36. Machuca-se com freqüência, tem tendência a sofrer acidentes	0 1 2 37. Mete-se em muitas brigas
0 1 2 4. Não termina as coisas que começou	0 1 2 38. É alvo de muitas provocações	0 1 2 39. Anda com pessoas que se metem em encrenças
0 1 2 5. Poucas coisas lhe dão prazer	0 1 2 40. Escuta sons ou vozes que não existem (descreva): _____	0 1 2 41. É impulsivo(a), ou age sem pensar
0 1 2 6. Faz cocô na calça ou fora do vaso sanitário	0 1 2 42. Prefere estar sozinho(a) á ficar em companhia de outros	0 1 2 43. Mente ou engana os outros
0 1 2 7. É convencido(a), conta vantagem	0 1 2 44. Rói as unhas	0 1 2 45. É nervoso(a) ou tenso(a)
0 1 2 8. Não consegue concentrar-se, não consegue ficar atento(a) muito tempo	0 1 2 46. Tem movimentos nervosos ou tiques (descreva): _____	0 1 2 47. Tem pesadelos
0 1 2 9. Não consegue tirar certos pensamentos da cabeça; obsessões (descreva): _____	0 1 2 48. As outras crianças ou adolescentes não gostam dele(a)	0 1 2 49. Tem prisão de ventre, intestino preso
0 1 2 10. Não consegue parar sentado(a), é irrequieto(a) ou hiperativo(a)	0 1 2 50. É muito medroso(a) ou ansioso(a)	0 1 2 51. Sente tontura ou zonzeira
0 1 2 11. Agarra-se aos adultos ou é muito dependente	0 1 2 52. Sente-se muito culpado(a)	0 1 2 53. Come demais
0 1 2 12. Reclama de solidão	0 1 2 54. Sente-se cansado(a) demais sem motivo	0 1 2 55. Está acima do peso
0 1 2 13. Fica confuso(a) ou desorientado(a)	0 1 2 56. Tem problemas físicos sem causa conhecida do ponto de vista médico:	0 1 2 a) Dores (exceto de cabeça ou de estômago)
0 1 2 14. Chora muito	0 1 2 b) Dores de cabeça	0 1 2 c) Náuseas, Enjôos
0 1 2 15. É cruel com animais	0 1 2 d) Problemas com os olhos (que não são corrigidos com o uso de óculos) (descreva): _____	0 1 2 e) Assaduras ou outros problemas de pele
0 1 2 16. Manifesta crueldade, intimidação ou maldade para com os outros	0 1 2 f) Dores de estômago ou de barriga	0 1 2 f) Vômitos
0 1 2 17. Sonha acordado(a) ou perde-se em seus pensamentos	0 1 2 g) Vômitos	0 1 2 h) Outros (descreva): _____
0 1 2 18. Machuca-se de propósito ou já tentou suicídio		
0 1 2 19. Exige que prestem muita atenção nele(a)		
0 1 2 20. Destroi suas próprias coisas		
0 1 2 21. Destroi coisas de sua família ou de outros		
0 1 2 22. É desobediente em casa		
0 1 2 23. É desobediente na escola		
0 1 2 24. Não come bem		
0 1 2 25. Não se dá bem com outras crianças ou adolescentes		
0 1 2 26. Não parece sentir-se culpado(a) depois de se comportar mal		
0 1 2 27. Sente ciúme com facilidade		
0 1 2 28. Desrespeita as regras em casa, na escola ou em outros lugares		
0 1 2 29. Tem medo de certos animais, situações ou lugares, sem incluir a escola (descreva): _____		
0 1 2 30. Tem medo de ir à escola		
0 1 2 31. Tem medo de pensar ou fazer alguma coisa má		

POR FAVOR, CERTIFIQUE-SE DE QUE RESPONDEU TODOS OS ITENS.

POR FAVOR, CERTIFIQUE-SE DE RESPONDER TODOS OS ITENS.			
0 = NÃO É VERDADEIRA (TANTO QUANTO SABE)		1 = UM POCO VERDADEIRA OU ALGUMAS VEZES VERDADEIRA	2 = MUITO VERDADEIRA OU FREQUENTEMENTE VERDADEIRA
0	1	2	57. Ataca fisicamente as pessoas
0	1	2	58. Cutuca o nariz, a pele ou outras partes do corpo (descreva): _____
0	1	2	59. Mexe nas partes íntimas em público
0	1	2	60. Mexe demais nas partes íntimas
0	1	2	61. Os seus trabalhos escolares são fracos
0	1	2	62. Desastrado(a) ou tem falta de coordenação
0	1	2	63. Prefere estar com crianças/adolescentes mais velhos
0	1	2	64. Prefere estar com crianças/adolescentes mais novos
0	1	2	65. Recusa-se a falar
0	1	2	66. Repete as mesmas ações várias vezes seguidas, compulsões (descreva): _____
0	1	2	67. Foge de casa
0	1	2	68. Grita muito
0	1	2	69. Reservado(a), guarda as coisas para si mesmo(a)
0	1	2	70. Vê coisas que não existem (descreva): _____
0	1	2	71. Mostra-se pouco à vontade ou facilmente envergonhado(a)
0	1	2	72. Põe fogo nas coisas
0	1	2	73. Tem problemas sexuais (descreva): _____
0	1	2	74. Gosta de se exibir, fazer palhaçadas
0	1	2	75. Muito acanhado(a) ou tímido(a)
0	1	2	76. Dorme menos que a maioria das crianças ou adolescentes
0	1	2	77. Dorme mais que a maioria das crianças ou adolescentes durante o dia e/ou durante a noite (descreva): _____
0	1	2	78. Desatento(a) ou distrai-se facilmente
0	1	2	79. Tem problemas de fala (descreva): _____
0	1	2	80. Fica com o olhar parado
0	1	2	81. Rouba em casa
0	1	2	82. Rouba fora de casa
0	1	2	83. Junta muitas coisas que não precisa (descreva): _____
0	1	2	84. Tem comportamento estranho (descreva): _____
0	1	2	85. Tem idéias estranhas (descreva): _____
0	1	2	86. Teimoso(a), mal humorado(a) ou fácil de irritar
0	1	2	87. Tem mudanças repentinas de humor ou de sentimentos
0	1	2	88. Fica facilmente emburrado(a)
0	1	2	89. Desconfiado(a)
0	1	2	90. Xinga ou fala palavrões
0	1	2	91. Fala que vai se matar
0	1	2	92. Fala ou anda dormindo (descreva): _____
0	1	2	93. Fala demais
0	1	2	94. Provoca muito
0	1	2	95. Faz birra ou é esquentado(a)
0	1	2	96. Pensa demais em sexo
0	1	2	97. Ameaça as pessoas
0	1	2	98. Chupa o dedo
0	1	2	99. Fuma cigarro, masca fumo ou cheira tabaco
0	1	2	100. Tem problemas com sono (descreva): _____
0	1	2	101. Falta à escola sem permissão, mata aula
0	1	2	102. Pouco ativo(a), seus movimentos são lentos ou tem falta de energia
0	1	2	103. Infeliz, triste ou deprimido(a)
0	1	2	104. Barulhento(a) demais
0	1	2	105. Usa drogas sem fins medicinais (não incluir álcool ou tabaco) (descreva): _____
0	1	2	106. Comete atos de vandalismo
0	1	2	107. Faz xixi na calça
0	1	2	108. Faz xixi na cama
0	1	2	109. Choramiga
0	1	2	110. Gostaria de ser do sexo oposto
0	1	2	111. Isola-se, não se relaciona com os outros
0	1	2	112. Preocupa-se muito
0	1	2	113. Por favor, escreva outros problemas do seu filho(a) que não tenham sido mencionados na lista acima:
0	1	2	_____
0	1	2	_____

POR FAVOR, CERTIFIQUE-SE DE QUE RESPONDEU TODOS OS ITENS.

Anexo XIII – APSD – Antisocial Process Screening Device
APSD –CUIDADOR / PROFESSOR

]Nome da Criança: _____ Sexo: M F Data de Nascimento: _____ Série _____ Data do Teste _____/_____/_____
 Nome do Pai ou Responsável: _____

Instrução

Por favor preencha as informações no quadro abaixo. Leia cada afirmação e escolha qual delas melhor descreve a criança. Marque sua resposta circulando a letra apropriada, **F** para Sempre Falso, **AV** para As Vezes Verdadeiro, **V** para Sempre Verdadeiro para cada afirmação. **Lembre-se que as afirmações são relacionadas a criança.**

Sempre Falso	As Vezes Verdadeiro	Sempre Verdadeiro
1	Culpa os outros pelos erros dele (a)	F AV V
2	Pratica atividades contra a lei	F AV V
3	Se preocupa se está indo bem na escola ou em outras atividades	F AV V
4	Age sem pensar nas consequências	F AV V
5	Suas emoções parecem superficiais ou falsas	F AV V
6	Mente facilmente e descaradamente	F AV V
7	É bom (boa) em cumprir promessas	F AV V
8	Se vangloria de suas habilidades ou pertences	F AV V
9	Fica entediado (a) facilmente	F AV V
10	Usa outras pessoas para conseguir o que quer	F AV V
11	Provoca, tira sarro de outras pessoas	F AV V
12	Se sente mal quando faz alguma coisa errada	F AV V
13	Participa de atividades de risco ou perigosas	F AV V
14	É encantador (a)as vezes, mas de forma que parece ser falsa ou superficial	F AV V
15	Fica nervoso (a) quando corrigido (a)ou punido (a)	F AV V
16	Parece se achar melhor do que as outras pessoas	F AV V
17	Não planeja as coisas ou deixa tudo para ultima hora	F AV V
18	Se preocupa com sentimentos dos outros	F AV V
19	Não demonstra sentimentos ou emoções	F AV V
20	Mantem os mesmos amigos	F AV V

APSD – Folha de Pontuação – Pais

Por Paul Frick, Ph.D., Robert Hare, Ph.D. Versão em Português adaptada por Prof. Dra. Giovana Munhoz da Rocha e Adriano Watanabe.

Nome da Criança:	Sexo: () F () M		
Data de Nascimento:	Série:	Data de preenchimento:	
Nome do(a) professor(a):			
Há quanto tempo a criança freqüenta sua(s) aula(s)?	(em meses)		

Instruções: Copie o número circulado para cada item dentro das caixas em branco e para a coluna TOTAL da mesma linha. Por exemplo, a pontuação do item 1 será copiado tanto na coluna IMPULSIVIDADE quanto na coluna TOTAL. Depois que todos os espaços em branco tiverem sido preenchidos, some os números de cada coluna e escreva na linha dos TOTAIS no final de cada coluna. Some também a coluna TOTAL e escreva a soma na última linha da coluna correspondente.

Insensibilidade Emocional	Narcisismo	Impulsividade	Total	Sempre Falso	Às vezes verdadeiro	Sempre Verdadeiro	ITEM#
				0	1	2	1
				0	1	2	2
				2	1	0	3
				0	1	2	4
				0	1	2	5
				0	1	2	6
				2	1	0	7
				0	1	2	8
				0	1	2	9
				0	1	2	10
				0	1	2	11
				2	1	0	12
				0	1	2	13
				0	1	2	14
				0	1	2	15
				0	1	2	16
				0	1	2	17
				2	1	0	18
				0	1	2	19
				2	1	0	20

Anexo XIV – Folha de Registro

FOLHA DE REGISTRO DO PROCESSO EM DISPUTA DE GUARDA

Processo nº:	
Solicitante/Comarca:	

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Requerente:	
Telefone:	Estado Civil:
Escolaridade:	Idade:
Profissão:	Função:

Requerido:	
Telefone:	Estado Civil:
Escolaridade:	Idade:
Profissão:	Função:

MENORES

Nome:	
Idade:	Série:
Reside com:	Escola:

Nome:	
Idade:	Série:
Reside com:	Escola:

Guarda Provisória: _____

TIPO DE REQUERIMENTO

Pede Guarda Unilateral Regularização de Visitação

Pede Guarda Compartilhada Regularização de Pensão

Estudo psicossocial na residência? _____

Outro: _____

HÁ RELATO DE:

AP Maus-tratos_____

AS Transtorno Psicológico_____

Outro: _____

BREVE RELATO DOS FATOS:

QUESITOS A SEREM RESPONDIDOS:

INSTRUMENTOS:

<input type="checkbox"/> Entrevista SARP	<input type="checkbox"/> Meu Amigo de papel
<input type="checkbox"/> ISSL	<input type="checkbox"/> ESI
<input type="checkbox"/> BDI	<input type="checkbox"/> NICHD
<input type="checkbox"/> IEP	<input type="checkbox"/> Outro: _____

